

INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS POLICIAIS E SEGURANÇA INTERNA



João Pedro Araújo Lucas

Aspirante a Oficial de Polícia

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO INTEGRADO EM CIÊNCIAS POLICIAIS

XXXIII Curso de Formação de Oficiais de Polícia

**CONTRIBUTO PARA O POLICIAMENTO DE PROXIMIDADE EM
ZONAS URBANAS SENSÍVEIS:**

**A APLICAÇÃO DO MODELO INTEGRADO DE POLICIAMENTO DE
PROXIMIDADE NA DIVISÃO POLICIAL DE LOURES**

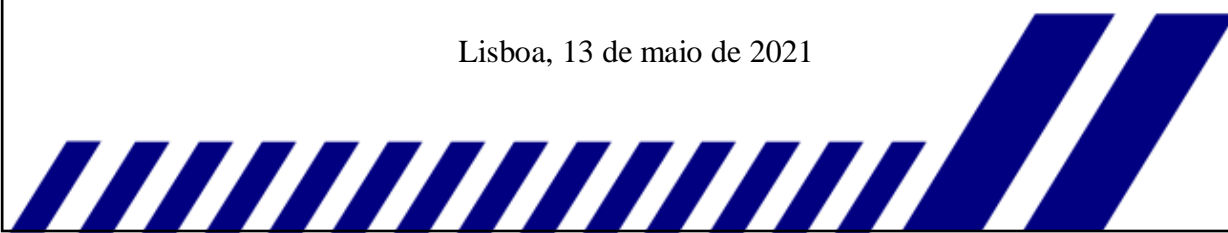
Orientador:

Professora Doutora Paula do Espírito Santo

Coorientador:

Intendente Hugo Guinote

Lisboa, 13 de maio de 2021



INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS POLICIAIS E SEGURANÇA INTERNA



João Pedro Araújo Lucas
Aspirante a Oficial de Polícia

Dissertação de Mestrado Integrado em Ciências Policiais
XXXIII Curso de Formação de Oficiais de Polícia

**Contributo para o Policiamento de Proximidade
em Zonas Urbanas Sensíveis:**

**A Aplicação do Modelo Integrado de Policiamento de
Proximidade na Divisão Policial de Loures**

Dissertação apresentada ao Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna com vista à obtenção do grau de mestre em Ciências Policiais, elaborada sob a orientação da Professora Doutora Paula do Espírito Santo e coorientação do Intendente Hugo Guinote.



Estabelecimento de ensino	<i>Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna</i>
Curso	<i>XXXIII CFOP</i>
Orientador	<i>Professora Doutora Paula do Espírito Santo</i>
Coorientador	<i>Intendente Hugo Guinote</i>
Título	<i>Contributo para o Policiamento de Proximidade em Zonas Urbanas Sensíveis: A Aplicação do Modelo Integrado de Policiamento de Proximidade na Divisão Policial de Loures</i>
Autor	<i>João Pedro Araújo Lucas</i>
Local de Edição	<i>Lisboa</i>
Data de Edição	<i>Maior de 2021</i>



*Contributo para o Policiamento de Proximidade em Zonas Urbanas Sensíveis: A
Aplicação do Modelo Integrado de Policiamento de Proximidade na Divisão Policial de
Loures*

DEDICATÓRIA

Aos meus pais, por acreditarem na minha educação e formação.

AGRADECIMENTOS

A realização do presente trabalho representa o culminar de cinco anos de formação académica e policial que contribuíram significativamente para o meu desenvolvimento pessoal e profissional. Ao longo deste percurso foram vários os desafios que se colocaram, sempre superados com esforço, sacrifício e força de vontade, mas sobretudo com a colaboração daqueles que comigo partilharam o empenho em contribuir para a formação de um Oficial da Polícia de Segurança Pública. Deixo assim uma sincera palavra de gratidão e apreço:

Em primeiro lugar, aos meus pais e à minha avó pelo apoio incondicional demonstrado e pela educação que me deram. São sem dúvida um pilar sem o qual não atingiria o sucesso.

À Carolina, com muito amor e afeto, por estar sempre presente nos bons e nos maus momentos e pela inspiração que é para mim.

Aos meus avós e a toda minha família, por fazerem parte da minha vida e por sempre me incentivarem a alcançar os meus objetivos.

À Professora Doutora Paula do Espírito Santo, pela orientação e por ter estado disponível desde o início. O meu sincero agradecimento pelo incansável empenho e pela forma como enriqueceu este trabalho.

Ao Intendente Hugo Guinote, por ter aceitado colaborar na realização da presente dissertação e por todos os contributos partilhados ao longo do ano.

Ao Intendente José Franco, à Subcomissária Cristina Oliveira, ao Chefe Nuno Costa, ao Agente Principal Rui Albuquerque, ao Agente Principal Nuno Parreira e ao Agente Pedro Puim, por se terem disponibilizado para participar neste estudo e por me terem permitido alargar os meus conhecimentos. A vossa colaboração foi essencial para o resultado final.

A todos os polícias da Divisão Policial de Loures, com quem tive oportunidade de complementar a minha formação durante o estágio prático. Todos os ensinamentos por vós transmitidos serão o ponto de partida para a experiência profissional que pretendo alcançar.

Ao Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna e aos polícias e professores que, dele fazendo parte, contribuíram para a minha formação académica. Em especial ao Senhor Intendente Nuno Poiães e ao Senhor Subintendente Tiago Gonçalves por sempre promoverem os valores basilares de um Oficial de Polícia.

A todos os camaradas do XXXIII CFOP, sem esquecer o Elias, o Sá e o Leandro, pelos laços criados, pelos momentos inesquecíveis e por termos conseguido viver estes cinco anos da melhor forma possível.

EPÍGRAFE

*Among the institutions of modern government, the police occupies a
position of special interest: it is at once the best known and the least
understood.*

(Bittner, 2001, p. 285)

RESUMO

A prevenção criminal constitui um dos pilares da atuação policial, distinto do trabalho reativo e segundo o qual as forças de segurança privilegiam a adoção de medidas tendentes a evitar a ocorrência de ilícitos criminais. As dinâmicas presentes ao longo de diversos contextos sociais levam a que exista um correspondente progresso nas estratégias de prossecução da segurança pública, notoriamente evidenciado pela evolução dos modelos de policiamento, entre os quais o policiamento de proximidade se tem vindo a afirmar nas estratégias de atuação adotadas pelas polícias ocidentais. Em Portugal, a Polícia de Segurança Pública tem implementado o Modelo Integrado de Policiamento de Proximidade (MIPP), através do qual as suas equipas, inseridas no âmbito de diversos projetos, desempenham missões direcionadas para a promoção do sentimento de segurança e para a redução dos índices criminais. Como forma de estudar o contributo do MIPP, o presente estudo procurou perceber a operacionalização das suas missões em contextos circunscritos a Zonas Urbanas Sensíveis (ZUS), bem como os seus proveitos para a atuação global da Polícia de Segurança Pública nestes locais.

Em termos metodológicos, a investigação, assente em métodos qualitativos, recorreu à observação participante e à realização de entrevistas, com vista a analisar o serviço desempenhado pelas equipas de proximidade da Divisão Policial de Loures em ZUS, locais que, pelas suas particularidades, reforçam a necessidade de uma atuação policial complexa e de qualidade. Um dos objetivos atribuídos ao policiamento de proximidade passa pela recolha de informações, pelo que se pretendeu perceber o alcance deste objetivo e o seu contributo para a atuação de todas as valências que compõem uma polícia integral. Constatou-se que o MIPP potencia a realização de contactos com a comunidade, atividades e parcerias locais, o que motiva à transmissão de informações, por parte da população, com interesse para a polícia. Consequentemente, as informações recolhidas revelam-se um significativo contributo para a atuação global da Polícia de Segurança Pública, na medida em que sustentam a articulação existente entre a prevenção criminal, a investigação criminal e a ordem pública.

Palavras-chave: Prevenção Criminal; Modelos de Policiamento; Policiamento de Proximidade; Zonas Urbanas Sensíveis; Recolha de Informações.

ABSTRACT

Criminal prevention is one of the pillars of police action, distinct from reactive work and according to which, security forces favor the adoption of measures aimed at preventing the occurrence of criminal offenses. The dynamics present throughout different social contexts lead to a corresponding progress in the strategies for the pursuit of public security, notoriously evidenced by the emergence of models of policing, including proximity policing, which has been affirmed in the strategies adopted by western police. In Portugal, Polícia de Segurança Pública has been implemented the Integrated Proximity Policing Model, through which its teams, inserted within various projects, perform missions aimed at promoting the sense of security and reducing crime rates. As a way of studying the contribution of the Integrated Proximity Policing Model, the current study aimed at understanding the operationalization of its missions in contexts limited to Sensitive Urban Areas, as well as its benefits for Polícia de Segurança Pública global performance in those places.

About the methodology, the investigation, based on qualitative methods, resorted to participant observation and interviews, in order to analyze the service performed by the proximity teams of Loures Police Division in Sensitive Urban Areas, which due to their peculiarities, require the need for a complex and quality police action. One of the objectives of proximity policing is to collect information, so the intention was to understand the reach of this objective and its contribution to the performance of all the aspects that make up an integral police. It was found that the Integrated Proximity Policing Model enhances contacts with the community, the local activities and local partnerships, which motivates the sharing of information of interest to the police by the population. Consequently, the information collected is a significant contribution to the overall performance of Polícia de Segurança Pública, insofar as it supports the existing link between criminal prevention, criminal investigation and public order.

Keywords: Criminal Prevention; Policing Models; Proximity Policing; Sensitive Urban Areas; Information collection.

LISTA DE SIGLAS

CLS	Contratos Locais de Segurança
CPP	Código de Processo Penal
CRP	Constituição da República Portuguesa
DNPSP	Direção Nacional da PSP
EIC	Esquadra de Investigação Criminal
EPAV	Equipas de Proximidade e de Apoio à Vítima
EPES	Equipas do Programa Escola Segura
GNR	Guarda Nacional Republicana
LOIC	Lei de Organização da Investigação Criminal
LSI	Lei de Segurança Interna
MIPP	Modelo Integrado de Policiamento de Proximidade
MIPIP	Modelo Integrado de Prevenção e Intervenção Policial
OPC	Órgão de Polícia Criminal
PER	Programa Especial de Realojamento
POP	Policiamento Orientado para o Problema
POI	Policiamento Orientado pelas Informações
PIPP	Programa Integrado de Policiamento de Proximidade
ZUS	Zonas Urbanas Sensíveis

ÍNDICE

DEDICATÓRIA	II
AGRADECIMENTOS.....	III
EPÍGRAFE	IV
RESUMO	V
ABSTRACT	VI
LISTA DE SIGLAS.....	VII
ÍNDICE DE QUADROS.....	X
ÍNDICE DE ANEXOS.....	XII
INTRODUÇÃO.....	1
CAPÍTULO 1: POLÍCIA, PREVENÇÃO CRIMINAL E MODELOS DE POLICIAMENTO	6
1.1. CONCEITO DE POLÍCIA	6
1.2. PREVENÇÃO CRIMINAL.....	9
1.3. MODELOS DE POLICIAMENTO.....	13
1.3.1. MODELO DE POLICIAMENTO PROFISSIONAL.....	14
1.3.2. MODELO DE POLICIAMENTO COMUNITÁRIO.....	15
1.3.3. MODELO DE POLICIAMENTO DE PROXIMIDADE.	17
1.3.4. POLICIAMENTO ORIENTADO PARA O PROBLEMA.	20
1.3.5. POLICIAMENTO ORIENTADO PELAS INFORMAÇÕES.	22
CAPÍTULO 2: MODELO INTEGRADO DE POLICIAMENTO DE PROXIMIDADE NA PSP	24
2.1. ORIGEM E EVOLUÇÃO DO MIPP	24
2.2. DIRETIVA ESTRATÉGICA N.º 10/2006: PROGRAMA INTEGRADO DE POLICIAMENTO DE PROXIMIDADE NA PSP.....	26
2.2.1. CONTACTOS COM A COMUNIDADE E RECOLHA DE INFORMAÇÕES.	29
2.2.2. ARTICULAÇÃO ENTRE VALÊNCIAS E TROCA DE INFORMAÇÕES NA PSP.	35
CAPÍTULO 3: ZONAS URBANAS SENSÍVEIS	39
3.1. ENQUADRAMENTO E CONCEITO.....	39
3.2. DIRETIVA ESTRATÉGICA N.º 16/2006: MODELO INTEGRADO DE PREVENÇÃO E INTERVENÇÃO POLICIAL EM ÁREAS PROBLEMÁTICAS E EM LOCAIS DE MAIOR INCIDÊNCIA CRIMINAL OU DE HOSTILIDADE PARA COM AS FORÇAS DE SEGURANÇA	42

3.3. POLICIAMENTO DE PROXIMIDADE EM ZONAS URBANAS SENSÍVEIS	44
CAPÍTULO 4: OPERACIONALIZAÇÃO DO MIPP NA DIVISÃO POLICIAL DE LOURES	48
4.1. METODOLOGIA	48
4.2. CARACTERIZAÇÃO DO CONTEXTO URBANÍSTICO E SOCIODEMOGRÁFICO DA ÁREA DA DIVISÃO POLICIAL DE LOURES	51
4.3. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	54
4.3.1. CARACTERIZAÇÃO E OPERACIONALIZAÇÃO DO MIPP.	54
4.3.2. RECOLHA DE INFORMAÇÕES PELO MIPP.	58
4.3.3. ARTICULAÇÃO ENTRE AS VALÊNCIAS DA PSP.....	61
CONCLUSÃO.....	63
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	68
ANEXOS	76

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1: Quadro categorial referente ao objetivo: Perceber a operacionalização do MIPP na Divisão Policial de Loures.	57
Quadro 2: Quadro categorial referente ao objetivo: Perceber a operacionalização do MIPP na Divisão Policial de Loures. (Continuação do quadro anterior).....	58
Quadro 3: Quadro categorial referente ao objetivo: Perceber o papel dos contactos com a comunidade e da recolha de informações pelo MIPP.	60
Quadro 4: Quadro categorial referente ao objetivo: Perceber o papel dos contactos com a comunidade e da recolha de informações pelo MIPP. (Continuação do quadro anterior).	61
Quadro 5: Quadro categorial referente ao objetivo: Analisar a articulação entre as valências da PSP.	62
Quadro 6: Caracterização dos entrevistados.	78
Quadro 7: Categorização da análise de conteúdo do primeiro objetivo das entrevistas.	110
Quadro 8: Categorização da análise de conteúdo do primeiro objetivo das entrevistas (continuação do quadro anterior).....	111
Quadro 9: Categorização da análise de conteúdo do segundo objetivo das entrevistas.	112
Quadro 10: Categorização da análise de conteúdo do segundo objetivo das entrevistas.	113
Quadro 11: Matriz das unidades de contexto da pergunta 1.....	114
Quadro 12: Matriz das unidades de contexto da pergunta 1 (continuação do quadro anterior).....	115
Quadro 13: Matriz das unidades de contexto da pergunta 2.....	116
Quadro 14: Matriz das unidades de contexto da pergunta 2 (continuação do quadro anterior).	117
Quadro 15: Matriz das unidades de contexto da pergunta 3.....	118
Quadro 16: Matriz das unidades de contexto da pergunta 3 (continuação do quadro anterior).	119
Quadro 17: Matriz das unidades de contexto da pergunta 4.....	120

Quadro 18: Matriz das unidades de contexto da pergunta 4 (continuação do quadro anterior).....	121
Quadro 19: Matriz das unidades de contexto da pergunta 5.....	122
Quadro 20: Matriz das unidades de contexto da pergunta 6.....	123
Quadro 21: Matriz das unidades de contexto da pergunta 6 (continuação do quadro anterior).....	124
Quadro 22: Matriz das unidades de contexto da pergunta 6 (continuação do quadro anterior).....	125
Quadro 23: Matriz das unidades de contexto da pergunta 7.....	126
Quadro 24: Matriz das unidades de contexto da pergunta 7 (continuação do quadro anterior).....	127
Quadro 25: Matriz das unidades de contexto da pergunta 8.....	128
Quadro 26: Matriz das unidades de contexto da pergunta 8 (continuação do quadro anterior).....	129
Quadro 27: Matriz das unidades de contexto da pergunta 9.....	130
Quadro 28: Matriz das unidades de contexto da pergunta 9 (continuação do quadro anterior).....	131
Quadro 29: Matriz das unidades de contexto da pergunta 10.....	132
Quadro 30: Matriz das unidades de contexto da pergunta 10 (continuação do quadro anterior).....	133
Quadro 31: Matriz das unidades de contexto da pergunta 11.....	133
Quadro 32: Matriz das unidades de contexto da pergunta 11 (continuação do quadro anterior).....	134
Quadro 33: Matriz das unidades de contexto da pergunta 12.....	135
Quadro 34: Matriz das unidades de contexto da pergunta 12 (continuação do quadro anterior).....	136
Quadro 35: Matriz das unidades de contexto da pergunta 12 (continuação do quadro anterior).....	137
Quadro 36: Matriz das unidades de contexto da pergunta 13.....	138
Quadro 37: Matriz das unidades de contexto da pergunta 13 (continuação do quadro anterior).....	139

ÍNDICE DE ANEXOS

Anexo A: Guião De Entrevista.....	76
Anexo B: Caracterização Dos Entrevistados.....	78
Anexo C: Entrevista N.º 1	79
Anexo D: Entrevista N.º 2.....	85
Anexo E: Entrevista N.º 3	92
Anexo F: Entrevista N.º 4.....	96
Anexo G: Entrevista N.º 5.....	100
Anexo H: Entrevista N.º 6.....	104
Anexo I: Categorização Da Análise De Conteúdo Das Entrevistas	110
Anexo J: Matrizes Das Unidades De Análise.....	114

INTRODUÇÃO

O policiamento de proximidade representa um modelo de policiamento adotado pela Polícia de Segurança Pública (PSP) e concretizado através da Diretiva Estratégica n.º 10/2006 de 15 de maio, que veio implementar o Programa Integrado de Policiamento de Proximidade (PIPP) e que mais tarde adotou a forma de Modelo Integrado de Policiamento de Proximidade (MIPP). Este modelo privilegia uma atuação policial com base na vertente preventiva, nomeadamente através da proximidade entre polícia e cidadão, procurando promover contactos e adquirir informações relevantes que contribuam para a redução dos índices de criminalidade, bem como conseguir melhorias no sentimento de segurança. Neste sentido, pretende-se com a presente investigação, aferir o contributo do MIPP para a recolha de informações enquanto uma das finalidades do policiamento de proximidade, tendo como objeto de estudo o serviço desempenhado pelas equipas do MIPP da Divisão Policial de Loures em Zonas Urbanas Sensíveis (ZUS). Tendo em conta a complexidade e a exigência da atuação policial em ZUS, que iremos aprofundar ao longo do estudo, acreditamos que um policiamento integral e articulado entre as diferentes valências da PSP, sustentado na recolha de informações e conseqüente tratamento e transmissão pelos diferentes níveis de atuação policial, será capaz de concretizar os fins de segurança pública almejados pela polícia e pela sociedade. Como fator impulsionador para alcançar esta realidade surge o policiamento de proximidade, cujo âmbito e missão cria condições favoráveis para uma efetiva recolha de informação junto das comunidades locais, sobretudo entre aquelas onde, por diversas vezes, se assiste a uma tendência de afastamento e aversão às forças de segurança.

A atividade policial assenta em quatro pilares, teorizados por Monet (1991), que se podem distinguir entre a prevenção, a reação policial, a investigação criminal e as informações. No primeiro incluem-se “os esforços para prevenir o crime ou ofensas criminais numa primeira instância - antes do ato ser cometido.” (Welsh & Farrington, 2012, p. 3). Daqui se infere que as ações de prevenção criminal são levadas a cabo antes da prática criminosa, essencialmente através de medidas de polícia e de medidas especiais de polícia (artigos 28.º e 29.º da Lei n.º 53/2008 de 29 de agosto). A prevenção criminal distingue-se da ação policial direcionada para a reação. Neste caso, a atividade da polícia decorre essencialmente enquanto reação ao crime, ou seja como consequência do mesmo, e por isso manifesta-se grande parte das vezes em ações que visam reprimir a prática criminosa que já se iniciou.

Uma avaliação do serviço policial com base na sua vertente reativa será mais imediata do que uma aferição da vertente preventiva. Isto porque no que à reação policial diz respeito, podemos medi-la através de dados capazes de quantificar as ações levadas a cabo pelos polícias (por exemplo, número de detenções, número de revistas e buscas, número de identificações ou número de autos de notícia). Já em relação à prevenção criminal, o mesmo exercício torna-se mais exigente, no sentido em que são escassas as medidas que podem ser usadas para caracterizar as ações desenvolvidas nesse âmbito. A dificuldade de medição da prevenção criminal é uma das características apontadas como negativas, por Oliveira, para a promoção de modelos de policiamento que assentem na proximidade (Oliveira, 2006).

Perante este contexto, pretende-se com a presente investigação, privilegiar a aferição do serviço policial com enfoque na vertente preventiva, pelo que se irá optar por considerar o contributo do MIPP para uma das suas missões em concreto: a recolha de informações. Mais do que privilegiar-se uma reflexão do serviço policial com enfoque na vertente preventiva e na sua capacidade para a recolha de informações, este estudo opta também por debruçar-se sobre o desempenho desta missão atribuída ao MIPP em ZUS, tendo em conta os episódios de desordem nelas ocorridos e que exigem às Forças de Segurança abordagens singulares em função das particularidades sócio criminais de cada uma. De acordo com o *Relatório Anual de Segurança Interna 2020*, no último ano, as forças de segurança em Portugal desenvolveram 24 365 ações de manutenção e reposição de ordem pública em ZUS, tendo sido empenhados para o efeito mais de 77 mil polícias. Interessa em especial à PSP perceber quais as dinâmicas socio criminais presentes em ZUS, uma vez que a atuação policial nestas áreas se afigura exigente, complexa e mediatizada. Neste âmbito, urge a necessidade de se impor um policiamento integral, conseguindo-se articular as valências que concretizam os pilares teorizados por Monet, designadamente a prevenção, a reação policial, a investigação criminal e as informações (Monet, 1991), pelo que a presente investigação procura contribuir para a definição e articulação do policiamento de proximidade com os restantes pilares de atuação policial, em contextos específicos.

Torna-se assim pertinente para as ciências policiais fazer uma análise ao serviço desenvolvido de índole preventivo, através de uma verificação do contributo do policiamento de proximidade para a recolha de informações policiais, e ainda notar se esse eventual contributo constitui ou não uma mais-valia para o policiamento em contextos circunscritos a ZUS. Da ação pró-ativa da polícia promove-se a interação com a comunidade e com isso procura-se conseguir criar condições que favoreçam a transmissão de

informações, por parte dos cidadãos, com interesse para a missão policial. As fontes humanas são fontes abertas de informação que proporcionam à polícia o conhecimento das necessidades e inquietações da comunidade entre as quais se podem incluir informações sobre ilícitos criminais e indivíduos suspeitos da sua prática. A concretização da prevenção criminal requer uma correta gestão de informações (Sousa A. F., 2001), na medida em que a partir das informações recolhidas e analisadas, os meios e a própria ação policial podem ser empenhados de acordo com as necessidades identificadas e com as estratégias de prevenção delineadas. Assim, expõe-se o seguinte problema de investigação que servirá de “fio condutor” (Campenhoudt, Marquet, & Quivy, 2019, p. 41) da mesma: Qual o contributo do MIPP para a recolha de informações em ZUS?

Uma vez enunciado o problema subjacente à presente investigação, a mesma assenta nos seguintes objetivos:

1. Caracterizar o MIPP à luz dos modelos de policiamento;
2. Compreender a operacionalização do MIPP em ZUS;
3. Identificar os principais indicadores capazes de avaliar o contributo do policiamento de proximidade nas ZUS;
4. Identificar a funcionalidade e o papel dos contactos periódicos e da interação com a comunidade para a recolha de informações policiais;
5. Analisar o processo de recolha de informações sobre ilícitos criminais e indivíduos suspeitos da sua prática, bem como o levantamento de problemas pelas equipas do MIPP.

De acordo com Sarmiento, as hipóteses de estudo são “preposições conjeturais ou suposições que constituem respostas possíveis às questões de investigação e antecipam características prováveis do objeto a ser investigado.” (Sarmiento, 2013, p. 13). No fundo, as hipóteses integram o problema e o objetivo para predizer os resultados esperados de um estudo. Indo de encontro ao seu carácter explicativo e preditivo (Marconi & Lakatos, 2017), as hipóteses formuladas apresentam-se como sendo essencialmente dedutivas, na medida em que resultam de pressupostos teóricos do modelo de policiamento de proximidade e ainda porque decorrem dos objetivos estratégicos e operacionais apresentados na Diretiva Estratégica n.º 10/2006. Não obstante, as hipóteses apresentadas são também, em parte, indutivas e conceptuais, visto que abordam a operacionalização do MIPP em ZUS, ou seja, ao campo teórico, que sustenta o policiamento de proximidade em Portugal, estabelece-se

uma relação com a sua aplicação em contextos específicos. Logo, propomos as seguintes hipóteses de investigação:

- H1: A comunidade tem mais tendência para reportar problemas e ilícitos criminais aos polícias do MIPP do que aos restantes.
- H2: As informações recolhidas pelo MIPP chegam a outras valências e reforçam a articulação entre a prevenção, a investigação criminal, as informações e a ordem pública.
- H3: A atuação global da PSP em ZUS beneficia das informações recolhidas pelo MIPP sobre ilícitos criminais concretos e sobre indivíduos suspeitos da sua prática.

No que ao método diz respeito, Campenhoudt et al. apresentam-no como “formalizações particulares do procedimento, percursos diferentes concebidos para estarem mais adaptados aos fenómenos ou domínios estudados” (Campenhoudt et al., 2019, p. 23). De acordo com Santo, a metodologia compreende o “estudo sistemático dos métodos concretizados em diferentes técnicas válidas e validadas permanentemente, métodos aqueles que devem ser planeados e apropriados aos objetos de análise de cada disciplina, em ordem à revisão permanente e crítica do conhecimento científico” (Santo, 2015, p. 13).

A elaboração desta dissertação exigirá uma primeira fase de pesquisa bibliográfica com vista à revisão de literatura “para conhecer o estado-da-arte sobre a investigação” (Sarmiento, 2013, p. 13) e ainda os conceitos-chave com que a temática se relaciona, designadamente a prevenção criminal, os modelos de policiamento, com enfoque no policiamento de proximidade na PSP e o conceito de ZUS. Ainda neste momento do trabalho, analisar-se-ão normas e diretivas emanadas pela PSP, quer no que diz respeito ao policiamento de proximidade, quer em relação à intervenção em ZUS.

Para concretizar esta investigação iremos optar por uma abordagem qualitativa, procurando-se compreender o fenómeno de forma ampla através de observação, descrição, interpretação e apreciação do meio e do objeto (Fortin, 2009). Será aplicado o método qualitativo, através da realização de entrevistas, tanto a Oficiais, como a Chefes e Agentes da PSP da Divisão Policial de Loures. As entrevistas a aplicar serão semiestruturadas, o que permitirá obter o máximo de informações dos entrevistados, evitando-se que se desvie do assunto principal da entrevista. Esta técnica permitirá a recolha de dados entre os diversos entrevistados (Bogdan & Biklen, 2013) sendo consequentemente tratadas através da técnica

de análise de conteúdo, a qual permitirá “um alcance de natureza quantitativa e/ou inferencial” (Santo, 2015, p. 68). Este instrumento científico acaba por ser uma inquirição presencial a um ou mais indivíduos com o propósito de adquirir um conjunto de informações, de forma a aprofundar o conhecimento e explorar a temática da investigação em estudo (Sarmiento, 2013). Pretende-se com isto que o conteúdo retirado das entrevistas seja alvo de uma análise de conteúdo sistemática, com vista a testarem-se as hipóteses da investigação.

Paralelamente às entrevistas, procurar-se-á recorrer ainda à observação participante, na qualidade de participação-observação tendo em conta a posição do investigador que, neste caso, pertence naturalmente ao grupo que observa (Santo, 2015). O recurso a esta técnica justifica-se pela integração do observador e pelo seu envolvimento nas ações do grupo em análise, por inerência do estágio prático realizado no âmbito do Mestrado Integrado em Ciências Policiais. A permanência do observador durante três meses na 70.^a Esquadra em Loures permitiu acompanhar *in loco* as funções desempenhadas pelo efetivo que compõe o MIPP desta subunidade policial, perceber as dinâmicas associadas ao seu trabalho no geral e, em particular, recolher dados descritivos sobre a sua missão direcionada para ZUS. A intenção da utilização desta técnica passará por adquirir certas informações, através de uma presença próxima ao objeto de estudo, que poderão não estar acessíveis a investigadores externos nem tão pouco conseguidas durante as entrevistas, não se negligenciando a importância de retirar a subjetividade do observador. Tanto os dados retirados das entrevistas como os provenientes da observação participante serão sujeitos à técnica de análise de conteúdo, de forma a identificarem-se eventuais padrões de resposta e de atuação policial que, no âmbito da investigação, traduzam indicadores que sustentem a capacidade de ação dos Agentes de Proximidade para a recolha de informações.

A estrutura deste trabalho compõe uma introdução, quatro capítulos e conclusão. O primeiro capítulo apresenta um enquadramento teórico-concetual dos temas subjacentes à investigação, a saber, o conceito de polícia, de prevenção criminal e os modelos de policiamento. O segundo capítulo aborda em concreto o MIPP na PSP, analisando a sua implementação e operacionalização dos aspetos relacionados com a recolha de informações. No terceiro capítulo procede-se a uma contextualização das ZUS com interesse para o presente estudo, de forma a caracterizar-se a atuação policial desenvolvida nestas áreas no âmbito da estratégia de proximidade. No quarto e último capítulo, procede-se a uma breve caracterização da área estudada e são analisados e discutidos os resultados, procurando dar resposta à pergunta de partida.

CAPÍTULO 1: POLÍCIA, PREVENÇÃO CRIMINAL E MODELOS DE POLICIAMENTO

1.1. Conceito de Polícia

A polícia (...), durante muito tempo, há de significar a administração interior, ou o estado de boa ordem da comunidade

(Dias, 2012, p. 67)

A expressão polícia surge definida por vários conceitos, tendo a sua noção evoluído com o passar dos anos. O “étimo de Polícia vai buscar a sua raiz ao vocábulo grego *Polis* que significa cidade, urbe” (Clemente, 1998, p. 39). Da conjugação desta designação com o seu derivado *Politeia*, que “no latim encontra correspondência na expressão *Politia*” (Raposo, 2006, p. 21), surge o atual vocábulo - polícia. De acordo com Dias (2012, p. 67), “polícia começou por querer significar a organização política da comunidade e o estatuto dos respetivos membros e, durante muito tempo, há de significar a administração interior, ou o estado de boa ordem da comunidade”.

A polícia enquanto instituição, como é atualmente considerada, não surgiu na Grécia Antiga, mas foi neste período que se consolidou a missão policial, levada a cabo pelos indivíduos que prosseguiam essa missão em prol da sociedade – os polícias (Guinote, 2009, p. 287).

Os conceitos acima apresentados que encerram em si uma relação direta com a ordem e organização pública da cidade, sem definição concreta, permaneceram até ao início do Estado Moderno. De certa forma, esta conceção acaba por concretizar uma aceção redutora daquilo que é, em boa verdade, a amplitude da missão policial, enfatizando os fins de manutenção de ordem pública e de aplicação da lei e omitindo a vertente social desempenhada pela polícia (Lopes, 2013, p. 5).

A perspetiva adotada a partir do modelo decorrente pela Revolução Francesa, mais funcional, apresenta a polícia como instituição estabelecida com missões de manutenção da ordem pública, da liberdade, da propriedade, e da segurança individual. A definição de polícia distingue-se, mantendo-se os princípios que estiveram na sua base, intrínsecos ao conceito, mas agora também associados a tarefas que vão para além das relacionadas com a ordem pública e o combate ao crime.

O termo polícia não se limita a um só significado ou conceito único, revestindo-se em vários sentidos, a saber: o sentido funcional ou material, o sentido orgânico ou institucional e o sentido formal.

O conceito de polícia apresentado por Marcello Caetano e reconhecido pela doutrina portuguesa, representa o sentido funcional de Polícia, ao referir que é “o modo de atuar da autoridade administrativa que consiste em intervir no exercício das atividades individuais suscetíveis de fazer perigar interesses gerais, tendo por objeto evitar que se produzam ampliem ou generalizem os danos sociais que as leis procuram prevenir” (Caetano, 1990, p. 1150). Esta abordagem assume a polícia como parte integrante da Administração Pública determinada para intervir no domínio privado, em prol dos interesses gerais, quando o primeiro transgride as normas legalmente previstas. Clemente (2010, p. 146) sintetiza esta ideia ao apresentar a polícia em sentido funcional como o modo de agir da administração pública.

Em sentido funcional a polícia é um modo de atividade administrativa, que pode ser distinguido em dois ramos, a polícia administrativa propriamente dita e a polícia judiciária. Ao primeiro ramo cumpre “a manutenção habitual da ordem pública em toda a parte e em todos os setores da administração geral” (Correia, 1994b, p. 405) tendo um carácter essencialmente preventivo. A polícia administrativa apresenta ainda duas dimensões: a polícia administrativa geral e a polícia administrativa especial. A polícia administrativa geral orienta a sua atividade para a garantia da segurança, tranquilidade e ordem públicas por meio da ordem jurídica vigente. Por outro lado, a polícia administrativa especial compreende as atividades policiais que têm por missão competências especializadas em função da matéria (e. g. ambiente, estrangeiros, viação, urbanismo, entre outras) e que englobam determinados setores da ordem jurídica (Caetano, 1990).

No ramo da polícia judiciária entende-se “a investigação dos delitos, a reunião das provas e a entrega dos suspeitos aos tribunais encarregados de os punir” (Correia, 1994b, p. 405). No fundo, à polícia judiciária cabe a investigação daquilo que sucedeu a uma falha do fim preventivo da polícia administrativa.

No âmbito de polícia judiciária inclui-se ainda a polícia enquanto órgão auxiliar da administração da justiça, assumido por Órgão de Polícia Criminal (OPC) (cf. Art.º 1º, n.º 1, al. c) do Código de Processo Penal (CPP) e art.º 3.º da Lei de Organização da Investigação

Criminal (LOIC)) no desempenho de tarefas preventivas do crime (prevenção criminal *stricto sensu*).

Em sentido orgânico ou institucional, a polícia entende-se pelo conjunto de órgãos e agentes que integram os serviços administrativos, empenhados na execução de tarefas materiais de polícia, mediante as atribuições e competências atribuídas pela Lei. (Castro, 1999, p. 16). Também Sérvulo Correia (1994a, p. 3) considera a polícia, neste prisma, como “o serviço da Administração Pública que tem por atribuição exclusiva, ou predominante, a prossecução de uma atividade de uma polícia geral”. Raposo (2006) salienta ainda que em sentido orgânico, a polícia compõe o conjunto de serviços da Administração Pública encarregues essencialmente de funções de natureza policial, ou seja, aqui compreendem-se os serviços estaduais, regionais e municipais de polícia.

Em sentido formal, a polícia é vista como “todos os poderes desenvolvidos pela polícia, em sentido funcional e orgânico, não apenas no exercício de polícia administrativa geral, mas também quando exerce a polícia administrativa especial e a polícia judiciária” (Dias, 2012, p. 76). Para o autor, o sentido formal de polícia entende, portanto, a aplicação de atos concretos ou regulamentos pela polícia, enquanto parte da Administração Pública, sobre os cidadãos.

Elias (2018) apresenta a ideia de que polícia pode ainda ser distinguida em dois sentidos, sendo eles o objetivo e o subjetivo. O primeiro, para o autor, consubstancia-se na atividade administrativa desenvolvida por órgãos públicos ou não, enquanto expressão do poder estatal. Já em sentido subjetivo, o autor refere a atividade desenvolvida que pode ser de natureza policial ou não, como é o caso da emissão de licenças ou pareceres administrativos (Elias, 2018, p. 28). Tendo em conta esta repartição de conceções, Elias (2018, pp. 27-28) refere o carácter polissémico do vocábulo polícia, visto este poder ser utilizado “para designar os agentes de autoridade, as Forças e Serviços de Segurança e, sobretudo, a atividade policial”.

De acordo com a Constituição da República Portuguesa (CRP), no seu artigo 272.º, n.º 1, a polícia tem como funções “defender a legalidade democrática, garantir a segurança interna e os direitos dos cidadãos”. Além deste preceito constitucional, à polícia cumpre, de acordo com o seu artigo 266.º, n.º 1, “a prossecução do interesse público, no respeito pelos direitos e interesses legalmente protegidos dos cidadãos”. A CRP ao reservar o seu artigo 272.º à polícia define as funções e os limites da sua atuação. Também no n.º 2 do mesmo

artigo, consagra que a atividade policial deve ser desenvolvida com observância dos princípios da legalidade e da necessidade, bem como com respeito pelo princípio da territorialidade apresentado no n.º 4. Também a Lei n.º 53/2008, de 29 de agosto, que aprova a Lei de Segurança Interna (LSI), nos seus artigos 2.º e 30.º, acrescenta aos mesmos princípios, o da adequação e da proporcionalidade.

Assumindo os princípios elencados que regem a atividade da polícia, Clemente refere que “hodiernamente, a atividade de polícia é tanto proibitiva, como construtiva, por isso, os atos de polícia são ou ablativos ou ampliativos dos direitos do cidadão” (Clemente, 2010, p. 142). Rejeita-se assim uma atuação rígida da polícia, e pressupõe-se uma intervenção que se adequa ao contexto que assim o exige.

1.2. Prevenção Criminal

É melhor prevenir os crimes do que puni-los. Esta é a finalidade de toda a boa legislação pois, não é senão a arte de proporcionar aos homens a maior felicidade possível ou causar a menor infelicidade possível.

(Beccaria, 2017)

A prevenção criminal é um dos pilares da atividade policial (juntamente com a ordem pública e a investigação criminal (Oliveira, 2015, p. 97). Também para Monet, a ação policial pode ser estruturada segundo pilares, sendo que o autor considera que a prevenção, a reação policial, a investigação criminal e as informações são os pilares que compõem essa estrutura (Monet, 1991). Por sua vez, Elias avança com a consideração de que a missão policial dedicada à segurança interna assenta em cinco pilares que se podem distinguir entre a prevenção criminal, a ordem pública, a investigação criminal, a inteligência e a cooperação internacional (Elias, 2018, p. 89). Entre os três autores referidos, Elias consegue apontar o modelo teórico mais abrangente, considerando, na nossa perspetiva, todas as atividades associadas à polícia e acrescentando ainda a cooperação policial, enquanto estado decorrente da internacionalização da segurança (2018, p. 89). Além disso, Elias aponta para a designação de ordem pública em vez de reação policial, preservando o sentido lato do segundo conceito, bem como para inteligência policial, em vez de informações, referindo-se assim ao termo mais correto associado ao produto policial resultante das informações recolhidas. Independentemente do modelo teorizado, vemos que a prevenção assume-se como um pilar comum. Para Oliveira (2015) o primado da ação policial deve residir na prevenção, apontando como possível definição o conjunto de “atos que impeçam que uma

situação grave de perigo se agrave e para lhe colocar um fim, na salvaguarda da vida e da integridade física das pessoas e proteção dos seus bens.” (Oliveira, 2015, p. 97). O autor sintetiza a noção de prevenção, essencialmente, por oposição à repressão (Oliveira, 2006, p. 79).

A prevenção criminal surge, a par da reação e da repressão, consagrada nas diferentes leis orgânicas dos OPC's, e nelas assenta a atuação policial. A reação acaba por ser, em certa medida, uma extensão da prevenção, ao procurar garantir a resolução de perigos iminentes e concretos, enquanto que a repressão acontece meramente aquando da intervenção posterior ao dano ou ao delito (Lucas, 2005).

A Decisão 2009/902/JAI do Conselho, de 30 de novembro de 2009, que cria a Rede Europeia de Prevenção da Criminalidade, que revoga a Decisão 2001/427/JAI, apresenta, no seu artigo 2.º n.º 2, uma definição de prevenção criminal ao incluir:

“todas as medidas destinadas a reduzir ou a contribuir para a redução da criminalidade e do sentimento de insegurança dos cidadãos, tanto quantitativa como qualitativamente, quer através de medidas diretas de dissuasão de atividades criminosas, quer através de políticas e ações destinadas a reduzir os fatores potenciadores às causas da criminalidade.”

Ainda na mesma disposição está presente uma conceção integral de prevenção criminal, ao incluir-se, numa lógica de participação e de comunhão de responsabilidades coletivas, “o contributo dos governos, das autoridades competentes, dos serviços de justiça criminal, das autoridades locais e das associações (...), dos sectores privados e do voluntariado, bem como dos investigadores e do público, com o apoio dos meios de comunicação social” (cf. artigo 2.º n.º 2 da Decisão 2009/902/JAI). No fundo, a prevenção e a segurança envolvem todos os cidadãos e um conjunto alargado de estruturas sociais e assentam num sistema de corresponsabilização e coprodução entre as Forças de Segurança e a comunidade civil (Elias, 2018, p. 90).

Também na Constituição da República Portuguesa vem consagrado no seu artigo 272.º n.º 1, a função de “defender a legalidade democrática e de garantir a segurança interna e os direitos dos cidadãos”, e expressa, no n.º 3 do mesmo artigo a prevenção dos crimes, incluindo os crimes contra a segurança, “com observância das regras gerais sobre polícia e

com respeito pelos direitos, liberdades e garantias do cidadão.” Esta disposição concretiza o princípio da atuação preventiva da polícia, pelo que, a atuação da polícia está subjacente à prevenção dos crimes, assumindo-se esta vertente tanto como um fim clássico, como um fim constitucional da polícia.

Em 2003 a ONU apresentou, sob a forma de proposta, as Diretrizes das Nações Unidas para a Prevenção do Crime, segundo a qual se estabelece que a prevenção criminal abrange quatro eixos. Em primeiro lugar, apresenta a prevenção por meio social (ou de crimes sociais) como aquela que procura incentivar o desenvolvimento social e o bem-estar da comunidade, através de medidas económicas, de saúde e educacionais. Em segundo, apresenta a prevenção do crime com base local, sendo aquela que se direciona para intervir nas condições dos locais que influenciam práticas criminosas e onde haverá maior sentimento de insegurança, através de iniciativas com os membros da comunidade. Anuncia ainda a prevenção destinada a diminuir a ocorrência de crimes, ao nível da redução das oportunidades e dos benefícios da prática do ato criminoso, designada por prevenção situacional. Por último, propõe a utilização de programas de reintegração como forma de prevenir a reincidência de infratores. Daqui inferimos que o modelo de policiamento de proximidade, que iremos abordar adiante, enquadra-se numa estratégia que segue tanto o primeiro eixo, mas sobretudo o segundo (prevenção dos crimes com base local), na medida em que adota medidas dirigidas a certos lugares e a certos grupos (e.g. escola segura, comércio seguro) (ONU, 2003).

Enquanto um dos pilares da segurança interna, o domínio da prevenção criminal abrange

“o conjunto de atividades desenvolvidas pelas Forças e Serviços de Segurança com o objetivo de evitar a ocorrência de factos criminosos. As atividades de prevenção da criminalidade das Forças e Serviços de segurança são desenvolvidas com recurso a medidas de polícia e das medidas especiais de polícia (artigos 28.º e 29.º da Lei n.º 53/2008 de 29 de agosto), de natureza preventiva” (Fernandes & Valente, 2005, p. 36).

Assim, vemos que a atividade desenvolvida no âmbito da prevenção criminal pode ser materializada através de um leque de medidas executadas pela polícia que se enquadram

naquelas previstas pela LSI e que, por serem tão vastas, tornam a prevenção criminal na primeira e originária missão das polícias.

A prevenção da criminalidade constitui um conceito inalienável à noção de segurança, num Estado de Direito Democrático. A reflexão e o reconhecimento desta função assume-se prioritária, resultado de uma mudança de paradigma que superioriza como objetivo a redução do crime em relação à punição dos seus infratores. Contudo, os resultados e o impacto de políticas de segurança preventivas dificilmente serão imediatos, o que acaba por desencorajar a sua valorização.

É ainda de realçar a importância em se procurar que as Forças e Serviços de Segurança consigam garantir uma eficaz articulação da prevenção criminal com os restantes pilares que compõem a segurança interna (ordem pública, investigação criminal, inteligência e cooperação policial) (Elias, 2018, p. 107). Neste aspeto podemos reparar que a eficácia da prevenção criminal acaba por depender da garantia da manutenção da ordem pública, bem como do contributo do trabalho desenvolvido pela investigação criminal na deteção de problemas criminais locais. O culminar de uma correta coordenação entre as atividades desenvolvidas em cada um destes pilares resulta num contributo para o fluxo de informações entre os polícias empenhados em diferentes valências, concretizando-se assim a noção de polícia integral.

Um dos pressupostos apontados por Dias para a aplicação de medidas preventivas passa pela disponibilização de informação com relevo para a deteção de comportamentos ou factos que possam concretizar-se em danos (2012, p. 124). De acordo com o autor, as informações sustentam o policiamento preventivo, na medida em que a antecipação à ocorrência de factos ilícitos ou à concretização de perigos de dano consegue-se quando existe informação que assim oriente a atuação preventiva da polícia. Na mesma ordem de ideias, Clemente refere que “as informações policiais contribuem, de modo significativo, para a pró atividade e a eficácia da ação policial, tanto na manutenção da ordem pública, como na resposta reativa à prática criminal” (2007, p. 386).

O modelo de policiamento de proximidade (com interesse para o presente estudo) acaba por ter na sua natureza fins de prevenção criminal, através da adoção de medidas preventivas direcionadas para grupos sociais. Esta posição é defendida por Sousa, ao sustentar que a eficácia da prevenção consegue-se com uma atuação cada vez mais a montante do perigo (2001, p. 374). Note-se que o policiamento de carácter preventivo, no

modelo de policiamento de proximidade visa identificar as causas sociais que poderão promover incivildades e crimes. Para esse efeito, os Agentes de Proximidade trabalham com informação policial, mas também com informação social (problemas escolares, sinalizações de menores em risco, informações da segurança social, entre outros). São assim direcionadas ações que vão para além da criminalidade em sentido estrito, abrangendo comportamentos desviantes, que poderão vir a ser potenciadores da criminalidade ou, mesmo não o sendo, podem interferir com o sentimento de insegurança (Elias, 2018, pp. 95-96).

1.3. Modelos de Policiamento

A Polícia é o público e o público é a Polícia.

Robert Peel (*cit in* Lisboa & Teixeira, 2008, p. 3)

Perante realidades que apresentam ameaças e riscos voláteis, assentes em registos de criminalidade e de sentimentos de insegurança que se impõem como assuntos prediletos na sociedade, cabe às instituições governamentais e à polícia procurar respostas eficazes às exigências que se apresentam. Nesta ordem de ideias, a polícia acaba por definir estratégias que guiam a implementação do policiamento em função do contexto socio criminal que encontram. Impõe-se assim o estudo dos modelos de policiamento, cujas capacidades e vulnerabilidades refletem o papel da polícia (Gomes, 2001a). Importa ainda perceber a distinção entre o conceito de modelo de policiamento e modelo de polícia. Começando pelos modelos de polícia, Oliveira aponta que estes representam a forma como a polícia se organiza estruturalmente (2006, p. 98).

Gomes (2001a) aponta três modelos de polícia que se encontram na Europa. Os países do Sul, como França, Portugal, Espanha e Itália, privilegiam o modelo napoleónico, o qual se caracteriza por uma estrutura organizacional dualista, distinguindo-se uma polícia militar, afeta às áreas rurais e uma polícia civil, que atua nas áreas urbanas, sendo que neste modelo a responsabilidade policial recai sobre o poder central. Já os países nórdicos, como a Suécia, a Finlândia, a Dinamarca ou a Noruega, adota-se o modelo nacional, que organiza a polícia numa organização única, cuja competência se estende a todo o território. Por último, o modelo descentralizado, característico dos países anglo-saxónicos, como o Reino Unido, funciona com grande autonomia em relação ao recrutamento, tomada de decisão e responsabilidade geográfica das suas polícias. O mesmo autor indica que os modelos de organização apresentados podem ser caracterizados pelo seu estilo de policiamento. O modelo napoleónico e nacional assumem um estilo essencialmente reativo, no qual a polícia

prossegue os fins do Estado. Estes modelos são representados como *law enforcement*, na medida em que a polícia baseia a sua atuação na aplicação da lei, reposição e manutenção da ordem, descurando as necessidades do cidadão. Por outro lado, o modelo descentralizado apresenta-se como um modelo pró-ativo. Neste modelo a polícia atua segundo uma ideologia de serviço público e direciona a sua ação para garantir a segurança e as necessidades do cidadão. Atualmente verifica-se uma tendência de convergência entre os três modelos, daí Gomes afirmar que “o paradigma é cada vez mais o conceito de proximidade, em todos estes modelos, sejam eles modelos policiais de *law and order* ou modelos descentralizados” (Gomes, 2001b).

Os modelos de policiamento acabam por representar uma “filosofia e estratégia organizacional, que no caso da PSP, se consubstancia na forma de policiamento, com vista à abordagem de prevenção criminal e das demais atribuições da organização policial” (Ferreira, 2000, p. 2). O conceito de modelo de policiamento “compreende a forma como uma determinada polícia presta serviço aos cidadãos e como se organiza internamente para prestar tal serviço” (Fernandes L. F., 2014, p. 172) ou seja, envolve a estratégia definida para alcançar os objetivos, mediante as ideias dos decisores. A estratégia de implementação do policiamento deverá ser adaptada à realidade em que se insere.

Do conceito de modelo¹, distingue-se o conceito de técnica² de policiamento que pode ser entendida como o conjunto de procedimentos realizados para a concretização dos objetivos.

1.3.1. Modelo de policiamento profissional.

O modelo de policiamento profissional ou tradicional desenvolve-se no início do século XX, nos Estados Unidos da América, transpondo-se depois para os países europeus. O seu surgimento deveu-se à consciencialização dos problemas de liderança que existiam nas forças policiais, a par de suspeitas de corrupção entre as estruturas políticas e policiais, o que foi levantando dúvidas em relação à competência das chefias e à discricionariedade na aplicação da lei pelos agentes (Normandeau & Leighton, 1990, p. 41).

¹ Para Hugo Guinote, corresponde a um “processo contínuo, desde a ideia de um decisor político até ao ato material de policiar” *cit in* Silva, A. (2008) *A Aplicabilidade do Policiamento Orientado pelas Informações no Modelo Integral de Policiamento*, Dissertação de Licenciatura. Lisboa: ISCPSI. Anexo 3, p. 89.

² Hugo Guinote aponta a distinção entre as técnicas operacionais e as técnicas conceptuais, dentro do âmbito policial. As primeiras enquadram-se na atuação policial propriamente dita e materializam a forma como são executados os atos levados a cabo pelos polícias, enquanto que as técnicas conceptuais são aquelas que sustentam a atuação policial, como metodologias a seguir. Guinote *in op.* Cit. Silva, A. (2008)

Perante este contexto, impôs-se uma reforma que procurava melhorias na atividade policial e contrariar as tendências viciosas que existiam. Essas melhorias apareceram sustentadas em aumentos salariais, melhor formação profissional e aposta na tecnologia ao serviço da atividade policial (como foi o caso do investimento em rádios emissor/recetor e em veículos). Este investimento potenciou maior autonomia, flexibilidade e sobretudo capacidade de resposta às ocorrências. Na verdade, a resposta rápida era o fundamento da atuação policial que se afirmou meramente reativa. O direcionar a atuação policial essencialmente através dos meios automóveis acabou por causar um afastamento entre a polícia e a comunidade. Consequentemente, não estava delineado estrategicamente o interesse na obtenção e análise de informações, até porque estas só surgiam através das ocorrências e não através da interação com a comunidade, o que resultava no desconhecimento das origens dos problemas (Murphy, 1998, pp. 199-200).

O modelo de policiamento profissional deparou-se com dificuldades de afirmação no período após a 2.^a Guerra Mundial, altura em que o desenvolvimento das cidades demonstrou incapacidade por parte da polícia para responder às necessidades da população que acompanhou esse crescimento (Leitão, 2000). O carácter reativo da polícia revelou-se ineficaz para enfrentar as exigências provocadas pelas mudanças sociais, não conseguindo aproximar-se de outras instituições nem da população. Veio-se a verificar também que a rapidez de resposta às ocorrências não trazia ganhos significativos na segurança da sociedade, até porque a disposição dos meios policiais era casuística (Elias, 2018, p. 115).

O insucesso do modelo de policiamento profissional e a insatisfação da população perante o paradigma repressivo e aleatório, levou a que a polícia repensasse a sua forma de atuar numa perspetiva mais dinâmica, pelo que surgiu a necessidade de se implementar um novo modelo de policiamento que diminuísse o afastamento entre a polícia e os cidadãos e possibilitasse o conhecimento das causas dos problemas que a afetam.

1.3.2. Modelo de policiamento comunitário.

Perante a incapacidade do modelo de policiamento profissional, surge uma mudança na atuação policial, concretizada na emergência do modelo de policiamento comunitário, o qual privilegia uma atitude pró ativa de prevenção criminal e o contacto com a população, bem como a criação de parcerias com entidades locais. Esta mudança impôs-se também por se constatar que o modelo profissional desvirtuou o acesso às informações, que advinham do contacto com a população (Oliveira, 2006). Como consequência das transformações

sociais e da necessidade de aproximação à população, a estratégia que passou a ser adotada assenta a sua filosofia na necessidade da participação da comunidade na resolução dos problemas que possam implicar sentimentos de insegurança e na partilha de competências com as forças de segurança (Trojanowicz & Buquereaux, 1994).

Vários autores defendem que o policiamento comunitário foi introduzido em Londres, na segunda metade do século XIX, por Robert Peel, aquando da criação da *London Metropolitan Police* (Leitão, 1999, p. 9; Oliveira, 2006, p. 119; Lisboa & Teixeira, 2008; Fernandes L. F., 2014, p. 175; Elias, 2018, p. 117). Com a sua consolidação, a atuação policial perde o seu carácter reativo e guia-se pela prevenção e pela resolução dos problemas da comunidade, através da criação de parcerias entre a população, atores locais e a polícia.

O modelo de policiamento comunitário apoia-se em três princípios, sendo eles a descentralização organizacional, que procura promover a interação entre a polícia e o cidadão, a direção da ação policial para a resolução dos problemas que afetam a comunidade e a definição das necessidades e dos problemas locais para que as prioridades dos cidadãos sejam respondidas (Skogan, 1998, pp. 113-114).

Ainda sobre os pontos que caracterizam o modelo comunitário, Elias (2018, pp. 128-140) afirma que este é implementado de baixo para cima. Esta característica resulta do seu carácter descentralizado e reflete a responsabilidade e autonomia que é dada aos polícias. Em suma, este modelo de origem anglo-saxónica reforça a ideia de que a segurança não é uma matéria exclusiva do Estado, mas cabe também à comunidade, em coordenação com a polícia, desempenhar ações que promovam a resolução de problemas securitários. Realça-se a importância da recolha e gestão de informações adquiridas na interação com a comunidade, visto que é através delas que é possível aos polícias direcionar as suas ações para a resolução dos problemas identificados.

Importa considerar que o policiamento comunitário privilegia a pró atividade policial, com vista à interação com a comunidade, para que as necessidades dos cidadãos sejam respondidas pela polícia. O sucesso desta forma de policiamento compreende a participação ativa das pessoas na resolução de questões que interfiram com a sua segurança, o que pode levar a que consigam uma margem de influência significativa na adoção de medidas e que acabem por as priorizar mediante os seus interesses e não os da comunidade. Neste aspeto cabe à polícia conseguir equilibrar a autonomia e discricionariedade que é depositada nos agentes, sem que seja descurado o cerne da sua atividade na manutenção da ordem e no

cumprimento da lei. O desafio passa ainda por garantir que o poder de decisão dado aos níveis mais baixos da estrutura policial não trás dificuldades ao nível do controlo da atuação policial por parte das chefias.

A concretização dos princípios que sustentam o policiamento comunitário exige a capacidade de se desenvolverem relações com a comunidade, para que esta se envolva nas responsabilidades de segurança. No entanto, o estabelecimento dessa relação pode ser influenciado por variáveis que vão para além do controlo da polícia, como contextos de desigualdades sociais associados à deterioração de valores sociais, sobretudo em relação ao respeito pela autoridade policial (Oliveira, 2001). Nesta senda, Poiars (2013, p. 70) lembra que o modelo de policiamento comunitário desafia o desenvolvimento da criatividade dos polícias e surge como forma de aligeirar uma estrutura excessivamente endurecida.

1.3.3. Modelo de policiamento de proximidade.

A atuação policial vocacionada para a aproximação da polícia à população, sustentada numa aposta na prevenção não se cinge apenas ao policiamento comunitário. Também o modelo de policiamento de proximidade sustenta-se em princípios de interação e de parceria com a comunidade. Para Dieu (2001, p. 263) o policiamento de proximidade resume-se a “uma forma de gestão de segurança, implementada próximo da população, de maneira a responder, através de uma ação policial prioritariamente preventiva às suas necessidades cuidadosamente identificadas e tomadas em consideração”. Na nossa perspetiva esta é a definição que melhor concretiza o modelo de policiamento em apreço, conseguindo abarcar todos os fundamentos que sustentam o policiamento de proximidade, a saber, a proximidade e interação com a população, a sua natureza preventiva e a direção da estratégia para a identificação de necessidades e resposta aos problemas.

Para alguns autores, como Oliveira (2006), o policiamento comunitário e o policiamento de proximidade são modelos que têm o mesmo significado, não identificando diferenças entre um e outro. Ambos pressupõem uma relação entre a polícia e a comunidade e a sua aplicação implica uma descentralização da estrutura policial. A distinção de conceitos aparece reforçada na terminologia dada nos Estados Unidos da América e no Reino Unido de *Community Police* ao passo que nos países europeus de modelo francófono aplica-se o *Police de Proximité*.

Na nossa perspetiva, não rejeitamos o facto de estes dois modelos de policiamento partilharem entre si semelhanças ao nível da sua conceção teórica e finalidades, que resultam

na descentralização organizacional, na orientação do patrulhamento para o contacto com as pessoas, na maior autonomia dos níveis inferiores da estrutura policial e na partilha de responsabilidades de segurança e de prevenção criminal. Contudo não seria pertinente abordarmos o policiamento comunitário e o de proximidade como se do mesmo modelo se tratasse. Em rigor, divergem em aspetos relacionados com a sua operacionalização e que se resumem essencialmente ao facto de no policiamento comunitário existir uma delegação de competências entre a polícia, outras entidades e a própria comunidade, assistindo-se a uma participação ativa da população, que se traduz no seu envolvimento operacional. Além disso, o policiamento comunitário pressupõe um acordo entre a polícia e a comunidade (Waddington & Wright, 2008) e por se impor do seio da comunidade e dos níveis inferiores da estrutura policial Elias (2018, p. 129) aponta que este surge da base para o topo. No policiamento de proximidade a polícia não deixa de estabelecer parcerias com outras organizações e com os cidadãos, mas mantém em si todas as competências que lhe são inerentes por lei (Henriques, 2009). Mais do que isso, este modelo já é implementado do topo para a base, no sentido em que os programas que o compõem são de âmbito nacional ou temático e uniformizados por toda a organização (Elias, 2018, p. 129).

Em suma, ambos os modelos privilegiam a aplicação do policiamento em função dos problemas e necessidades identificadas, tanto pelos polícias como pela comunidade, pelo que esta ideologia requer uma exigência social forte. No modelo de policiamento comunitário, tendencialmente anglo-saxónico, essa exigência social assume uma participação ativa, enquanto que no policiamento de proximidade trata-se de uma exigência social passiva.

De forma a dar cumprimento a um dos pressupostos do policiamento de proximidade, que consiste no conhecimento da realidade local e dos problemas que afetam a comunidade, surge a necessidade de uma eficaz recolha de informações por parte dos polícias que executam a estratégia implementada. A proximidade implica contacto com os cidadãos e uma interação que se concretiza numa “informação interpessoal” (Durão, 2006, p. 109). A capacidade de interação com as pessoas e o estabelecimento de parcerias com outras organizações torna-se por isso num método que potencia uma intervenção operacional que vá de encontro às necessidades dos cidadãos.

Mais do que direcionar a ação policial para a repressão de ilícitos criminais, o modelo de policiamento de proximidade promove a prevenção de comportamentos incivilizados, que embora não configurem a prática de crimes, interferem no sentimento de insegurança da

população local (Clemente, 2000, p. 37). Esta direção da ação enquadra-se na linha da teoria de Wilson e Kelling (1982), denominada de *Broken Windows* e sustenta que a polícia deve promover a resolução de problemas que constituam incivildades, de forma a prevenir que os mesmos se alastrem ao ponto de se criarem ambientes propícios a crimes mais gravosos. Outra das vertentes preconizadas por este modelo passa por assegurar uma intervenção conjunta dos vários atores sociais sobre a segurança e não resumida às forças de segurança. Ao nível nacional, o estabelecimento de Contratos Locais de Segurança (CLS), a missão desempenhada pelas Comissões de Proteção de Crianças e Jovens ou a participação das Comissões Sociais de Freguesia são exemplos, entre outros, da concretização deste preceito.

Precisamente pela natureza cível dos comportamentos que causem inquietação nas pessoas e que por isso se pretendem prevenir, o contributo e a participação de outras entidades que se afiguram como atores sociais interessados em mitigar esses ilícitos revela-se determinante para auxiliar a polícia a detetar e resolver essas questões. Fomenta-se por isso o estabelecimento de parcerias que acabam por vincular a comunidade na intervenção nos problemas que mais a afetam. Tal como refere Gomes, “não se trata de levar a polícia a fazer tudo, pois não é só à polícia que compete solucionar a delinquência, mas sim a toda a sociedade” (2001a, p. 47). Na mesma linha de pensamento, Lisboa e Teixeira (2015, p. 13) apontam que este modelo envolve os cidadãos num esforço para melhorar a qualidade de vida nos bairros e ao mesmo tempo afastar a ação policial do policiamento reativo.

Para Machado, a estratégia organizacional imposta pelo modelo de policiamento de proximidade, baseia-se em três pressupostos decorrentes da mudança para um paradigma de atuação policial que privilegia a prevenção, sendo eles a visibilidade, a capacidade de inserção nas comunidades e a orientação para os problemas (2000, p. 166). O policiamento de proximidade ganhou relevância nas últimas décadas do século XX, nos países europeus continentais e já na altura eram implementados em torno dos ideais de policiamento acima mencionados. A criação da Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens, a implementação do Programa Rede Social, ou o Programa Escola Segura são alguns dos marcos ao nível de políticas de proximidade que se desenvolveram em Portugal. A introdução desta forma de policiamento, que com o passar do tempo se veio a consolidar em modelo, exigiu um “esforço de adaptação organizacional da polícia em relação aos cidadãos” (Ocqueteou, 2000, p. 173), segundo o qual o grande desafio passa pela capacidade dos polícias introduzirem-se no seio da comunidade, mais do que propriamente captar-se a iniciativa de cooperação dos cidadãos com a polícia. Afinal, para que se consiga

estabelecer esta relação de auxílio da população à polícia é necessário primeiro conseguir-se um clima de confiança entre os locais e os polícias, para que estes consigam contextualizar-se nos problemas e na realidade em que se inserem.

A implementação do modelo de policiamento de proximidade pelas polícias implica que ao mesmo estejam subjacentes objetivos estratégicos bem definidos, como forma de contrariar a dificuldade em observarem-se quantitativamente os seus resultados (nem tão pouco os objetivos coincidem com números). Não obstante, esta dificuldade não implica que não sejam realizadas avaliações ao serviço, enquanto instrumento que potencie a pertinência do modelo. Além disso, um dos fatores que possivelmente coloca entraves à aplicação do modelo de proximidade passa pelos próprios agentes que não revêm a sua missão policial num policiamento desta natureza, relacionado com o pensamento tradicional de que esta profissão significa necessariamente uma intervenção reativa e não tanto um trabalho de prevenção e colaboração com o cidadão. Daqui, pode resultar uma resistência à aceitação desta estratégia. A resistência é aliás um fenómeno típico associado à mudança, que pode ser colmatada com uma perceção correta da missão de cada um, não se deixando confundir com assistencialismo ou com uma forma de policiamento mais suave (Oliveira, 2006). Nesta linha de pensamento, Poiares defende que urge “ultrapassar preconceitos, envolver as pessoas (do profissional da base até ao topo da pirâmide hierárquica) para a mudança e conseguir ver mais longe” (2014, p. 71). Volvidos 15 anos desde a implementação do MIPP na PSP, o desafio parece já não passar tanto pela identificação da missão por parte dos polícias que dele fazem parte, mas sim pela perceção dos restantes³.

1.3.4. Policiamento Orientado para o Problema.

O Policiamento Orientado para o Problema (POP) surge num contexto em que se vem a afirmar, desde os anos 60 e 70, o interesse por parte da comunidade científica em debruçar-se sobre a atividade policial. Nesta altura foram vários os departamentos policiais tanto nos Estados Unidos como na Europa que foram adotando estratégias de prevenção criminal. Não obstante das intenções vocacionadas para a melhoria da eficácia do policiamento, percebeu-se que a polícia nem sempre conseguia dar resposta aos problemas da comunidade. Nesse seguimento, Goldstein (1979) introduz um policiamento vocacionado para a prevenção e pró-atividade dirigida para os problemas da população, para além de que as pessoas eram incentivadas a participar na definição dos mesmos. Procurou-se com o POP contrariar a

³ Desenvolvido no subcapítulo 4.3.1.

tendência de se intervir na resolução de crimes e ocorrências em concreto que surgiam com frequência mas que raramente as suas causas eram analisadas. Este paradigma também podia fomentar frustração nos próprios polícias que se viam empenhados recorrentemente em incidentes semelhantes ou nos mesmos locais, bem como pela frequente investigação de crimes e incivildades que acabavam por não sofrerem resultados positivos da ação policial. Também as próprias pessoas ficavam insatisfeitas por não verem os problemas que motivavam o recurso à polícia serem resolvidos (Eck & Spelman, 1987, p. 57).

Para Goldstein, o POP prevê que os crimes e ocorrências relacionadas com incivildades sejam agrupados entre os semelhantes que se vão registando para que posteriormente sejam analisados detalhadamente. Quer-se com esta análise perceber quais são as causas estruturais que provocam determinadas ocorrências e que vão para além do ato de desordem propriamente dito. A identificação de um problema e a análise das suas causas proporcionam assim um ponto de partida para uma abordagem mais eficaz por parte da polícia, promovendo respostas dirigidas para as causas e não tanto para as ocorrências (Goldstein, 1990, pp. 29-42). Para tal é necessário procurar-se encontrar ligações entre os diversos incidentes e estabelecer conexões, para que os mesmos não sejam avaliados individualmente. É fundamental que o processo de agregação dos problemas seja correto, visto que o estabelecimento de ligações entre diversos problemas que na verdade não se agrupem, pode proporcionar a aplicação de medidas inadequadas.

Motiva-se com isto que o serviço policial deixe de ser aleatório e que responda às solicitações da comunidade e aos problemas que são detetados, sendo que para tal a população terá também de ter um papel na identificação dos seus problemas e nas respostas que deverão ser tomadas para a resolução das suas causas. Além disso a comunidade valorizará o empenho da polícia em questões que não sejam necessariamente criminais mas que causam desconforto e sentimento de insegurança na população e que muitas vezes são sintomas de condições sociais, políticas, económicas, culturais ou étnicas (Goldstein, 1990).

Neste âmbito e associado ao POP, aparece o modelo SARA (*scanning, analysis, response, assessment*) que promove uma metodologia de abordagem às causas que motivam determinados problemas. Este modelo prevê que os incidentes, sejam eles criminais ou incivildades, sejam encarados de uma forma analítica que consiste na identificação do problema a que estão associados, na análise do mesmo, na adoção de uma resposta para fazer face a esse problema e na avaliação dos resultados conseguidos com as medidas tomadas (Eck & Spelman, 1987).

Mais do que conseguir-se implementar uma resposta adequada às causas que originam os problemas, o POP exige que sejam recolhidas informações relevantes para a produção de informações policiais que serão determinantes para o sucesso da resolução dos problemas. No fundo, só se consegue uma eficaz identificação e associação dos problemas através de uma recolha sistemática e consequente por parte dos polícias de conteúdo que auxilie a tomada de decisão, devendo os polícias conseguir recorrer a várias fontes.

1.3.5. Policiamento Orientado pelas Informações.

O Policiamento Orientado pelas Informações (POI) emergiu na década de 90, num dos condados da polícia do Reino Unido (*Kent Constabulary*), numa altura em que se exigia uma maior produtividade da polícia, embora os escassos meios disponíveis, pelo que as informações foram apontadas pelo relatório da *Audit Commission* como um recurso capaz de rentabilizar eficientemente a prevenção e deteção de crimes (Audit Commission, 1993).

A aplicação do POI pressupõe que os meios e a própria ação policial seja empenhada de acordo com informações recolhidas e analisadas que permitem identificar determinados crimes ou outras ocorrências que se relacionem, indivíduos suspeitos da sua prática, ou locais onde sejam praticados ilícitos. Ratcliffe (2008, p. 89) sistematiza o POI como sendo um modelo de gestão no qual a análise de dados e informações criminais e não criminais são fundamentais para facilitar a tomada de decisão sobre fenómenos criminais, bem como para serem adotadas estratégias de prevenção e redução do crime e dos infratores que se revelem reincidentes. O mesmo autor defende que à atividade reativa da polícia esteja associada uma estratégia global, imbuída numa cultura de análise de informações, pelo que a simples transmissão de informações não significa que sejam empregues no planeamento estratégico, caso não exista uma cultura organizacional que assim o imponha.

Também Clemente (2007) afirma que o POI direciona-se para o infrator que é identificado através de fontes, como sendo ativo ou habitual. Este autor lembra ainda que a recolha e análise de informações pode também permitir que a atividade policial se centre em áreas onde se verifique uma maior frequência de práticas ilícitas (denominados pontos quentes) e consequente aplicação de medidas preventivas.

No que diz respeito às diversas fontes de onde podem ser recolhidas as informações, estas compreendem as respostas às ocorrências, os contactos com os cidadãos, as vigilâncias, as inquirições, o tratamento de padrões criminais e de informação sociodemográfica, entre outras. Como vemos são várias as fontes que podem promover este processo, pelo que torna-

se importante apostar-se no papel desempenhado pelos polícias empenhados na análise das informações (analistas) (Elias, 2018, p. 141). A este propósito, Ratcliffe (2008) afirma que para que haja uma correta prossecução das informações recolhidas é necessário que se empreguem profissionais, com formação, afetos ao tratamento de informações e que tenham ao seu dispor meios técnicos que potenciem a realização da sua missão. Paralelamente, deverá ser estabelecido um processo eficaz de transmissão da informação analisada para os polícias decisores. Note-se que idealmente cria-se um ciclo de informações no qual os profissionais que recolhem informações num primeiro momento, serão os mesmos que mais tarde irão receber instruções resultantes da análise que foi feita, pressupondo-se que existe um trabalho conjunto entre patrulheiros, analistas, investigadores criminais, serviços de informações, comandantes, entidades externas e cidadãos.

Importa referir que o POI exige um equilíbrio entre as ações executadas para recolher informações junto das pessoas e a ação levada a cabo pelos polícias no cumprimento da lei, de forma a não se promover uma postura de benevolência perante indivíduos que colaborem com a polícia mas aos quais são associados comportamentos ilícitos. Ainda no que diz respeito à recolha de informações, vemos que as imposições no acesso e controlo de dados pessoais acabam por limitar a extensão da informação que pode estar disponível. Por último, Elias (2018, p. 142) lembra a necessidade de sensibilidade na análise e na adoção de medidas direcionadas para determinados grupos da população ou áreas geográficas, de forma a evitar-se sentimentos de discriminação ou de utilização de meios intrusivos que coloquem em causa a confiança da comunidade e a perceção da legitimidade policial.

Mais do que o conhecimento integral de determinadas informações, importa que se impeça a estanquicidade das mesmas, garantindo-se que a informação correta chega no momento certo à pessoa indicada, de entre os diferentes intervenientes no ciclo de informações, que para Ratcliffe (2008) é visto como o motor do POI.

CAPÍTULO 2: MODELO INTEGRADO DE POLICIAMENTO DE PROXIMIDADE NA PSP

(...) a presciência ou previsão não podem ser deduzidas dos espíritos, nem dos deuses, nem por analogia com as actividades passadas, nem por cálculos. Elas devem ser obtidas dos homens que conhecem a situação do inimigo.

(Tzu, 2009, p. 98)

2.1. Origem e evolução do MIPP

A agenda política portuguesa começou a debruçar-se sobre um paradigma securitário que se afastasse do tradicional no final do século passado. Nessa altura, começam a surgir estratégias aliadas à proximidade policial no discurso político da Administração Interna, materializadas em orientações expressas no Programa do XII Governo Constitucional (1991 a 1995). A aposta numa política de segurança direcionada para os cidadãos ganhou ainda mais força no governo consequente com a criação de programas de policiamento de proximidade vocacionados para problemas específicos e para grupos sociais mais vulneráveis à criminalidade como foi o caso dos Programas Especiais Escola Segura e Apoio 65 – idosos em segurança (o primeiro foi criado oficialmente em 1992 resultado de um protocolo ajustado entre o Ministério da Administração Interna e o Ministério da Educação enquanto que o segundo foi adotado em 1997). Já o XIV Governo Constitucional (1999 a 2002), mais do que dar continuidade ao interesse nesta política de proximidade, oficializa a intenção de desenvolver a nível nacional um Programa Integrado de Policiamento de Proximidade, com vista a reforçar e incorporar os programas já existentes. Apesar desta direção política o que se verificou na prática refletiu uma estratégia paulatina e repartida, mantendo-se apenas a execução de programas individuais, que atuam de forma local.

A partir desta altura, todos os Governos privilegiaram esta abordagem de prevenção sustentada num policiamento mais próximo, interligado com os atores sociais e sobretudo vocacionado para a proteção dos cidadãos em geral e, em particular, de grupos especialmente vulneráveis. Se por um lado se manteve unânime o reconhecimento da importância da prevenção da criminalidade, por outro nem sempre este reconhecimento se tem mantido no topo das prioridades políticas que se vão alterando com a sucessão dos Governos, vendo-se que nem todos acabam por estabelecer práticas que materializem as suas intenções neste vetor da segurança, fator que pode consistir num entrave para uma implementação sólida e

eficiente (Lopes, 2013, p. 29). Por este motivo, também Elias refere que apesar da presença recorrente do policiamento de proximidade no discurso político, “persiste a sua falta de incorporação nas políticas públicas de segurança” (Elias, 2018, p. 164).

Também em 1996 o então Ministro da Administração Interna apontou que a estratégia de proximidade resulta da necessidade sentida pelos cidadãos em ver a polícia interessada nos problemas que os afetam e em trabalhar nos fatores que promovam um maior sentimento de segurança (Costa, 1996, p. 30). Ainda no início da reflexão do policiamento de proximidade em Portugal, Bastos Leitão lembrou que a necessidade de implementação desta estratégia reflete a evolução dos padrões e valores existentes nas sociedades modernas e aponta motivações políticas, demográficas e sociais para esta transição (Leitão, 1999, p. 9). A incapacidade do modelo de policiamento tradicional em responder às expectativas provocadas pelo aumento do sentimento de insegurança é uma das causas apontadas por Oliveira (2006, p. 116) que levou a esta mudança de paradigma. As considerações apresentadas por estes autores estão subjacentes à ideia de que os aspetos estratégicos e operacionais do policiamento em vigor deverão estar de acordo com o contexto social em que se opera.

Como vimos, a continuidade do interesse no policiamento de proximidade e da prevenção da criminalidade nos consecutivos programas políticos não significou necessariamente a operacionalização de estratégias concretas, assistindo-se apenas a iniciativas “de natureza micro, descontínuas e normativas” (Oliveira, 2006, p. 310) levadas a cabo pela polícia. O contexto no qual se desenvolviam os Programas Especiais exigia, na perspetiva de Elias, diretrizes estratégicas, com a definição de objetivos e missões, que colmatassem o espaço em branco deixado às forças de segurança para a execução das ações de prevenção e proximidade e que por isso acabavam por se cumprir em função da aposta dos comandantes policiais locais (Elias, 2018, p. 164). Associado a este fator a dificuldade em materializarem-se os objetivos apresentados ao longo de vários governos no âmbito da reforma para um policiamento mais próximo do cidadão, emergiu em 2006, a iniciativa em atribuir-se um carácter conjunto e íntegro aos vários programas existentes até ao momento, fundindo-se num único programa que se distinguisse do cenário anterior. Procurou-se, com esta reformulação, não só estruturar e interligar as ações de proximidade realizadas pela polícia, de forma a torná-las mais adequadas para os interesses da comunidade mas também reformar o patrulhamento tradicional, no sentido de se afastar de um carácter casuístico e consequentemente alocar os polícias e os recursos materiais de forma eficiente. Este ponto

de mudança ficou demarcado na PSP mediante a apresentação da Diretiva Estratégica n.º 10/2006, de 15 de maio que implementou o PIPP. Este programa, na sua fase inicial, contou com a definição de projetos-piloto pelos diferentes Comandos do país e mais tarde, após uma avaliação positiva, assumiu a forma de MIPP.

Mais recentemente, o XXI Governo Constitucional (2015 a 2019) expressou como sua intenção, a criação de um Programa Nacional de Prevenção e Segurança de Proximidade que renova as práticas de policiamento de proximidade mediante a reformulação de CLS, a garantia de planos de formação neste âmbito, um reforço da integração horizontal e vertical dos diversos programas e a articulação das missões atribuídas aos vários intervenientes operacionais incluindo-se a PSP e a Guarda Nacional Republicana (GNR), as polícias municipais, os guardas noturnos e funções de segurança privada.

Um dos fatores que pode colocar entraves à aplicação deste serviço passa pelos próprios agentes que não revêm a sua missão policial no policiamento de proximidade, associado ao pensamento de que esta profissão significa necessariamente uma intervenção reativa e não tanto um trabalho de prevenção e colaboração com o cidadão. Daqui, pode resultar uma resistência à aceitação desta estratégia. A resistência é aliás um fenómeno típico associado à mudança, que pode ser colmatada com uma perceção correta da missão de cada um, não se deixando confundir com assistencialismo ou com uma forma de policiamento mais suave (Oliveira, 2006). A clarificação do âmbito das funções desempenhadas pelos Agentes de Proximidade consegue-se sobretudo através da difusão de diretivas internas e do aprofundamento destas temáticas nas formações ministradas aos polícias. Perante a eventual relutância num maior empenho no modelo introduzido, Elias considera que o MIPP requer “um maior envolvimento das lideranças, definição de indicadores de resultado e respetiva avaliação” (Elias, 2018, p. 166) entre outras alterações estruturais e funcionais, nomeadamente ao nível da comunicação, para que ganhe sustento no seio da organização.

2.2. Diretiva Estratégica n.º 10/2006: Programa Integrado de Policiamento de Proximidade na PSP

Como forma de concretizar a intenção em dar resposta às motivações governamentais em agregar os vários programas especiais de prevenção criminal que eram cumpridos até ao momento, a Direção Nacional da PSP (DNPSP), no dia 15 de janeiro de 2006, apresentou a Diretiva Estratégica n.º 10/2006, relativa ao PIPP. Delineou-se assim oficialmente um conjunto de normas sustentadas em objetivos estratégicos e operacionais bem claros e que

contam com mecanismos de coordenação, de avaliação e de formação direcionados para a vertente da prevenção na sua forma de proximidade. Pretendeu-se com esta implementação conferir uma lógica de conjunto às ações desenvolvidas pela PSP no âmbito do policiamento de proximidade, através da transcrição de uma estratégia na referida diretiva, bem como na clara definição de objetivos. A reestruturação apresentada apelou à necessidade de uma efetiva articulação entre as diversas valências da PSP, pelo que a estratégia de policiamento de proximidade adotada acaba por ser mais um garante daquilo que é o carácter integral da PSP.

A implementação do PIPP foi feita de forma faseada até estar consolidada em toda a instituição. Inicialmente assistiu-se ao desenvolvimento de um projeto-piloto através da adesão ao PIPP por uma subunidade de cada Comando (Metropolitano, Regional e Distrital). Consequentemente, esta fase de experimentação foi alvo de uma avaliação interna e também de uma avaliação externa protocolada com a Universidade Nova de Lisboa que aferiu, entre outros aspetos, o impacto que este programa teve no sentimento de segurança da população, o qual se veio a revelar positivo e a comprovar a sua capacidade de aplicação nas fases seguintes. O processo avaliativo de que foi alvo demarca aliás, o carácter inovador deste projeto. Nesta senda, importa lembrar que os resultados deste modelo nem sempre serão passíveis de serem quantitativamente observáveis (nem tão pouco os objetivos coincidem com números), o que corresponde a uma das dificuldades apontadas por Oliveira como características para o progresso de um modelo de policiamento de proximidade (Oliveira, 2006). Contudo, este contexto não implica que não sejam definidos indicadores capazes de aferir o desempenho do modelo, bem como analisados os relatórios de atividades anuais. Em 2010, o PIPP passa a ter a designação de MIPP, por meio da Ordem de Operações n.º 4822, de 12 de julho, da DNPS, modelo que se mantém em uso pela PSP até aos dias de hoje.

Desde a criação do PIPP, assistiu-se à aposta na afetação em permanência de polícias para responder às necessidades de grupos específicos, tal como já vinha a acontecer, embora de forma espartilhada. Com esta reestruturação, as equipas destinadas a determinados públicos-alvo passam também a estar direcionadas para um espaço geográfico próprio o que reforça o reconhecimento por parte da população dos polícias que marcam presença na sua área, o que contribui naturalmente para uma maior relação de confiança entre os cidadãos e a polícia. Além disso, os vários programas especiais que vinham a ser desenvolvidos passam agora a estar agrupados em duas equipas, as Equipas de Proximidade e de Apoio à Vítima (EPAV) que integram vários programas direcionados para grupos mais vulneráveis como os

idosos, as vítimas de violência doméstica e os comerciantes e as Equipas do Programa Escola Segura (EPES) que ficam encarregues pelo programa desenvolvido junto da comunidade escolar.

Da análise à Diretiva Estratégica n.º 10/2006 nota-se que o modelo implementado assenta na definição de objetivos estratégicos e operacionais como forma de promover as potencialidades do policiamento de proximidade, sendo que estes objetivos apresentam-se numa lógica de privilegiar uma atuação policial proactiva e orientada para a identificação, resolução e gestão (em parceria com outras entidades) de ocorrências e conflitos que possam traduzir problemas sociais ou até práticas criminais, pelo que o seu cumprimento implica uma extensão das funções que tradicionalmente estão incumbidas aos polícias, o que exige da parte destes um conjunto de capacidades e competências pessoais e funcionais. Daí Durão afirmar que a implementação do PIPP trouxe “uma orientação do policiamento para o público, aliada a uma atitude marcadamente mais civilista nas polícias” (Durão, 2006, p. 103).

Tendo em conta a lógica de gestão operacional por objetivos assumida na implementação do PIPP veremos agora algumas linhas orientadoras expressas quer ao nível dos objetivos estratégicos, quer ao nível dos objetivos operacionais. Assim, no respeitante aos objetivos estratégicos traçados pela Diretiva em análise, destacam-se os seguintes: implementar um modelo integrado de policiamento e consolidar a articulação entre as valências de prevenção/policiamento de proximidade, de ordem pública, de investigação criminal e de informações; substituir o tradicional patrulhamento apeado, casuístico e aleatório por um policiamento de proximidade focalizado para a resolução de problemas; desenvolver uma relação próxima com os cidadãos e comunidades locais; desenvolver parcerias com a comunidade e consolidar a abertura da PSP à sociedade e melhorar a imagem institucional; reduzir os fluxos de informação em documentos escritos; promover a confiança e a credibilidade junto do público e sedimentar uma cultura de investigação racional que encaixe no conceito de “polícia de rua”.

Em relação aos objetivos operacionais, salienta-se: reduzir os índices de insegurança objetiva e subjetiva; reduzir os crimes de rua e o pequeno/médio tráfico de estupefacientes; aumentar os índices de participação de crimes à polícia; descentralizar a tomada de decisões e desenvolver a coordenação, níveis de atuação e protocolos de procedimento entre a componente preventiva, a componente reativa, bem como as componentes de investigação criminal e de informações.

Se por um lado a proximidade com a comunidade, enquanto acesso a uma fonte de informação é assumido pela própria Diretiva como um dos fatores que consubstancia a eficácia deste modelo de policiamento, por outro nota-se uma residual presença de objetivos operacionais que orientem a aplicação do PIPP para a recolha de informações junto da comunidade.

Organicamente, desde a sua implementação o PIPP, agora MIPP, empenha em cada subunidade policial um Gestor Local do Programa (Comandantes de Divisão ou Comandantes de Esquadra), um Supervisor Local do Programa (Chefe) e Agentes de Proximidade que constituem as EPES e as EPAV.

Em suma, a operacionalização do modelo adotado pela PSP desde 2006 vai ao encontro dos objetivos relacionados com o estabelecimento de uma relação de confiança e de parceria com a comunidade, mantendo o fim de prevenção e repressão do crime e consequente impacto no sentimento de insegurança dos cidadãos (Elias, 2018, p. 173). Pretende-se portanto, que a execução do MIPP não constitua apenas um policiamento direcionado para a proximidade com a comunidade em si, mas também uma valência capaz de tirar proveito para uma atuação multidimensional e integral da polícia. O modelo em análise delineado na Diretiva Estratégica n.º 10/2006, deixa claro quais os objetivos estratégicos e operacionais deste policiamento, pelo que a sua missão é consensual. No entanto, importa relembrar que a recolha de informações junto da comunidade através dos contactos próximos é uma das missões atribuídas aos agentes e às equipas de proximidade, pelo que torna-se fundamental que exista um canal que permita dar seguimento às informações recolhidas, não as deixando em gavetas estanques, mas sim tornando-as úteis para a missão policial.

2.2.1. Contactos com a comunidade e recolha de informações.

Uma vez observados os objetivos estratégicos e operacionais emanados pela Diretiva Estratégica n.º 10/2006 de 15 de maio, bem como os princípios que sustentam a missão adjacente ao modelo de policiamento de proximidade implementado na PSP podemos afirmar que existe um fundamento, entre outros, que é transversal a todo o conteúdo da diretiva mas que, para o presente estudo, se destaca pelo facto de ir para além daquilo que é o conceito de proximidade propriamente dito. A estratégia em análise pressupõe uma atitude próxima dos polícias com os cidadãos, que permita uma ação direcionada para a resolução de problemas, a par de uma atuação visível da polícia. No entanto, este modelo apela ainda

à concretização de um objetivo que não aparece como primordial para os fins do policiamento de proximidade mas que resulta dos proveitos que esta mesma estratégia proporciona, tratando-se do contributo do trabalho de proximidade para a recolha de informações. A este propósito, importa ter em conta que o policiamento de proximidade procura primordialmente uma relação de continuidade com a comunidade, não se resumindo à satisfação da necessidade imediatista para a aquisição de informações, que serão um resultado da própria atividade e das relações de confiança, mas não um fim em si mesmo.

A estratégia implementada requer que se tenha presente a distinção entre os conceitos de visibilidade e de proximidade, sob prejuízo de nos afastarmos do cerne do modelo implementado na PSP em 2006. Como tal, importa referir que as ações de visibilidade desenvolvidas não exigem aos polícias que empreguem as intenções do policiamento de proximidade, isto porque, no primeiro caso, não se considera a componente proactiva que motiva o polícia a estabelecer contacto com os cidadãos, proporcionando uma relação de confiança e consequentemente criando condições para a recolha de informações necessárias para a missão policial (Lopes, 2013).

O serviço desempenhado pelos polícias na rua acaba por ser um dos meios mais proveitosos para o acesso a fontes de informação, sejam elas através da observação das dinâmicas locais, como através da pesquisa junto de fontes humanas. É neste sentido que Sousa afirma que os polícias que interagem com a população conseguem adquirir informação que permite orientar a ação policial (Sousa P. , 2011). Com base neste pressuposto a estratégia do policiamento de proximidade privilegia uma lógica de gestão de informações, referida diversas vezes ao longo da Diretiva Estratégica n.º 10/2006, capaz de fundamentar um eficiente trabalho de prevenção, daí que se possa assumir que o modelo de proximidade em vigor na PSP comunga com princípios do POP e do POI.

Para além da missão que é atribuída aos polícias que integram as equipas do MIPP, a ideia de uma intervenção multidimensional e coordenada com outras entidades realça a necessidade de a recolha de informações ser um objetivo conseguido não só pela PSP, mas também por outros atores com dever de ação neste contexto. É expectável que a iniciativa tomada pelas pessoas em reportarem problemas ou ilícitos criminais à polícia, ocorra também direcionada para outras instituições com responsabilidades de intervenção social. Estas práticas reforçam a condição de que o papel de interação com os cidadãos não está resumido às forças de segurança e exige, tanto à polícia como as entidades externas, a

garantia de que as informações conhecidas são comunicadas à força de segurança competente. Neste contexto, cabe ainda à PSP assumir a capacidade de interpelar os parceiros sociais que potencialmente tenham acesso a informações úteis, no sentido de contrariar eventuais inércias e de garantir que este conhecimento é aproveitado.

A eficácia do modelo de policiamento de proximidade, como o sucesso da implementação de qualquer estratégia, exige que os agentes que o materializam estejam conscientes e munidos de formação necessária para o cumprimento da sua missão. Enquanto agentes que operacionalizam no terreno a estratégia de proximidade, quer-se que os polícias afetos ao MIPP estejam capacitados para orientar a sua ação para a concretização das intenções deste modelo, entre as quais se inclui os contactos com a comunidade e a recolha de informações. Daí que faça sentido assumir-se a necessidade de uma formação vocacionada para a sensibilização da importância da área das informações, da necessidade de as recolher e a utilidade que as informações, ainda que avulsas, possam ter no diagnóstico das dinâmicas sociais e criminais que se encontram nas diversas áreas de policiamento. No limite, a ausência da perceção desta mais-valia para o serviço policial pode motivar a que os polícias empenhados no MIPP se abstenham de orientar a sua ação para este objetivo, ou mesmo conseguindo uma útil recolha de informações acabam por não as difundir.

Ainda no que diz respeito à matéria de formação no âmbito da utilidade das informações às quais os polícias podem ter acesso, decorrente do seu trabalho de proximidade, revela-se fundamental esclarecer junto destes os diferentes tipos de informações com as quais a polícia pode trabalhar e entre elas destacar as que mais valor podem trazer para a sua missão. Nesta ordem de ideias, Clemente afirma que as informações policiais podem ser distinguidas entre informações de segurança pública, informações criminais e contrainformações (Clemente, 2007). As informações de segurança pública, ou informações essencialmente policiais, são as que se destinam a prevenir incidentes de ordem pública e a ocorrência de incividades e de ilícitos criminais. Podemos sistematizar a sua distinção como sendo as informações que não são diretamente usadas para efeitos de prova num processo judicial. As informações criminais são as que se circunscrevem à atividade da investigação criminal e poderão servir como meio de prova judicial, pelo que se pressupõe que sejam informações que surgem posteriormente às informações essencialmente policiais e que perdem utilidade para a prevenção criminal (Hipólito, 2010, p. 10). Por último, as contrainformações servem para mitigar a possibilidade de ações de recolha indevida de informação, pressupondo medidas de segurança a aplicar, por exemplo, em documentos

(Clemente, 2007). Desta distinção importa ter em conta que, para os fins do policiamento de proximidade, o tipo de informações que se pretende que os polícias sejam capazes de obter prendem-se com as informações de segurança pública (no presente estudo são consideradas como as informações policiais), sendo estas as que verdadeiramente podem ser trabalhadas para efeitos de prevenção criminal. Além destas, existem informações sociais, também elas ao alcance dos Agentes de Proximidade, provenientes tanto das pessoas com quem estabelecem contactos mas também de entidades parceiras da sociedade. Embora estas informações não tenham propriamente índole policial, possibilitam a deteção de contextos sociais com tendências desviantes, pelo que carecem de acompanhamento e intervenção.

A referência à importância da recolha de informações ao longo da Diretiva Estratégica n.º 10/2006, de 15 de maio é, aliás, o corolário da necessidade da presença de conhecimento enquanto “fator estratégico na gestão operacional das forças de segurança e na prossecução das suas missões legais” (Sousa P. , 2011, p. 34). A estratégia adotada pela PSP está em linha com a consideração de Clemente, ao ter em conta que “o conceito de informações é tão complexo quanto importante para a qualidade da atuação policial, de forma a ser possível a proteção do cidadão de riscos maiores” (Clemente, 2007, p. 400). Anteriormente, já Ratcliffe tinha demarcado o valor das informações para a tomada de decisão e conseqüentemente para o desempenho das polícias ao referir que “este contínuo processo é responsável por gerar um produto de inteligência, que é concebido para modelar o pensamento daqueles que tomam a decisão” (Ratcliffe, 2003, pp. 3-4).

Naturalmente, a recolha de informações enquanto objetivo estabelecido no âmbito do modelo de policiamento de proximidade, pressupõe a definição de um outro objetivo que se revela indissociável e sem o qual este dificilmente se concretiza. Na prática, o trabalho de recolha de informações por parte dos polícias das equipas de proximidade torna imperativa a existência, prévia, de um contacto continuado e próximo entre a polícia e a população. Segundo os fundamentos que sustentam o modelo em causa, este contacto quer-se direto, ou seja, pressupõe-se uma interação entre apenas dois atores: o polícia e o cidadão. Contudo, vemos que a interferência de um outro ator, como serão o caso das instituições sociais, não prejudica a dinâmica de transmissão de informação sobre problemas locais ou sobre ilícitos criminais, embora neste caso se exija um maior esforço de comunicação e de articulação entre todos os intervenientes. Não obstante, o MIPP implementado na PSP privilegia os contactos diretos com a comunidade, uma vez que na sua Diretiva Estratégica faz referência, por diversas vezes à adoção de uma abordagem proactiva, bem como na afetação de polícias

por áreas e durante um período temporal suficiente para que se torne natural e reconhecida a sua presença e a sua missão no seio da comunidade, numa perspetiva de se proporcionar uma relação de confiança entre a PSP (neste caso, o agente de proximidade) e os cidadãos.

Em relação à capacidade que se espera que os polícias afetos ao MIPP tenham em conseguir estabelecer uma perceção de confiança junto da comunidade, vemos que este é mais um fator exigente na sua missão, uma vez que tradicionalmente nem todas as franjas da população estão, à partida, predispostas à proximidade com a polícia. Esta posição é assumida por Elias quando lembra, também numa ótica cultural da relação entre polícia e cidadão, que a comunidade espera dos agentes policiais uma ação de intervenção predominantemente reativa, de combate ao crime em vez do singelo contacto diário visando a partilha de informação (Elias, 2009). Assim, espera-se dos Agentes de Proximidade a promoção de ações que invertam esta tendência, sem ignorar a necessidade de se garantir o equilíbrio entre aquilo que é socialmente aceitável e o que deve ser reprimido (Jorge, 2014, p. 46).

Como forma de percebermos o relevo que é atribuído à recolha de informações, no contexto da estratégia adotada pela PSP desde 2006, procedemos a uma análise da presença deste fator ao longo da Diretiva Estratégica n.º 10/2016, de 15 de maio, não só enquanto objetivo estratégico e operacional, mas também como um dos fundamentos do conceito de policiamento de proximidade e ainda como missão atribuída aos Agentes de Proximidade.

Da análise à referida Diretiva Estratégica, constata-se a primeira alusão, no espaço dedicado ao esclarecimento do conceito da estratégia implementada, à questão do alargamento de funções dos agentes policiais em matéria de identificação de situações que possam consubstanciar práticas criminais ou que representem problemas sociais que interfiram com o sentimento de segurança dos cidadãos, apontando-se este alargamento de funções como uma das necessidades para a consolidação de uma abordagem proactiva de cariz preventivo. Para efeitos de estudo das finalidades da estratégia em causa, faz sentido incluir a deteção de problemas locais por parte dos polícias na esfera de competências relacionadas com a recolha de informações, isto porque na prática, esta ação deverá envolver um trabalho de sinalização e de comunicação destas situações. Ainda no que diz respeito à clarificação do conceito que sustenta o modelo de policiamento implementado, a Diretiva Estratégica n.º 10/2006 justifica a eficácia do policiamento de proximidade pelo facto, entre outros, de se recorrer à comunidade como fonte de informação e por permitir aos polícias terem mais possibilidades de identificar os problemas.

Passando para uma leitura aos objetivos anunciados, encontramos desde logo a menção em 3 objetivos estratégicos ao desenvolvimento de um contexto no qual a PSP se torne mais próxima da sociedade e capaz de estabelecer parcerias com a comunidade, partindo de uma relação de confiança e de credibilidade junto do público. Também como objetivo estratégico, manifesta-se a intenção em se sedimentar uma cultura de investigação racional enquadrada na promoção das capacidades e oportunidades inerentes aos polícias cujo serviço em que estão empenhados os coloca em contacto com as dinâmicas locais. Quanto aos objetivos operacionais, vemos que a referência às questões de contacto com os cidadãos e de recolha de informações já é mais residual, apenas estando definido o aumento dos índices de participação de crimes à polícia como uma intenção que pressupõe uma transmissão de informações, neste caso a denúncia de práticas criminais.

Outro dos momentos onde aparecem indicadas as matérias em análise, corresponde à descrição da estrutura orgânica do MIPP, na qual se refere que é responsabilidade dos Agentes de Proximidade que integram tanto as EPAV como as EPES, a identificação de problemas que influenciem a segurança dos cidadãos e a deteção de cifras negras. Também no que diz respeito aos princípios orientadores para a distribuição de recursos humanos está presente a preocupação em se criarem condições que favoreçam o contacto com os cidadãos, visando a identificação de problemas e a recolha de informação. Ao definir-se uma distribuição dos Agentes de Proximidade por setores próprios durante o período desejável de um ano, está-se a proporcionar a estes agentes um melhor conhecimento dos problemas dos cidadãos residentes nessa zona, bem como das incivildades e ilícitos criminais que existam.

Da análise à Diretiva Estratégica n.º 10/2006 verifica-se que o espaço dedicado à enumeração das funções dos intervenientes no MIPP é onde há uma maior incidência nas práticas relacionadas com os contactos com a comunidade e a recolha de informações. Desde os gestores locais do programa, passando pelos supervisores locais, até aos Agentes de Proximidade das respetivas equipas confirma-se que a todos estão incumbidas mais do que uma função nesta matéria. Naturalmente, a ascensão na estrutura orgânica do MIPP leva a que as funções a que nos referimos vão se tornando menos táticas e mais estratégicas. Aos Agentes de Proximidade espera-se que desenvolvam práticas tendentes a aumentar o contacto com a população e conseqüente recolha de informação, como por exemplo a realização do diagnóstico da situação de segurança no seu setor, o levantamento e a identificação de problemas com impacto na segurança da população residente, a recolha de

informações sobre ilícitos criminais concretos e sobre indivíduos suspeitos da sua prática, entre outros. Consequentemente, aos supervisores locais pretende-se que procedam a uma primeira análise dos relatórios dos Agentes de Proximidade e que tenham um papel de coordenação na identificação de problemas e de práticas criminais, bem como na comunicação às autoridades competentes para a resolução. Já aos gestores locais do programa está destinado um papel de análise dos relatórios e das informações produzidas pelas equipas de proximidade.

Por último, e de uma forma mais concreta, ficam definidos a elaboração de relatórios de policiamento de proximidade que preveem o registo das ações desenvolvidas pelos Agentes de Proximidade, entre as quais se destacam o número de contactos efetuados com os cidadãos e a informação recolhida, a identificação de problemas com impacto para o sentimento de insegurança, para a criminalidade (onde se pode incluir a deteção de cifras negras) e para a segurança rodoviária e ainda propostas ao escalão superior de medidas que contribuam para a resolução dos problemas identificados (exemplo disso será a elaboração de diagnósticos de segurança de estabelecimentos de ensino ou de áreas residenciais). No que diz respeito aos relatórios de policiamento de proximidade, nota-se uma clara aposta na inclusão de indicadores que estejam associados aos objetivos relacionados com o contacto com a comunidade e a recolha de informação, verificando-se até um peso muito maior nestes indicadores, em detrimento do registo de ações relacionadas com os restantes objetivos estratégicos e operacionais do MIPP. Este desequilíbrio pode comprovar que os resultados mais imediatos observáveis que a PSP retira do desenvolvimento do policiamento de proximidade passam precisamente pelo proveito desta valência para a aquisição de informações que orientem a missão policial, sem ignorar as restantes finalidades de cariz preventivo deste modelo, que acabam por ser mais difíceis de monitorizar e dependem de outras variáveis que transcendem a missão da PSP.

2.2.2. Articulação entre valências e troca de informações na PSP.

O MIPP implementado na PSP, que temos vindo a analisar, confere um relevo significativo à necessidade da recolha de informações, atribuindo diversas funções aos Agentes de Proximidade, aos Supervisores e aos Gestores locais do programa, que vão de encontro a esta temática. Mais do que as várias atribuições definidas no âmbito das informações, o MIPP assume mesmo como fundamento a intenção em se direccionar a ação policial para a sedimentação de relações próximas e de confiança com a comunidade, que

motivem interações e contactos frequentes e que permitam estabelecer condições que deem lugar à transmissão de informações sobre problemas que afetem o sentimento de segurança ou práticas criminais.

A opção em assumir-se a recolha de informações como um dos pressupostos operacionais do MIPP está em linha com a consideração estratégica de que a prevenção da criminalidade pode, e deve, ser sustentada pelas informações, tendo em conta que é este o recurso que permite conhecer as necessidades e as exigências socio criminais (Fernandes L. F., 2014) e auxiliar as tomadas de decisão tornando-as sólidas e sustentadas.

Resultante do objetivo acima mencionado, impõe-se um outro que se apresenta como necessário para que as informações recolhidas tenham seguimento na instituição e se traduzam num produto que possa ser usado pela PSP. Trata-se, em sentido genérico, da intenção em se melhorar a articulação entre as diversas valências da PSP e, em particular, consolidar a coordenação entre a prevenção criminal, na forma do policiamento de proximidade, e as valências de investigação criminal, de ordem pública e de informações. Precisamente no que toca à articulação entre as diversas valências da PSP, a estratégia que move o MIPP dá ênfase ao papel das informações, enquanto recurso capaz de promover a articulação desejada e, quando difundido eficientemente pelas várias valências, contribuir para a missão de cada uma.

A referida articulação, materializada na transmissão de informações dentro da PSP pode ainda contribuir para a perceção da utilidade do serviço desenvolvido pelos Agentes de Proximidade, que veem assim as informações recolhidas serem encaminhadas para a valência policial com interesse em obtê-las. Contribui igualmente para incutir nos polícias a sensação de que estão verdadeiramente integrados na missão integral da PSP. De qualquer forma, a articulação entre valências constitui um requisito para dar resultado aos contactos que são estabelecidos com a comunidade e às informações extraídas, sem a qual estas ações se tornariam infrutíferas e sem um fim concreto.

É natural que se venha a verificar que nem todas as informações recolhidas possam ser usadas com interesse para a instituição para efeitos de prevenção criminal. Contudo cabe aos Agentes de Proximidade dedicarem a sua ação, no âmbito das suas atribuições, para conseguirem tomar conhecimento de situações que possam vir a ser tratadas ao nível de informações e de investigação criminal e sobretudo garantirem que às informações recolhidas é-lhes dado o necessário encaminhamento. Este processo é adotado segundo uma

perspetiva de que as informações por eles recolhidas terão lugar a uma seleção e análise por parte de outra valência e ainda um aproveitamento e difusão por uma terceira, com vista à sua utilização na atuação policial propriamente dita. Simultaneamente, importa que os polícias afetos às estruturas de informações adotem uma posição ativa para o processo de recolha de informações, indicando claramente ao nível tático quais são as necessidades de pesquisa. Esta perspetiva é aliás resultado de uma cultura funcional assente num sistema de informações necessário numa instituição policial.

Importa trabalhar a questão da perceção das funções de recolha de informações atribuídas aos Agentes de Proximidade, por forma a evitarem-se quebras no processo de recolha, transmissão, análise e difusão da mesma, sobretudo nas fases primárias deste processo (nas quais os Agentes de Proximidade participam). Em relação ao papel dos Agentes de Proximidade, Elias aponta que estes são “indubitavelmente uma peça nuclear, um canal privilegiado de recolha de notícias (...), podendo desta forma recolher uma panóplia variadíssima de notícias que poderão ser potenciadas pelos elementos da investigação criminal” (Elias, 2007, p. 499). Além disso, revela-se essencial a existência de um canal de informações funcional, que vai desde a DNPSP, passando pelo nível de Comando, até às subunidades operacionais, da mesma forma que se deverá promover a adesão a um circuito de transmissão de informações horizontal, ou seja, entre os Agentes e Chefes dos diferentes serviços ao nível tático. Da mesma forma que se espera que os Agentes de Proximidade estejam cientes do funcionamento do canal de informações da PSP, Oliveira lembra também que “todos os elementos têm de estar conscientes da existência do Policiamento de Proximidade e da sua importância, para poderem colaborar e ouvir o que os elementos de proximidade têm para lhes comunicar” (Oliveira *cit in* Fernandes, T., 2015, p. 109).

Nesta senda, verifica-se que ao longo de toda a Diretiva Estratégica n.º 10/2006 de 15 de maio, por várias vezes é feita referência à necessidade de articulação entre as várias valências da PSP. Em rigor, a primeira menção a esta necessidade aparece logo na exposição da missão imposta pelo MIPP, enquanto justificação para se atingir a finalidade de uma melhor qualidade do serviço prestado ao cidadão, melhores índices de eficiência e de eficácia da atuação policial e uma maior articulação entre as valências de prevenção da criminalidade, de ordem pública, de investigação criminal e de informações. Finalmente, a articulação entre as valências da PSP é também definida como sendo um dos objetivos estratégicos, senão o primeiro, do modelo em análise. O pressuposto de se consolidar a

articulação entre as valências da PSP acaba por ter uma presença contínua ao longo de todos os momentos em que é reforçado o conceito da estratégia de policiamento de proximidade implementada, sendo que, em concreto, quando é apresentado como o primeiro objetivo estratégico reforça também a natureza de polícia integral da PSP.

Outro dos objetivos estratégicos definido na Diretiva Estratégica n.º 10/2006 passa pela redução dos fluxos de informação baseados em documentos escritos, o que de certa forma acaba por se enquadrar no assunto em discussão. A redução dos fluxos de informação com base em documentos escritos exige uma capacidade acrescida, não só ao nível da recolha de informações por meio de fontes não documentais (destacando-se assim as fontes humanas), mas sobretudo ao nível de procedimentos de transmissão e difusão da informação mais céleres e eficientes entre os diferentes níveis do canal de informações da instituição. Ainda em relação aos objetivos propostos, desta vez os operacionais, a Diretiva Estratégica em análise vem materializar a intenção em se consubstanciar a articulação entre as diferentes valências da PSP através da alusão expressa a práticas que promovam a coordenação, níveis de atuação e protocolos de procedimento entre a vertente preventiva, a reativa e as valências de investigação criminal e de informações. Da nossa análise, esta acaba por ser a passagem que mais intensifica a preocupação em se efetivar a necessária articulação entre valências, enquanto requisito para que se retire proveito do trabalho de recolha de informações efetuado pelos Agentes de Proximidade. Com a exposição deste objetivo operacional dá-se forma à natureza integral da PSP ao se estabelecer claramente a ligação não só entre as valências que mais intervêm no processo de tratamento e difusão de informação (investigação criminal e informações), mas também ao nível da coordenação entre as duas formas de atuação policial, a componente preventiva e a componente reativa.

As diversas alusões presentes na Diretiva Estratégica n.º 10/2006, de 15 de maio, ao serviço desempenhado, no âmbito do MIPP, direcionadas para o trabalho de recolha de informações e conseqüente transmissão interna e articulação entre as valências da PSP comprovam o alinhar da estratégia inerente ao policiamento de proximidade à perspetiva de que as informações têm um valor acrescido para a prevenção criminal. Na verdade, as informações não só constituem um dos cinco pilares da atuação policial (Elias, 2018, p. 89), como contribuem também para a prossecução dos restantes, com especial relevo para a prevenção e para a investigação criminal.

CAPÍTULO 3: ZONAS URBANAS SENSÍVEIS

É a cultura que é importante, não as identidades étnicas ou religiosas daqueles que tomam parte nela.

(Fukuyama, 2018, p. 183)

3.1. Enquadramento e Conceito

No caminho a seguir para alcançar os objetivos do presente estudo torna-se necessário observar as circunstâncias que particularizam as ZUS, em relação às demais áreas de atuação da PSP. O aparecimento destas áreas urbanas em Portugal motivou-se por um conjunto de circunstâncias que podem ser enquadradas em fatores económicos, sociais e geopolíticos. O início da guerra colonial em 1961 exigiu a mobilização de milhares de militares portugueses para as outrora colónias africanas. Nessa época, assistiu-se também a uma elevada taxa de emigração de portugueses em direção a outros países onde encontravam melhores condições de vida. Paralelamente, e apesar da saída de uma parte significativa da população, a economia portuguesa registou, nas décadas de 60 e de 70 do século XX, um crescimento notável, acompanhado pelo reforço da importância do setor secundário. A agricultura foi diminuindo o seu contributo para a economia portuguesa, ao passo que a indústria tornou-se uma área em claro crescimento. Como consequência acentuou-se o êxodo rural que já vinha a acontecer desde a década anterior.

Assim, nas décadas de 60 e 70 do século passado, a conjuntura nacional deparou-se com as mudanças acima mencionadas que influenciaram o panorama económico e demográfico do país. A população ativa diminuiu e os centros urbanos sofreram um crescimento significativo da população, em contraste com a tendência de abandono dos meios rurais. A diminuição da população ativa numa altura em que houve uma expansão do setor industrial levou o país a promover a chegada de mão-de-obra das antigas colónias africanas (Saraiva, 1978, p. 355).

Os imigrantes provenientes das colónias portuguesas em África antes da sua independência não tiveram grandes dificuldades de integração. Após os anos de 1974 e 1975, correspondentes à descolonização, o paradigma mudou, ao existir uma maior fluxo de imigrantes vindo destes países, que acabaram por se fixar em alojamentos precários nas periferias dos grandes centros urbanos, sem que muitas vezes tivessem conseguido a sua legalização em território nacional. A tendência migratória com direção a Portugal

proveniente das antigas colónias africanas manteve-se nos anos 80, da mesma forma que as condições de habitação onde estas pessoas se fixavam continuavam a ser pobres, às quais se iam associando escassas condições de trabalho e a dificuldade na legalização da sua permanência em território nacional. O próprio crescimento habitacional em torno de bairros careceu de preocupação arquitetónica e urbanística, que respondesse às necessidades de higiene e salubridade pública mas que também evitasse espaços de rutura com o resto da comunidade (Fernandes J. , 1999, p. 100) ou até mesmo com as forças policiais. Em relação ao fator urbanístico, Coelho aponta que a falta de cuidado na organização arquitetónica de um bairro pode-se revelar adversa do bem-estar social e da intervenção policial admitindo uma relação entre o mau urbanismo e a insegurança (Coelho, 2010), o que vem reforçar a importância do estabelecimento de sinergias e de consulta entre as entidades responsáveis pela urbanização e as forças de segurança.

O contexto assente em vários fatores que levam à exclusão social, económica e cultural proporcionou problemas de integração social e assistiu-se a uma disrupção na perceção da identidade dos que foram nascendo em Portugal, filhos de pais africanos. A concentração de grupos de jovens, aos quais se apontavam atos de vandalismo e criminais, nas mesmas áreas de residência fomentou a estigmatização dessas zonas por parte da sociedade, que as via como um meio provocador do sentimento de insegurança (Lousa, 2006, p. 6). Resultado disso, o crescimento destes bairros (com condições limitadas) foi inicialmente marcado pela tendência de estigmatização para com comunidades que residiam em espaços próximos, embora com culturas e com relações sociais heterogéneas (Fernandes J. , 1999, p. 100).

O contexto social presente em ZUS reflete portanto a necessidade de um acompanhamento direcionado para diminuir os índices de criminalidade e o sentimento de insegurança. Esta responsabilidade recai sobre diversos atores sociais (para além da PSP), sejam eles públicos ou privados. Na verdade, torna-se difícil exigir apenas à PSP, ou a uma só entidade, resolver problemas criminais, quando muitos deles resultam de questões sociais que careceram de apoio e de acompanhamento multidisciplinar por parte de outras organizações (Fernandes J. , 1999, p. 100).

Pelas particularidades descritas que vêm associadas às ZUS, impõe-se à PSP uma abordagem própria e adequada às necessidades de resposta aos maiores índices criminais e sentimento de insegurança. Esta posição começou por ser assumida em 1997, aquando da publicação do Relatório do Comando-Geral da PSP n.º 48697, de 4 de junho no qual constava uma definição de “bairro problemático”. Mais tarde, a PSP desmarcou-se desse

conceito, passando para uma expressão que não estigmatiza estas áreas e conseguindo uma descrição de forma a considerar um maior número de fatores.

Em 2006, através da Diretiva Estratégica n.º 16/2006, de 26 de julho, a DNPSPP estabelece o Modelo Integrado de Prevenção e Intervenção Policial (MIPIP) em áreas problemáticas e em locais de maior incidência criminal ou de hostilidade para com as forças de segurança. Este documento, para além de definir uma estratégia de intervenção policial nestes locais, apresenta um leque de critérios que são verificados numa ZUS. No cômputo geral, são dez os fatores apresentados como sendo característicos de uma ZUS, sendo que entre eles incluem-se questões de falta de adesão a preceitos sociais como a escolaridade e o trabalho, bem como desintegração social por parte dos jovens e de adultos residentes nesses bairros, comportamentos aditivos que levam a conflitos, a escassez de condições habitacionais ou, ainda que melhores, a disposição urbanística do bairro que dificulte a atuação policial. São ainda mencionados critérios como a elevada densidade populacional, a tendência de rutura com o Estado, marcada por uma posição de aversão às instituições (entre as quais se incluem as forças de segurança) e pelo sentimento de anomia e de impunidade, associado à prática de atividades ilícitas, nomeadamente o tráfico de estupefacientes e ainda o uso de mecanismos de controlo da presença policial.

A Diretiva Estratégica n.º 16/2006, de 26 de julho não refere se os critérios acima descritos são cumulativos para que uma determinada área seja considerada como ZUS, mas da sua análise depreende-se que alguns deles são suficientemente distintivos e a sua observância reflete a necessidade de uma intervenção integrada entre as valências da PSP. A título de exemplo, o sentimento de aversão ao Estado e às instituições, nomeadamente às forças de segurança, o registo de índices criminais significativos e o recurso a mecanismos de controlo e de resistência por parte dos residentes sobre a intervenção policial constituem critérios que por si só apontam para o conceito de ZUS (Lousa, 2006, pp. 8-10). Por outro lado, outros critérios enunciados expõem contextos capazes de caracterizar ZUS, como é o caso da elevada densidade populacional, os índices de absentismo escolar ou a desintegração social, mas isoladamente não são suficientes para se aplicar este conceito. Importa referir que alguns dos critérios mencionados se revelem indispensáveis e outros secundários para a consideração de um bairro como sendo uma ZUS, sobretudo na vertente de intervenções reativas e de manutenção e reposição da ordem pública (Machado, 2010, p. 34). No entanto, quando se pretende conseguir uma abordagem preventiva e uma intervenção direcionada para a resolução de problemas e interação com a comunidade, todos estes fatores deverão

pesar, mesmo aqueles que não consubstanciem problemas criminais. Alguns dos critérios, por si só, traduzem problemas sociais, cujo desenvolvimento pode potenciar contextos criminais e influenciar o sentimento de insegurança.

Para além das características acima mencionadas, a Diretiva Estratégica que implementa o MIPIP em áreas problemáticas e em locais de maior incidência criminal ou de hostilidade para com as forças de segurança avança ainda com uma classificação matricial, através da qual estabelece um conjunto de critérios e subcritérios (condicionantes arquitetónicas, características da população, historial do bairro, criminalidade, entre outros) que permitem aferir o grau de risco de cada ZUS. Esta avaliação procede-se pela atribuição de uma classificação para cada critério cujo balanço final resultará na definição de uma área como sendo uma zona verde, amarela ou vermelha, consoante o grau de risco aferido seja baixo, médio ou elevado respetivamente. Uma vez feita a avaliação do grau de risco de determinada ZUS, permite à PSP sistematizar os procedimentos de segurança na atuação policial e definir protocolos de procedimento e de coordenação entre as diversas valências, sem que ecoe na estigmatização do bairro pela instituição.

3.2. Diretiva Estratégica n.º 16/2006: Modelo Integrado de Prevenção e Intervenção Policial em Áreas Problemáticas e em Locais de Maior Incidência Criminal ou de Hostilidade para com as Forças de Segurança

É clara a intenção que a PSP tem vindo a assumir em dar resposta às necessidades de segurança sentidas em ZUS e orientar os recursos e as táticas de intervenção policial nestas áreas, alinhados com uma abordagem da realidade destes bairros distinta, não discriminatória ou estigmatizada, mas antes adequada às particularidades locais. Em rigor, já em 1997, por meio da Diretiva Operacional n.º 09/97, a PSP debruçou-se sobre as especificidades dos, na altura considerados, bairros problemáticos. Neste documento constavam recomendações operacionais orientadoras para a intervenção neste tipo de zonas. Mais tarde, veio-se a consolidar a definição de um modelo integral de policiamento, estabelecendo-se em 2006 uma estratégia mais abrangente, coordenada e articulada entre as diferentes valências da PSP que participam na intervenção em ZUS, materializada na Diretiva Estratégica n.º 16/2006, de 26 de julho, que se apresenta com o objetivo estratégico prioritário de reorientar os recursos policiais e as táticas de intervenção policial, com vista a conseguir uma maior economia de esforços, menor risco para os agentes policiais e maior eficácia de resultados.

De uma análise global ao documento em estudo, percebe-se que é exposta uma sistematização do modelo de intervenção policial cuja natureza integral pressupõe uma atuação planeada e coordenada entre as valências de prevenção, investigação criminal, informações e ordem pública, em função do diagnóstico feito em cada ZUS que permite classificar o grau de risco associado e relacioná-lo com os cinco níveis de intervenção definidos. A atuação policial baseia-se portanto numa análise de risco flexível e adaptável a cada contexto e assenta num dos três cenários de atuação policial, sendo eles a prevenção, reação a incidentes e operações planeadas. Perante o cenário em vigor, torna-se possível definir objetivos, métodos e modalidades de atuação concretos, protocolos de procedimento e composição do dispositivo para cada valência policial que intervém em cada um dos cinco níveis de intervenção.

Observando as dinâmicas associadas a cada cenário de atuação policial vemos que a prevenção constitui o cenário que corresponde a um estado de normalidade, no qual atuam as equipas do MIPP e as equipas de patrulhamento auto, cujas principais funções irão ser abordadas no subcapítulo seguinte. Está ainda previsto a presença de Equipas de Intervenção Rápida e de equipas do Corpo de Intervenção embora de uma forma concentrada, no âmbito de funções de patrulhamento e de visibilidade.

Passando para um cenário de reação, significa que existe um agravamento da situação, podendo-se manifestar em pequenos incidentes de baixa agressividade, em incidentes mais agressivos ou com poucos intervenientes, em alterações da ordem pública quando há um maior número de intervenientes ou mesmo num incidente tático-policial. Perante o escalar de uma situação de normalidade para a ocorrência de incidentes, também o cenário de atuação policial evolui passando para o cenário de reação, estando este dividido entre a resposta a incidentes, operações de reposição e manutenção da ordem pública e operações de intervenção tática. A cada um dos três tipos de intervenção enquadrados num cenário de reação correspondem as respetivas equipas que deverão atuar no âmbito das suas funções definidas.

Percebe-se que à evolução da complexidade dos incidentes corresponde uma alteração no efetivo empenhado e nas funções de cada interveniente, recorrendo-se a equipas de valências mais reativas e musculadas como as Equipas de Intervenção Rápida e a Unidade Especial de Polícia com meios e recursos específicos e prescindindo-se das equipas do MIPP que estariam empenhadas num cenário de prevenção, ou mesmo das equipas de patrulhamento auto que estão empenhadas até um cenário de reação em resposta a incidentes.

Existe ainda um outro cenário denominado por operação planeada, que pode incorporar equipas de quase todas as valências policiais e que tanto pode configurar intervenções policiais de reação, como de prevenção criminal ou de fiscalização, quando estas assentam numa operação planeada e executada com um envolvimento específico de meios e de recursos. No cenário de operação planeada não se inclui a intervenção das equipas do MIPP, procurando-se assim evitar que aconteça um rompimento nos princípios que apelam à relação com o cidadão sustentados no policiamento de proximidade. Caso contrário, a presença de polícias das equipas do MIPP colocaria em causa a sua missão num cenário de prevenção. A perspetiva de conservar os princípios do policiamento de proximidade afastando os polícias do MIPP de intervenções planeadas ou reativas está em linha com as considerações de Pinho, ao afirmar que “em situações de reposição de ordem pública ou num cenário de operações planeadas, impera que sejam afastados os elementos de proximidade” (Pinho, 2009, p. 323). Em sentido oposto, Lousa afirma que a presença destes polícias nestas situações constitui um contributo enquanto papel de “mediadores e de prestadores de informações úteis a ambos os lados” (Lousa, 2006, p. 75). No nosso entender, existe e deve ser privilegiada a capacidade de os polícias afetos ao MIPP colaborarem na transmissão de informações relevantes para determinada intervenção sem que isso implique a sua presença no local. Além disso, os proveitos do papel de mediadores nestas situações, para além de não terem sustentação legal, não justificam os prováveis prejuízos que essa posição traria para a sua função de prevenção e de relação próxima com a comunidade.

Em suma, vemos que para todos os cenários, a Diretiva Estratégica n.º 16/2006 atribui a cada valência empenhada as suas funções e respetivos procedimentos de segurança, em função dos graus de risco definidos. A eficácia da estratégia associada ao MIPP é assim consolidada numa atuação policial planeada e com capacidade de adaptação à evolução do contexto vigente, sobretudo quando é reforçada por um trabalho integrado e articulado entre todas as valências, do qual resulta uma atuação policial incisiva e eficiente, reduzindo-se espaço para falhas na atuação ou hostilidade desproporcional e conseguindo-se uma melhor perceção da legitimidade da presença policial por parte da comunidade.

3.3. Policiamento de Proximidade em Zonas Urbanas Sensíveis

Como já vimos ao longo do primeiro capítulo, a prevenção criminal constitui um dos pilares de atuação policial cuja importância aparece sobretudo reforçada em modelos de policiamento que privilegiam respostas antecipadas à criminalidade. A PSP tem vindo a

alinhar a sua estratégia em direção à consolidação de um modelo de polícia integral, que recorre à articulação entre as suas valências para a prossecução dos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos. Neste modelo integral, a prevenção criminal apresenta-se como uma das valências que compõem a PSP, absorvendo em si princípios de atuação que sustentam o policiamento em todas as suas áreas de jurisdição, entre as quais se incluem as ZUS. Em rigor, tanto o MIPP como o MIPIP são dois modelos de atuação adotados pela PSP, nos quais estão presentes pressupostos e objetivos de prevenção criminal. No primeiro, estes preceitos são claramente transversais a todo o modelo, enquanto que no que diz respeito à intervenção em ZUS vemos que constituem bases de atuação num dos cenários definidos.

Considerando os conteúdos do MIPIP expostos pela Diretiva Estratégica n.º 16/2006, vemos que a filosofia de prevenção criminal, associada ao policiamento de proximidade, ao policiamento direcionado para a resolução de problemas e à atuação conjunta e multidisciplinar em parceria com outras entidades, corresponde a um dos fundamentos defendidos para a adoção deste modelo. Também na definição dos objetivos estratégicos são vários os que representam condições relacionadas com a prevenção. Entre eles destaca-se a articulação entre a valência de prevenção criminal (operacionalizada pelo policiamento de proximidade) com a ordem pública e a investigação criminal, o recurso ao policiamento de proximidade para a adoção de medidas direcionadas para a resolução de problemas locais e melhoria do sentimento de segurança, a adequação dos projetos de policiamento de proximidade aos contextos encontrados em ZUS e a promoção da confiança dos cidadãos e de um relacionamento estreito entre a polícia e a comunidade. A mesma referência a medidas preventivas aparece nos objetivos operacionais, estando definida a intenção em se desenvolverem protocolos com entidades externas à PSP e novamente a coordenação e estabelecimento de níveis de atuação entre a vertente preventiva e a reativa.

A menção a técnicas e táticas de cariz preventivo ao longo da Diretiva Estratégica que implementa o MIPIP ocorre de forma mais concreta na definição do cenário de atuação de prevenção. Como já vimos, este cenário pressupõe um estado de normalidade no qual não se registam incidentes nem alterações à ordem pública, pelo que nesta situação pressupõe-se a atuação das equipas do policiamento de proximidade. Nesse seguimento é enumerado um abrangente leque de funções atribuídas a esta valência entre as quais, no âmbito do presente estudo e para aquilo que tem que ver com o trabalho de proximidade e com o intuito da recolha de informações, destacamos algumas. Com efeito, encontra-se determinado que cabe aos polícias que operacionalizam o policiamento de proximidade nestas áreas estabelecerem

contactos periódicos com os residentes e comerciantes, efetuarem um diagnóstico do contexto ao nível securitário, promoverem a identificação e o levantamento de problemas, recolherem informações sobre ilícitos criminais, indivíduos suspeitos da sua prática e sobre eventuais locais de vigilância, bem como sobre a organização de concentrações ou manifestações que alterem a ordem pública. Percebe-se que, em grosso modo, as funções atribuídas pela Diretiva Estratégica n.º 16/2006 aos polícias que efetuem proximidade nestas zonas estão de acordo com as funções apresentadas pelo MIPP para a generalidade da atuação da PSP, havendo especialmente uma maior aposta na capacidade de recolha de informações por parte das equipas de proximidade no policiamento realizado em ZUS. Este quadro reforça, na nossa perspetiva, a missão incumbida ao policiamento de proximidade que melhor contribui para o policiamento destas áreas e comprova ainda o contributo da recolha de informações por parte do MIPP para que sejam atingidos os fins da atuação global da PSP em ZUS.

Em rigor, a estratégia associada ao MIPIP em ZUS prevê que seja feito um diagnóstico capaz de caracterizar estas áreas de acordo com o seu grau de risco, para que consequentemente se possam definir quais as medidas a adotar. Neste aspeto, o policiamento de proximidade pode também dar um contributo significativo procedendo a avaliações contínuas e adaptáveis à dinâmica da criminalidade, no âmbito das funções que estão cometidas a esta valência. Machado aponta ainda outra vantagem decorrente do trabalho desenvolvido pelas equipas de proximidade, lembrando a importância destas “na fase de *unrest*, no sentido de recuperar laços que, porventura, possam ter ficado lesados entre a polícia e a comunidade no decorrer da desordem” (Machado, 2010, p. 54).

Outro dos fatores relacionado com a intervenção de cariz preventivo e que aparece por diversas vezes a ter em conta no MIPIP tem que ver com a aposta numa intervenção coordenada e partilhada com outros órgãos com responsabilidade de atuação em contextos de destruturação social e urbanística. O trabalho conjunto entre instituições traduz-se numa vasta partilha de informações de ambas as partes que facilitará tanto a intervenção policial como a intervenção ao nível das responsabilidades de inserção social, resultando assim em benefícios para a comunidade. O empenho da PSP em ações conjuntas de cariz social não deverá ser confundido com uma posição de assistencialismo por parte das forças de segurança, esperando-se que, por parte dos polícias que desempenham o policiamento de proximidade, se mantenha o seu papel de autoridade do Estado, intervindo direta ou indiretamente perante infratores.

Importa ainda ter em conta que, não obstante os contributos do policiamento de proximidade para a atuação da PSP em ZUS, esta vertente traduz também algumas exigências aos polícias que operam no terreno. Desde logo, o trabalho de prevenção e de proximidade com a comunidade torna-se árduo perante contextos nos quais existe uma certa aversão às instituições públicas, nomeadamente à polícia e daí a sua presença nem sempre ser desejada. Neste ponto, Coelho (2012, p. 35) considera que, embora aqueles que frequentam estas zonas dedicando-se a atividades ilícitas e que por isso adotam sistemas de controlo e de resistência às autoridades, sejam uma minoria, acabam por conseguir limitar a liberdade de relacionamento dos restantes residentes com a polícia. Esta dinâmica deverá, por isso, constituir uma das preocupações para a adoção de respostas como a promoção de contactos próximos com a comunidade de forma a contrariar-se a tendência de influência por parte dos que adotam uma posição aversiva às forças de segurança e a afastar-se a ideia de que os polícias só entram num destes bairros para reagir a incidentes.

Em relação aos aspetos que poderão promover a concretização dos objetivos traçados para o policiamento de proximidade em ZUS, vemos que as especificidades das suas funções acabam por exigir aos polícias que integram estas equipas que estes estejam dotados de capacidades profissionais, como a propensão para a comunicação e o relacionamento e ainda uma postura proactiva capaz de se sobrepor a eventuais barreiras culturais que possam existir entre eles e a comunidade. Paralelamente, o trabalho de diagnóstico e de levantamento de problemas apontado aos Agentes de Proximidade poderá ser complementado com a elaboração de relatórios onde conste precisamente o registo das interações feitas com os residentes, bem como as informações recolhidas. Estamos em crer que esta prática poderá consolidar um suporte avaliativo do serviço desenvolvido e ainda um sustento para a desejada articulação entre as diferentes valências, sobretudo investigação criminal e informações.

CAPÍTULO 4: OPERACIONALIZAÇÃO DO MIPP NA DIVISÃO POLICIAL DE LOURES

4.1. Metodologia

De forma a alcançarem-se os objetivos propostos, o presente estudo sustentou-se em métodos qualitativos, tendo-se optado por recorrer às técnicas de entrevista, observação participante e à técnica de análise de conteúdo. Através desta direção metodológica pretendeu-se analisar os aspetos estratégicos e operacionais da execução do MIPP na Divisão Policial de Loures, por via dos testemunhos evidenciados pelas pessoas que se inserem neste ambiente em análise e reforçado pela interpretação dos dados retirados na observação.

O recurso à técnica de observação participante possibilitou ao investigador o registo contínuo das dinâmicas presentes no objeto de estudo, no qual esteve inserido durante três meses, bem como envolver-se em ações levadas a cabo pelos polícias do MIPP da Divisão Policial de Loures, no âmbito das suas funções. A técnica de observação participante executou-se na sua forma de participação-observação, visto que o investigador para além de estar inserido no grupo que observa pertence naturalmente ao mesmo (Santo, 2015, p. 31), posição que privilegia o acompanhar de dinâmicas operacionais e o acesso a informação que nem sempre poderá estar ao alcance de investigadores externos, sem, no entanto, descurar a importância em se mitigar a subjetividade do observador. A este respeito, consideramos que se conseguiu evitar a eventual desvantagem decorrente da subjetividade do investigador, uma vez que não possuía nenhum referente prévio sobre o objeto de estudo, que resultasse da sua ação em termos profissionais no terreno.

Ainda com vista à concretização de uma análise em profundidade do policiamento de proximidade em contextos específicos, foram realizadas seis entrevistas semiestruturadas⁴. A inclusão dos entrevistados obedeceu ao preceito do consentimento informado, uma vez que os visados foram esclarecidos sobre o âmbito do estudo e aceitaram ser incluídos no mesmo, identificando-se o seu cargo no momento da recolha de dados⁵. A seleção dos

⁴ Ao Comandante da Divisão Policial de Loures;
À Comandante da 71.ª Esquadra – Odívelas;
Ao Supervisor Local do MIPP da 73.ª Esquadra – Pontinha;
A um Agente Principal pertencente ao MIPP da 70.ª Esquadra – Loures;
A um Agente Principal pertencente ao MIPP da 78.ª Esquadra – Camarate;
A um Agente pertencente ao MIPP da 39.ª Esquadra – Sacavém.

⁵ Anexo B.

entrevistados procurou promover uma recolha de dados que permitisse uma análise em profundidade, tendo-se por isso direcionado a indivíduos cuja experiência profissional, os conhecimentos na área e os cargos desempenhados garantissem a qualidade e especificidade da informação. O recurso às entrevistas traduz-se no “estabelecimento de uma relação de confiança e à-vontade com o entrevistado, de forma a conseguirem-se respostas fidedignas, ou por outras palavras, que correspondam ao que na verdade o inquirido pensa, faz, acredita sobre algo.” (Santo, 2015, p. 32). As entrevistas foram realizadas com base num guião de 13 perguntas⁶ organizadas em três grupos⁷ que se enquadram nos objetivos do estudo, entretanto melhor aprofundados como resultado do desenvolvimento do corpo teórico e com a participação do investigador no contexto objeto de estudo, em termos de trabalho no terreno⁸. O guião da entrevista, que foi sujeito a uma revisão especializada para além do autor do estudo, é composto por perguntas claras, não tendenciosas e não ambíguas e segue o princípio da abordagem de aspetos gerais para o particular (Santo, 2015, p. 32). As entrevistas decorreram de forma presencial (com exceção da entrevista ao Comandante da Divisão Policial de Loures que foi realizada via *e-mail*) e tiveram a duração aproximada de 30 minutos, tendo sido posteriormente transcritas na sua íntegra.

Os dados recolhidos pelas entrevistas foram organizados com recurso à técnica de análise de conteúdo, o que resultou na elaboração de três quadros categoriais (um para cada objetivo da entrevista) e que permitem a identificação de padrões de resposta e de atuação policial. A aplicação desta técnica de análise permitiu encontrar ideias-chave ao longo do *corpus* das entrevistas, vindo estas a serem categorizadas, conferindo-lhes validade e fiabilidade, indo ao encontro dos objetivos do trabalho e tendentes a testar as respetivas hipóteses da investigação⁹. A análise de conteúdo é uma técnica através da qual procedemos à sistematização da informação, segundo processos de codificação, categorização e inferência e alcançando uma análise de natureza analítica e/ou inferencial (Santo, 2015, p. 68). Berelson contribuiu para a definição da análise de conteúdo ao considerá-la como uma “técnica de investigação que procura uma descrição objetiva, sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto da comunicação” (Berelson *cit in* Santo, 2015, p. 69). Note-se que este

⁶ Anexo A.

⁷ I – Caracterização e Operacionalização do MIPP, II – Os contactos com a comunidade e a recolha de informações, III – A articulação entre as valências da PSP.

⁸ Devido à presença do investigador na Divisão Policial de Loures durante o estágio prático do Mestrado Integrado em Ciências Policiais.

⁹ A validade das interpretações dos resultados encontrados foi também reforçada pela submissão à consideração e discussão das mesmas por parte dos orientadores da dissertação, enquanto especialistas na matéria.

autor faz referência à descrição quantitativa da análise de conteúdo, na medida em que esta técnica permite a contagem das unidades de análise, o que pode traduzir-se num contributo para a interpretação dos conteúdos (Santo, 2015, p. 69).

O caminho percorrido para a concretização da análise de conteúdo passou por dois processos, a codificação e a categorização. Seguindo as operações consideradas por Bardin (2018) como fundamentais, procedeu-se ao recorte das unidades de análise, à respetiva enumeração e à consequente classificação. No primeiro momento, foram selecionadas as unidades de registo que correspondem aos fragmentos mínimos de conteúdo traduzindo-se neste estudo essencialmente em palavras, temas e atributos do objeto. As unidades de registo inserem-se nas unidades de contexto, sendo estas as passagens mais amplas que permitem compreender e enquadrar as unidades de registo. A enumeração foi realizada através da contagem das frequências absolutas e relativas das unidades de análise, traduzindo-se em unidades de enumeração¹⁰. Por último, a classificação corresponde ao processo que permitiu agrupar e integrar as unidades de análise nas categorias definidas, de forma a possibilitar a sistematização e análise dos objetivos estabelecidos, assim como das hipóteses do estudo. Para além da definição de categorias, optou-se também pela seleção de subcategorias num plano mais específico, com vista a facilitar o tratamento da informação, a garantir uma correta integração dos indicadores nas mesmas e a promover uma possível produção de inferências.

A análise categorial realizada assentou na definição de três objetivos da entrevista: perceber a organização do MIPP na Divisão Policial de Loures, perceber o papel dos contactos com a comunidade e da recolha de informações e analisar a articulação entre as valências da PSP. Realça-se que a organização da entrevista e a definição das categorias segundo estes objetivos está em consonância com os objetivos propostos para o trabalho e com as hipóteses inicialmente apontadas. As categorias foram definidas respeitando os princípios enunciados por Bardin, sendo eles a homogeneidade (características idênticas), a exaustividade (todas as ideias-chave são associadas a uma categoria), a exclusividade (não repetição de elementos em várias categorias), a objetividade (garante a clareza da categorização independentemente do investigador) e a pertinência (as categorias estão de acordo com o conteúdo e os objetivos) (Bardin, 2018, p. 36). Os indicadores, por sua vez, representam de forma cabal as ideias-chave encontradas ao longo do *corpus* das entrevistas

¹⁰ Anexo I.

e constituem dimensões concretas e específicas das categorias e das subcategorias, concretizando-as (Santo, 2015, p. 87) e tornando possível a sistematização de todos os temas associados às unidades de registo. Assim, a categorização resumiu-se ao reagrupamento, por analogia, dos indicadores (que absorvem as unidades de registo) entre rúbricas ou classes, que constituem as categorias e subcategorias, essencialmente segundo um critério semântico (os elementos foram agrupados mediante o tema que lhes está associado) (Bardin, 2018). A organização das categorias foi feita segundo um sistema de caixas, tendo sido selecionadas à medida que o material de análise ia sendo tratado.

Decorrente dos processos percorridos para a codificação e classificação resultou a definição de 13 categorias, que foram preenchidas com subcategorias e indicadores¹¹. No primeiro objetivo estabelecido na análise de conteúdo - “Perceber a operacionalização do MIPP na Divisão Policial de Loures”, definiram-se como categorias a “Caracterização do MIPP”, o “Contributo do MIPP para a atuação global”, a “Operacionalização do MIPP em ZUS”, o “Contributo do MIPP em ZUS” e a “Perceção dos restantes polícias”. Para o segundo objetivo - “Perceber o papel dos contactos com a comunidade e a recolha de informações”, as categorias estabelecidas foram a “Relação com a população”, a “Recolha de informações pelo MIPP”, a “Colaboração de entidades na transmissão de informações”, o “Contributo do MIPP para a recolha de informações em ZUS”, o “Tratamento dado às informações” e “Boas práticas para a recolha de informações”. Em relação ao último objetivo - “Analisar a articulação entre as valências da PSP”, encontraram-se duas categorias: a “Articulação entre as valências” e “Boas práticas para a articulação entre as valências”. A partir desta organização foi possível desenvolver a análise dos resultados, conforme aparece no subcapítulo 4.3.

4.2. Caracterização do contexto urbanístico e sociodemográfico da área da Divisão Policial de Loures

A Divisão Policial de Loures corresponde a uma Divisão destacada do Comando Metropolitano de Lisboa, composta por nove Esquadras de competência territorial¹², três

¹¹ Anexo I.

¹² 39.^a Esquadra – Sacavém, 70.^a Esquadra – Loures, 71.^a Esquadra – Odivelas, 73.^a Esquadra – Pontinha, 74.^a Esquadra – Torres Novas, 75.^a Esquadra – Caneças, 76.^a Esquadra – São João da Talha, 77.^a Esquadra – Santo António dos Cavaleiros e 78.^a Esquadra – Camarate.

Esquadras de competência específica¹³ e uma Esquadra complexa¹⁴. A área de responsabilidade desta Divisão Policial abarca três municípios distintos, a saber o município de Loures, o município de Odivelas e o município de Torres Vedras.

Segundo o *Diagnóstico Social do Concelho de Loures 2019* estima-se que no respetivo município residam 209.442 habitantes. Loures é o terceiro município da Área Metropolitana de Lisboa com maior número de edifícios de habitação social e salienta-se a permanência de algumas zonas de habitação ilegal e de alojamentos precários, que perduram, não obstante as políticas municipais desenvolvidas. O mesmo documento refere que as Uniões de freguesias de Camarate, Unhos e Apelação e de Sacavém e Prior Velho são as que têm o maior número de fogos de habitação social, representando respetivamente 39,9% e 29,5% do número total de fogos neste município. Também na União de freguesias de Camarate, Unhos e Apelação destacam-se a Urbanização Quinta da Fonte, o Bairro Municipal da Quinta das Mós, o Bairro CAAR Camarate, o Bairro Santo António e o Bairro Municipal da parcela 6 – Catujal, como sendo aqueles onde residem, em habitação social, o maior número de agregados familiares. A mesma análise na União de freguesias de Sacavém e Prior Velho mostra que a Urbanização Municipal dos Terraços da Ponte corresponde à que acolhe o maior número de agregados familiares e de residentes em habitação social (2019, pp. 67-78). O *Diagnóstico Social do Concelho de Loures 2019* alerta ainda para o facto de o contexto de sobrelotação de habitação municipal e a existência de algumas zonas com alojamentos precários constituírem motivos enunciados pelos atores locais para a possibilidade de se verificar a diminuição da qualidade de vida, devido a uma degradação cada vez maior das condições de habitação e ao aparecimento de guetos e de focos de criminalidade nos bairros sociais (2019, p. 234), daí a necessidade em serem definidas novas políticas de habitação e ordenamento no concelho de Loures, capazes de responderem às necessidades atuais, nomeadamente em relação às questões de habitação social (2019, p. 238). Também Teixeira (2018, p. 91) aponta no mesmo sentido, ao afirmar que o contexto socioeconómico e urbanístico das freguesias do concelho de Loures está associado aos processos de realojamento decorrentes do PER (Programa Especial de Realojamento) que veio procurar colmatar aspetos como a escassez de habitação, o tipo de construção ou a

¹³ Esquadra de Intervenção e Fiscalização Policial, Esquadra de Trânsito e Esquadra de Investigação Criminal.

¹⁴ 74.^a Esquadra – Torres Vedras.

ausência de políticas de integração social e que motivam a vulnerabilidade social e urbanística.

Ao nível da segurança, o *Diagnóstico Social do Concelho de Loures 2019* refere que a taxa de criminalidade¹⁵ tem vindo a diminuir desde 2011. Em 2017, a taxa de criminalidade do concelho de Loures foi de 30,1%, tendo sido os crimes contra o património (15%) e contra a integridade física (6,1%) aqueles que tiveram maior registo. (2019, p. 28). Dados mais recentes, referentes ao ano de 2019, indicam que Loures foi o quinto município do país com maior registo de crimes contra as pessoas, tendo-se nesse ano noticiado 1 656 crimes desta natureza¹⁶. Ainda no eixo da segurança pública, destaca-se a aposta, através da implementação do Contrato Local de Segurança¹⁷ em 2008, numa estratégia de intervenção multidisciplinar. A Câmara Municipal de Loures estima que em todo o concelho, a população abrangida na área de jurisdição da PSP corresponda a cerca de 184.000 habitantes, distribuídos pela área de cinco Esquadras¹⁸, ao passo que a GNR tem na sua área de responsabilidade aproximadamente 21.000 habitantes (dados de 2013).

O *Diagnóstico Social do Concelho de Odivelas 2017* aponta que o município é composto por 144.549 habitantes e que no período compreendido entre 2000 e 2014 foram realizados 301 realojamentos (abrangendo 830 pessoas), ao abrigo de vários programas, entre eles o PER (2017, p. 108). Em relação à habitação social em Odivelas, encontram-se 551 fogos desta natureza, que abrangem mais de 1.500 pessoas (2017, p. 106). No âmbito da segurança, vemos que a PSP é a única força de segurança com responsabilidade na área do concelho de Odivelas¹⁹. No ano de 2015, registaram-se 4804 crimes, tendo sido os crimes contra o património aqueles com maior expressão (59,3%), seguidos dos crimes contra as pessoas (37,2%) (2017, p. 130).

No município de Torres Vedras, estima-se que habitem 79.465 pessoas, naquele que é o mais extenso município do Distrito de Lisboa. Entre os seus habitantes, 184 residem em

¹⁵ Taxa de criminalidade: Relação entre o número de crimes e a população residente (Instituto Nacional de Estatística).

¹⁶ Retrieved from: <https://www.pordata.pt/>

¹⁷ Acordo celebrado entre duas partes intervenientes na sua operacionalização. Por um lado, os poderes públicos como o Estado, as Forças de Segurança e as Autarquias e por outro a sociedade civil, onde se incluem agentes económicos, sociais, culturais e os cidadãos em geral, com vista a colaborarem na promoção e criação de uma nova cultura de segurança (Inácio, 2010, p. 90).

¹⁸ 39.^a Esquadra – Sacavém, 70.^a Esquadra – Loures, 76.^a Esquadra – São João da Talha, 77.^a Esquadra – Santo António dos Cavaleiros e 78.^a Esquadra – Camarate

¹⁹ 71.^a Esquadra – Odivelas, 73.^a Esquadra – Pontinha e 75.^a Esquadra – Caneças.

habitação social²⁰. A área de responsabilidade da Esquadra da PSP de Torres Vedras abrange a cidade de Torres Vedras e a Freguesia de Santa Maria, São Pedro e Matações.

4.3. Análise e discussão dos resultados

4.3.1. Caracterização e operacionalização do MIPP.

Na presente secção proceder-se-á à sistematização dos resultados recolhidos através da observação participante e em especial das entrevistas, por via da técnica de análise de conteúdo. Com base nos quadros categoriais construídos para cada objetivo estabelecido na análise de conteúdo²¹, procedeu-se à codificação dos indicadores definidos (quadros 11 a 37)²² ao longo de todo o material de análise. Nos quadros 1 e 2 estão sistematizadas cinco categorias, cada uma com várias subcategorias e todas elas direcionadas para o objetivo estabelecido neste primeiro grupo de questões abordadas nas entrevistas: Perceber a operacionalização do MIPP na Divisão Policial de Loures. Note-se que a definição deste objetivo pretende ir de encontro aos objetivos apresentados no início do estudo (designadamente caracterizar o MIPP à luz dos modelos de policiamento, compreender a operacionalização do MIPP em ZUS e identificar os principais indicadores capazes de avaliar o contributo do policiamento de proximidade em ZUS) assim como às hipóteses inicialmente avançadas.

Em relação à caracterização do MIPP, optou-se por definir como subcategorias a “Estruturação”, as “Utilidades” e os “Atributos”. Esta subdivisão facilita a leitura e análise dos indicadores encontrados. Assim, metade dos entrevistados apontou como uma característica do MIPP, ao nível da sua estruturação, entre outras, o facto de integrar em si vários projetos. Ainda de forma a caracterizarem o MIPP, os entrevistados sinalizaram várias utilidades que estão associadas a este modelo de policiamento, destacando-se a prevenção criminal, a capacidade de deteção e resolução de problemas e a proximidade e relação com o cidadão, tendo sido este último indicador mencionado por cinco dos seis entrevistados. Por último, a caracterização do MIPP mereceu a referência a atributos como a sua especialização e a sua importância. Nesta primeira categoria e respetivos indicadores, não existiu grande consenso entre os entrevistados, tendo apenas a integração de vários projetos, as utilidades apontadas e o carácter de especialização, sido mencionados por metade ou mais dos

²⁰ Dados retirados do *Diagnóstico e Plano de Desenvolvimento Social e de Saúde 2017/2021*.

²¹ Anexo I.

²² Anexo J.

entrevistados. Nota-se diferença na visão transmitida sobre o MIPP entre os entrevistados que desempenham funções de comando e aqueles que desempenham funções operacionais, verificando-se uma maior facilidade nos primeiros para a alusão de características mais estratégicas, aparecendo os três indicadores pertencentes à subcategoria “Estruturação” em coocorrência. De qualquer forma, vemos que as características apresentadas se adequam àquilo que está institucionalmente definido para o modelo.

No que diz respeito ao contributo do MIPP para a atuação global da PSP, assistiu-se à referência a indicadores que refletem algumas das áreas específicas nas quais o MIPP atua (como a violência doméstica e o acompanhamento de idosos), os proveitos deste policiamento e as relações que promove. Foram diversos os proveitos referidos pelos entrevistados, destacando-se entre eles a recolha de informação, por ter sido mencionado por quatro entrevistados. Na alusão às relações estabelecidas enquanto contributo do MIPP para a atuação global, incluem-se as parcerias criadas com entidades externas e a promoção de contactos com a população, estando este aspeto presente em metade das respostas. Ressalva-se que os dois entrevistados com funções de comando foram capazes de apresentar um maior número de contributos do policiamento de proximidade para a atuação global, o que se percebe tendo em conta os seus cargos que lhes facilitam uma perspetiva ampla da ressonância do trabalho desta valência.

A análise às ideias-chave transmitidas sobre a operacionalização do MIPP em ZUS resultou na identificação de indicadores que resumem as táticas seguidas, os obstáculos e as oportunidades encontradas pelas equipas do MIPP. Nesse sentido, vemos que a operacionalização do MIPP em ZUS rege-se pela aposta num trabalho contínuo ao longo do tempo, na realização de contactos pelos seus polícias, na sua presença nestas zonas e na pouca rotatividade dos mesmos. Paralelamente, foram apontados obstáculos como as diferenças de receptividade por parte da população e a dificuldade que reveste a missão do MIPP em ZUS. A alusão à existência de dificuldades no serviço desenvolvido pelo MIPP em ZUS corrobora a consideração de Oliveira (2006, p. 225) quando afirma que apesar de o modelo teórico do policiamento de proximidade estar bem construído, são encontradas várias dificuldades ao nível da inserção e aceitação em ZUS. Ainda assim, os entrevistados assumiram a existência de fatores que se revelam oportunos para o policiamento de proximidade em ZUS, como a relação com a população mais idosa e a possibilidade de recolha de informações. Complementarmente, a presença do investigador no objeto de estudo permitiu corroborar na íntegra os traços associados à operacionalização do MIPP

nestes contextos específicos. Nota-se sobretudo diferenças na receptividade da população à presença dos polícias, mais vincadas entre faixas etárias mais novas (menos recetivas) e mais idosas (mais recetivas).

Passando para a leitura dos contributos do MIPP em ZUS, os indicadores agrupam-se entre os que constituem fatores de influência e os que são propriamente contributos. Um terço dos entrevistados indicou que o facto de se trabalhar fardado, a existência de diferentes grupos de pessoas em ZUS, o tempo de permanência dos polícias na função e as reações da comunidade à polícia são aspetos que influenciam os resultados do trabalho do MIPP em ZUS. Em relação ao efeito da farda, o investigador notou claras diferenças na receptividade por parte da população, quando os polícias trabalhavam à civil, traduzindo-se numa melhor aceitação da presença policial e numa atitude mais descontraída por parte da comunidade. No que diz respeito aos contributos, evidencia-se o consenso entre os entrevistados ao referirem os proveitos do trabalho do MIPP para a recolha de informações nestas áreas. Além disso, os restantes contributos aludidos tiveram significativa concordância, visto que foram comuns à maioria dos intervenientes. Os dados retirados ao longo da observação estão em linha com os indicadores resultantes das entrevistas, podendo-se considerar que todos os contributos encontrados resultam da possibilidade trazida pelo MIPP em ter uma presença próxima dos polícias nos bairros e com a comunidade.

Ainda com vista a perceber à sistematização do primeiro objetivo das entrevistas, procurou-se perceber, na perspetiva dos entrevistados, qual é a perceção que os restantes polícias têm do trabalho do MIPP. Com efeito, constatou-se unanimidade entre os entrevistados ao afirmar-se que não existe um total conhecimento das missões e objetivos atribuídos ao MIPP por parte dos restantes polícias. Fruto disso, foi apontada como consequência, entre outras, a desvalorização do trabalho do MIPP. Este tópico foi incluído no estudo por considerarmos relevante a perceção existente da missão do MIPP por parte do efetivo policial, visto que o seu desconhecimento, ou um conhecimento parcial, poderá limitar o empenho nesta vertente, descurando-se por isso objetivos do policiamento de proximidade. A este propósito, Oliveira aponta a cultura organizacional como um dos fatores que “tende a desvalorizar as funções de terreno e de prevenção em função das atividades de investigação criminal e da manutenção da ordem” (2006, pp. 94-95).

Contributo para o Policiamento de Proximidade em Zonas Urbanas Sensíveis: A Aplicação do Modelo Integrado de Policiamento de Proximidade na Divisão Policial de Loures

Quadro 1: Quadro categorial referente ao objetivo: Perceber a operacionalização do MIPP na Divisão Policial de Loures.

Categorias	Subcategorias	Indicadores	Entrevistados						Unidades de enumeração	%
			1	2	3	4	5	6		
Caracterização do MIPP	Estruturação	1.1. Evolução desde PIPP até MIPP	✓	✓					2	33%
		1.2. Integração de vários projetos	✓	✓				✓	3	50%
		1.3. Divisão entre EPES e EPAV	✓	✓					2	33%
	Utilidades	1.4. Prevenção criminal	✓			✓		✓	3	50%
		1.5. Detecção e resolução de problemas	✓			✓		✓	3	50%
		1.6. Proximidade e relação com o cidadão	✓		✓	✓	✓	✓	5	83%
	Atributos	1.7. Especialização		✓		✓	✓		3	50%
		1.8. Importância				✓	✓		2	33%
Contributo do MIPP para a atuação global	Áreas específicas	2.1. Violência doméstica	✓	✓					2	33%
		2.2. Acompanhamento de idosos		✓		✓			2	33%
	Proveitos	2.3. Apoio e acompanhamento das vítimas	✓	✓					2	33%
		2.4. Identificação e resolução de problemas	✓	✓					2	33%
		2.5. Segurança e sentimento de segurança	✓	✓					2	33%
		2.6. Redução de cifras negras	✓	✓					2	33%
		2.7. Recolha de informação	✓		✓	✓		✓	4	67%
	Relações	2.8. Estabelecimento de parcerias	✓	✓					2	33%
		2.9. Contactos com a população			✓	✓	✓		3	50%
Operacionalização do MIPP em ZUS	Táticas	3.1. Continuidade ao longo do tempo	✓	✓		✓			3	50%
		3.2. Contactos		✓		✓		✓	3	50%
		3.3. Presença	✓	✓		✓			3	50%
		3.4. Pouca rotatividade dos polícias		✓	✓	✓			3	50%
	Obstáculos	3.5. Recursos materiais			✓	✓			2	33%
		3.6. Recursos humanos	✓		✓				2	33%
		3.7. Diferenças de receptividade na população	✓		✓	✓			3	50%
		3.8. Dificuldade	✓	✓		✓			3	50%
		3.9. Períodos do dia	✓	✓					2	33%
	Oportunidades	3.10. População mais idosa	✓				✓	✓	3	50%
		3.11. Recolha de informações	✓					✓	2	33%

Quadro 2: Quadro categorial referente ao objetivo: Perceber a operacionalização do MIPP na Divisão Policial de Loures. (Continuação do quadro anterior).

Categorias	Subcategorias	Indicadores	Entrevistados						Unidades de enumeração	%
			1	2	3	4	5	6		
Contributos do MIPP em ZUS	Fatores de influência	4.1. A farda				✓		✓	2	33%
		4.2. Diferentes grupos de pessoas				✓	✓		2	33%
		4.3. Permanência dos polícias na função			✓	✓			2	33%
		4.4. Reação à polícia				✓	✓		2	33%
	Contributos	4.5. Presença no bairro		✓	✓	✓		✓	4	67%
		4.6. Contactar com as pessoas		✓	✓	✓	✓		4	67%
		4.7. Realizar atividades			✓	✓	✓		3	50%
		4.8. Atuação sobre o crime	✓	✓	✓			✓	4	67%
		4.9. Recolha de informações	✓	✓	✓	✓	✓	✓	6	100%
Perceção dos restantes polícias	Conceção do MIPP	5.1. Desconhecimento	✓	✓	✓	✓	✓	✓	6	100%
		5.2. Conhecimento	✓			✓		✓	3	50%
	Consequências	5.3. Desvalorização		✓	✓	✓			3	50%
		5.4. Expressões		✓	✓				2	33%
		5.5. Falta de uniformização		✓				✓	2	33%

4.3.2. Recolha de informações pelo MIPP.

Quanto ao segundo grupo da análise de conteúdo (quadros 3 e 4), definiram-se categorias e subcategorias que possibilitem responder ao segundo objetivo estabelecido: Perceber o papel dos contactos com a comunidade e da recolha de informações. Optou-se por sistematizar este objetivo na análise de conteúdo de forma a ir também de encontro aos objetivos do estudo, sobretudo o quarto e o quinto, bem como auxiliar na verificação das três hipóteses. Começou-se por se analisar a relação com a população, tendo os respetivos indicadores sido agrupados entre aqueles que traduzem a apreciação dos entrevistados sobre esta relação e os que avançam com procedimentos adotados neste âmbito. Todos os entrevistados concordaram em afirmar que existe uma relação positiva entre os polícias do MIPP e a população da área da Divisão Policial de Loures. Quanto aos procedimentos que sustentam esta relação, a maioria dos entrevistados mencionou a aproximação feita a outras entidades, a procura em conhecer a população, em estabelecer contactos com a mesma e em promover a sua confiança. Nos contactos entre os polícias do MIPP e a população em que o investigador esteve presente notou-se um forte clima de confiança para com os polícias, especialmente em relação àqueles que já eram conhecidos pela comunidade local.

Quando questionados sobre o cumprimento do objetivo da recolha de informações por parte do MIPP, quatro dos entrevistados afirmaram que esse objetivo é amplamente cumprido. O nível de concretização deste objetivo, na perspetiva dos entrevistados, acontece devido fatores como os contactos que são feitos com as pessoas, a escassez de recursos humanos e o uso de meios eletrónicos, enquanto formas alternativas que possibilitam esta troca de informações entre o cidadão e a polícia. De facto, o recurso a meios como o telemóvel ou o *e-mail* possibilita uma comunicação mais reservada e mais confortável para a transmissão de informações por parte do relator.

Os dados obtidos permitem também aferir a colaboração de outras entidades na transmissão de informações, enquanto um dos meios de acesso a informações que a polícia tem ao seu alcance, muitas vezes materializado através de parcerias criadas entre as instituições (consideração transversal entre os entrevistados). Quanto às entidades externas envolvidas, destacam-se (com concordância) as Autarquias e instituições ou associações (públicas ou privadas). Esta leitura permite considerar que o contacto com entidades externas é uma potencialidade que a PSP tem a explorar no que toca à procura de informações relevantes, tendo em conta que as pessoas podem ter a iniciativa de comunicarem com as Autarquias ou com associações, por exemplo, sem que o façam à polícia.

O contributo do MIPP para a recolha de informações em ZUS foi analisado em profundidade pelas respostas transmitidas neste grupo. Foram referidos aspetos que se enquadram nos contributos propriamente ditos ou em condicionantes. Para os primeiros, foram mencionados a identificação de problemas e de ilícitos, a identificação de indivíduos suspeitos da prática de ilícitos, o aprofundamento e tratamento das informações e a capacidade de resposta aos problemas e ilícitos encontrados. As respostas dadas traduziram-se na coocorrência entre dois indicadores: a identificação de problemas e ilícitos e a capacidade de aprofundamento e tratamento das informações. Quanto às questões que condicionam a existência de contributos para a recolha de informações em ZUS, realçou-se o facto de o trabalho à civil facilitar esta recolha de informações e que o local onde se fazem os contactos também pode promover o acesso a informações, sobretudo quando feitos fora das ZUS.

Foi ainda analisada a perceção que os entrevistados têm em relação ao tratamento que é dado às informações, que se revelou comum. Todos percecionam que as informações recolhidas são tratadas pelo MIPP e 83% dos entrevistados têm conhecimento que são tratadas pela Subsecção de Informações da Divisão e pela Esquadra de Investigação

Criminal (EIC). Constatou-se a existência da mesma ordem reiterada quando mencionado o trabalho de tratamento das informações feito pelo MIPP, pela Subsecção de Informações e pela EIC, estando esta ordem relacionada com o efetivo caminho que as informações percorrem entre as diferentes valências. Interessa sobretudo que exista uma noção do seguimento dado às informações recolhidas para que este trabalho ao nível tático não perca sentido de importância por quem as recolhe.

Como forma de conclusão deste grupo foram apresentadas algumas boas práticas para a recolha de informações. Nelas inclui-se a recomendação aos polícias do MIPP em estarem presentes e acessíveis à população, a adoção de atitudes que promovam uma relação de confiança com as pessoas, o desenvolvimento de atividades diretamente com a população ou junto de entidades externas e a organização da área de policiamento por setores.

Quadro 3: Quadro categorial referente ao objetivo: Perceber o papel dos contactos com a comunidade e da recolha de informações pelo MIPP.

Categorias	Subcategorias	Indicadores	Entrevistados						Unidades de enumeração	%
			1	2	3	4	5	6		
Relação com a população	Apreciação	6.1. Avaliação positiva	✓	✓	✓	✓	✓	✓	6	100%
		6.2. Importante/ benéfico	✓	✓	✓				3	50%
	Procedimentos	6.3. Relacionar com entidades	✓	✓	✓	✓			4	67%
		6.4. Conhecimento da população	✓		✓		✓	✓	4	67%
		6.5. Estabelecer contactos	✓		✓	✓	✓	✓	5	83%
		6.6. Promover confiança	✓		✓	✓		✓	4	67%
Recolha de informações pelo MIPP	Cumprimento do objetivo	7.1. Amplamente cumprido		✓	✓	✓		✓	4	67%
		7.2. Parcialmente cumprido	✓				✓		2	33%
	Causas	7.3. Contacto com as pessoas		✓		✓	✓		3	50%
		7.4. Escassez de recursos humanos	✓	✓					2	33%
		7.5. Meios eletrónicos		✓				✓	2	33%
Colaboração de entidades na transmissão de informações	Meio de transmissão de informações	8.1. Entidades comunicam à PSP		✓	✓	✓		✓	4	67%
		8.2. Trabalho em parceria	✓	✓	✓	✓	✓	✓	6	100%
	Entidades externas	8.3. Escolas	✓			✓		✓	3	50%
		8.4. Autarquias	✓	✓	✓	✓	✓	✓	6	100%
		8.5. Instituições e Associações	✓	✓	✓	✓	✓	✓	6	100%
Contributo do MIPP para a recolha de informações em ZUS	Contributos	9.1. Identificação de problemas e ilícitos	✓	✓				✓	3	50%
		9.2. Identificação de indivíduos suspeitos da prática de ilícitos	✓	✓	✓			✓	4	67%
		9.3. Resposta aos problemas e ilícitos	✓	✓					2	33%
		9.4. Aprofundamento e tratamento das informações	✓	✓			✓	✓	4	67%
	Condicionantes	9.5. Trabalhar à civil		✓	✓	✓			3	50%
		9.6. Local do contacto				✓		✓	2	33%

Quadro 4: Quadro categorial referente ao objetivo: Perceber o papel dos contactos com a comunidade e da recolha de informações pelo MIPP. (Continuação do quadro anterior).

Categorias	Indicadores	Entrevistados						Unidades de enumeração	%
		1	2	3	4	5	6		
Tratamento dado às informações	10.1. Tem conhecimento do tratamento que é feito		✓	✓	✓	✓		4	67%
	10.2. Informações tratadas pelo MIPP	✓	✓	✓	✓	✓	✓	6	100%
	10.3. Informações tratadas pela Subsecção de Informações	✓	✓	✓		✓	✓	5	83%
	10.4. Informações tratadas pela EIC	✓	✓	✓	✓		✓	5	83%
Boas práticas para a recolha de informações	11.1. Estar presente e acessível à população	✓	✓	✓	✓	✓		5	83%
	11.2. Relação de confiança	✓			✓	✓	✓	4	67%
	11.3. Promover atividades com a população e entidades externas		✓		✓	✓	✓	4	67%
	11.4. Setorização da área	✓		✓				2	33%

4.3.3. Articulação entre as valências da PSP.

Passando para o último grupo da análise de conteúdo (quadro 5), procurou-se alcançar o objetivo de analisar a articulação entre as valências da PSP, também ele alinhado com os objetivos do trabalho e tendente a verificar a segunda e terceira hipóteses apresentadas. Nesta análise, estabeleceram-se como categorias a “Articulação entre as valências” e “Boas práticas para a articulação entre as valências”, tendo a primeira sido subdividida em três subcategorias. Uma das subcategorias prende-se com a “Perceção da articulação existente” na qual, com exceção de um, todos os entrevistados admitiram que a articulação entre as valências é amplamente concretizada. Ainda assim, foram apontados aspetos a melhorar nesta vertente, a par da importância da celeridade para a concretização da necessária articulação numa polícia integral. Foram explanados alguns contributos operacionais resultantes da articulação existente, designadamente visíveis ao nível da investigação criminal, mas também da ordem pública. Ainda nesta categoria, a maioria das respostas dadas sobre a articulação entre valências optou por referir o “Meio de transmissão das informações” usado, correspondendo por isso à terceira subcategoria, que é concretizada na menção dos recursos digitais e dos contactos pessoais e telefónicos e ainda no papel que o processo físico (expediente) têm na transmissão de informações entre valências. Repare-se que existe coocorrência entre os indicadores “Investigação Criminal”, “Digital” e “Contacto pessoal ou telefónico”, tendo sido usualmente explicado que o processo de partilha de

informações tem mais contributos para a missão da EIC e que este se sustenta simultaneamente através de contactos pessoais, telefónicos e digitais.

Finalmente, foram apresentadas algumas boas práticas para a articulação entre as valências, sendo que mais de metade dos entrevistados consideram a necessidade em se garantir a celeridade no tratamento das informações em coocorrência com a opção em se realizarem comunicações telefónicas e via *e-mail* quando são transmitidas informações. Esta é afinal uma das formas de conseguir essa mesma celeridade. Foram também consideradas como boas práticas a divulgação da criminalidade da área da Divisão Policial de forma a garantir que todo o efetivo está ciente do contexto em que trabalha e a existência da Subsecção de Informações cujas funções promovem a desejada articulação. De referir ainda que quase todos os entrevistados assumiram a realização de reuniões multidisciplinares como uma boa prática. Este procedimento adotado pela Divisão Policial de Loures promove a reunião frequente (semanal ou quinzenal) entre polícias de várias valências da PSP (do MIPP, da EIC e da Subsecção de Informações) permitindo um momento para a troca de informações relevantes sobre o contexto criminal da área de cada um e contribuindo para o alinhamento de uma atuação estratégica e sobretudo baseada nas informações recolhidas.

Quadro 5: Quadro categorial referente ao objetivo: Analisar a articulação entre as valências da PSP.

Categorias	Subcategorias	Indicadores	Entrevistados						Unidades de enumeração	%
			1	2	3	4	5	6		
Articulação entre as valências	Perceção da articulação	12.1. Amplamente concretizada	✓	✓	✓	✓	✓		5	83%
		12.2. Aspetos a melhorar	✓			✓			2	33%
		12.3. Celeridade			✓	✓		✓	3	50%
	Contributos operacionais	12.4. Investigação criminal		✓	✓	✓	✓	✓	5	83%
		12.5. Ordem pública			✓			✓	2	33%
	Meio de transmissão das informações	12.6. Digital			✓	✓	✓	✓	4	67%
		12.7. Contacto pessoal ou telefónico			✓	✓	✓	✓	4	67%
		12.8. Processo físico				✓	✓		2	33%
Boas práticas para a articulação entre valências		13.1. Reuniões multidisciplinares	✓	✓	✓		✓	✓	5	83%
		13.2. Celeridade	✓		✓	✓		✓	4	67%
		13.3. Comunicação telefónica e via <i>e-mail</i>	✓		✓	✓		✓	4	67%
		13.4. Envolvimento dos Chefes e Oficiais	✓			✓	✓		3	50%
		13.5. Divulgação da criminalidade da área da Divisão			✓	✓		✓	3	50%
		13.6. Existência da Subsecção de Informações	✓	✓				✓	3	50%

CONCLUSÃO

O contexto social, económico e cultural presente em bairros considerados ZUS tem diversas vezes subjacente um conjunto de circunstâncias pejorativas para o sentimento de segurança, sejam elas urbanísticas, económicas, habitacionais, demográficas e até criminais. Resultado disso, assiste-se a uma tendência de desintegração social destas comunidades, com propensão para a proliferação de um sentimento de anomia e de afastamento às instituições estatais, entre as quais se incluem as forças de segurança. Perante as particularidades e os desafios presentes nos contextos estudados ao longo do trabalho, constatamos que o policiamento de proximidade, concretizado nas equipas que compõem o MIPP das diferentes Esquadras, surge como um fator desbloqueador para o policiamento em ZUS, recorrendo essencialmente aos contactos com a população, à realização de atividades e ao estabelecimento de parcerias, de forma a fomentar um ambiente recetivo por parte da comunidade, assente em relações de confiança entre o cidadão e a polícia. Para que tal se concretize, existe uma série de condicionantes que permitem o estabelecimento desta relação, evidenciadas através dos dados retirados das entrevistas e da observação participante e que passam sobretudo por uma presença contínua e duradoura dos mesmos polícias nestes locais, pela capacidade de adaptação em trabalhar fardado ou à civil, em função dos níveis de recetividade da população e pela adoção de mecanismos que facilitem a discrição nos contactos com os polícias (como o local e o meio utilizado para comunicar), entre outros.

O carácter integral, no qual a PSP procura privilegiar a sua estratégia de atuação, parte do contributo do policiamento de proximidade que incorpora a valência da prevenção criminal, conseguindo articular os resultados provenientes do seu serviço com as restantes valências. A este propósito, destacam-se as informações com interesse para a atuação policial, recolhidas pelos Agentes de Proximidade, que quando tratadas e transmitidas, sustentam e orientam a atuação ao nível da investigação criminal, da ordem pública e da inteligência policial. Esta estratégia resulta numa atuação policial com resultados profícuos em contextos mais exigentes, sustentada na articulação entre as valências policiais.

No decurso do estudo, foi-nos possível abordar os assuntos relativos a cada objetivo enunciado, quer através da reflexão dos conhecimentos teóricos existentes, quer através da análise dos dados recolhidos pela observação participante e pelas entrevistas. Assim, as questões colocadas ao longo das entrevistas foram organizadas de acordo com três objetivos

distintos²³, cada um deles associado a mais do que um objetivo do estudo, de forma a garantir-se que todos os objetivos iniciais fossem correspondidos ao nível da análise dos dados.

Para os objetivos “caracterizar o MIPP à luz dos modelos de policiamento, compreender a operacionalização do MIPP em ZUS e identificar os principais indicadores capazes de avaliar o contributo do policiamento de proximidade nas ZUS” constatamos que o MIPP constitui um modelo de policiamento que absorve em si vários projetos específicos, aliados a uma filosofia da prevenção criminal e essencialmente caracterizado pela utilidade que tem na proximidade e relação com o cidadão, o que se traduz em contributos quer para a atuação global da PSP, quer para a atuação em ZUS. Tanto numa como noutra, existe um claro proveito do policiamento de proximidade na recolha de informações. Nas ZUS, em particular, assume-se que existem aspetos importantes a ter em conta no desempenho das funções das equipas do MIPP (como a pouca rotatividade e a continuidade da presença dos polícias) que se operacionalizam mediante alguns obstáculos (níveis de receptividade da população) e oportunidades encontradas nestes contextos (contactos com a população mais idosa). Realça-se que, para além da recolha de informações, existe também uma tendência em se verificar o contributo do serviço de proximidade para a atuação sobre o crime, essencialmente resultante do trabalho preventivo exercido por estes polícias, bem como dos conteúdos recolhidos e transmitidos que promovem a investigação e a resolução de ilícitos e de conflitos.

O quarto e quinto objetivos do estudo passaram por identificar a funcionalidade e o papel dos contactos periódicos e da interação com a comunidade para a recolha de informações policiais e analisar o processo de recolha de informações sobre ilícitos criminais e indivíduos suspeitos da sua prática, bem como o levantamento de problemas pelas equipas do MIPP. A concretização destes objetivos sistematizou-se através da perceção do papel dos contactos com a comunidade e da recolha de informações e demonstrou que estes dois procedimentos estão sustentados numa relação positiva entre polícia e cidadão, o que possibilita o cumprimento de um dos objetivos estratégicos do MIPP: a recolha de informações. Esta concretização é também promovida graças à colaboração de outras entidades, sobretudo quando existem parcerias estabelecidas. Em concreto nas ZUS, o trabalho de recolha de informações feito pelo MIPP contribui maioritariamente para a

²³ Perceber a operacionalização do MIPP na Divisão Policial de Loures; Perceber o papel dos contactos com a comunidade e a recolha de informações; Analisar a articulação entre as valências da PSP.

identificação de indivíduos suspeitos da prática de ilícitos, entre outros conteúdos relevantes também recolhidos. Este material é globalmente tratado pelas próprias equipas do MIPP, sem se ignorar a análise que é feita pelas outras valências. Ainda em relação à capacidade para a recolha de informações lembramos que a distância, por vezes imposta entre as pessoas e os polícias no interior de ZUS, pode ser suprida através do aproveitamento da popular facilidade de acesso aos meios eletrónicos, podendo a PSP usar os contactos telefónicos e via *e-mail* como forma de colmatar a desejada presença policial frequente e o desconforto sentido por alguns relatores ao serem vistos a interagir com os polícias em ZUS. Ainda resultado do estudo do último grupo de respostas, orientado para analisar a articulação entre as valências da PSP, constatou-se que a articulação entre as valências da Divisão Policial de Loures é concretizada, sendo a investigação criminal a vertente que mais beneficia desta interligação operacional, em parte promovida pelas reuniões multidisciplinares organizadas nesta Divisão.

A sistematização teórica do objeto de estudo e a análise dos resultados permitiu dar resposta ao problema de investigação: Qual o contributo do MIPP para a recolha de informações em ZUS? De forma a atingir esse fim, foram encontrados indicadores que resumem os benefícios do policiamento de proximidade neste âmbito, mas também alguns fatores que se apresentam como condicionantes para que esse contributo seja possível. Assim, o contributo do MIPP para a recolha de informações em ZUS passa pela capacidade de identificação de problemas e de ilícitos, pela identificação de indivíduos suspeitos da prática de ilícitos, o aprofundamento e tratamento das informações e a capacidade de resposta aos problemas e ilícitos identificados. Paralelamente, vemos que a sua concretização está condicionada por aspetos como o facto de o trabalho ser desempenhado à civil ou fardado, ou a escolha do local onde se realizam os contactos. Verifica-se que o serviço à civil facilita a recolha de informações, assim como este objetivo é melhor conseguido, quando os contactos são feitos fora das ZUS, ou recorrendo a meios eletrónicos (como os contactos telefónicos ou via *e-mail*) que promovem a adesão da população para o relato de informações.

A primeira hipótese deste estudo foi parcialmente verificada. A comunidade tem mais tendência para reportar problemas e ilícitos criminais aos polícias do MIPP do que aos restantes, na medida em que foram vários os indicadores resultantes dos dados analisados que mostram que a comunidade efetivamente reporta problemas e ilícitos criminais aos polícias do MIPP. Este contexto é comprovado pela concordância de mais de 80% dos

entrevistados ao referirem a proximidade e a relação com o cidadão como uma das utilidades que caracteriza o MIPP, assim como metade dos entrevistados considerar que os contactos com a população representa um dos contributos deste serviço, quer para a atuação global da PSP, quer em ZUS. Além disso, existiu unanimidade ao considerar-se que a relação dos polícias do MIPP com a comunidade é positiva, tendo ainda a maioria dos entrevistados acrescentado que a população sente confiança nestes polícias. Embora a tendência abonatória dos resultados para a confirmação desta hipótese, foram encontrados alguns indicadores que mostram que existem diferenças de recetividade entre a população, sobretudo em contextos circunscritos a ZUS. Para que fosse possível a confirmação desta hipótese, seria necessário perceber qual a perceção que os polícias que não pertencem ao MIPP têm da relação com a comunidade. A primeira hipótese do estudo encerra em si uma comparação entre os polícias do MIPP e os restantes, que só poderia ser considerada caso existisse conhecimento de ambas as perspetivas.

A segunda hipótese foi amplamente confirmada. As informações recolhidas pelo MIPP chegam a outras valências e reforçam a articulação entre a prevenção, a investigação criminal, as informações e a ordem pública. Por um lado, tanto os dados recolhidos pelas entrevistas, como os resultantes da observação participante clarificam que o MIPP tem capacidade para recolher informações. Por outro, foram vários os indicadores que corroboram a efetivação da articulação entre as valências da PSP, nomeadamente ao nível da transmissão das informações recolhidas pelo MIPP à investigação criminal, às informações e à valência de ordem pública. A este propósito, mais de 80% dos entrevistados afirma que a articulação entre as valências é concretizada, sendo que a totalidade dos resultados mostram que as informações recolhidas pelo MIPP são tratadas e analisadas.

Quanto à terceira hipótese, esta foi também verificada. Foram vários os indicadores encontrados ao longo do estudo, que demonstram que a atuação global da PSP em ZUS beneficia das informações recolhidas pelo MIPP sobre ilícitos criminais concretos e sobre indivíduos suspeitos da sua prática. Em matéria de ilícitos criminais concretos, os resultados apontam para uma maioria dos entrevistados afirmar que o MIPP contribui para a identificação de problemas desta natureza em ZUS, bem como para a identificação de indivíduos suspeitos da sua prática. Assistiu-se a uma maior concordância nos resultados em relação à consideração de que o serviço desempenhado pelo MIPP consegue dar resposta aos problemas e aos ilícitos identificados. Foram inúmeros os exemplos dados, ao longo do material de análise, de sucessos na atuação policial englobando a investigação criminal e a

ordem pública, decorrentes da intervenção do policiamento de proximidade, enquanto ponto de partida para a atuação das restantes valências, especialmente com fortes contributos operacionais para a investigação criminal (segundo 83% dos entrevistados).

Ao longo do estudo, fomos deparados com algumas limitações à investigação, entre as quais se evidenciam os constrangimentos decorrentes do contexto pandémico presente ao longo do ano. O acesso a bibliotecas esteve limitado durante um período significativo, bem como ficou condicionado o envolvimento do investigador, enquanto observador, nas ações desenvolvidas pelo objeto de estudo. Apesar da possível participação e acompanhamento do serviço desempenhado pelas equipas do MIPP da Divisão Policial de Loures, estes momentos ficaram restringidos ao cumprimento das medidas de saúde decorrentes da pandemia. Ainda em relação à recolha de dados através da observação participante, esta técnica revelou-se bastante proveitosa, no entanto não foi melhor explorada em virtude de se ter dado primazia em garantir a segurança do investigador e dos participantes no estudo.

Ressaltam ainda algumas sugestões de investigação e de ação, designadamente a ponderação do valor dos relatórios de proximidade elaborados pelas equipas do MIPP, que devem enunciar os contactos feitos pelos seus polícias e a informação recolhida, bem como os problemas identificados e as respetivas propostas de resolução. A valorização desses relatórios será uma forma de vincular os Agentes de Proximidade ao contacto com a comunidade, evitando que se descure o trabalho de recolha de informações e materializando uma forma de registo do mesmo. Propõe-se ainda que, em futuras investigações sobre os proveitos do policiamento de proximidade, se tenha também em consideração a recolha de dados direcionada para polícias de outros serviços. A missão do MIPP concretiza-se em sintonia com a das restantes valências, pelo que estas serão também uma pertinente fonte de recolha de dados. Sugere-se ainda a possibilidade de o presente estudo poder vir a ser um contributo para a constituição de uma linha de orientação para a análise da criação de um programa específico, integrado nas funções das EPAV, direcionado para o policiamento em ZUS e com a correspondente revisão da Diretiva Estratégica n.º 16/2006. Como vimos, são vários os programas de policiamento em diferentes áreas que têm vindo a ser atribuídos à missão do MIPP. Admitindo os contributos evidenciados neste trabalho, seria oportuno considerar a aposta num programa que visasse a presença policial nestes contextos, estrategicamente planeada segundo uma formação na área das informações, com o objetivo de garantir não só o aumento, a qualidade e a fiabilidade das informações recolhidas, mas também reforçar a coordenação com a investigação criminal e a ordem pública.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Audit Commission. (1993). *Helping with Enquiries: Tackling Crime Effectively*. Audit Commission. London: HMSO.
- Bardin, L. (2018). *Análise de Conteúdo* (4.^a ed.). Lisboa: Edições 70.
- Beccaria, C. (2017). *Dos delitos e das penas* (5.^a ed.). (J. d. Costa, Trad.) Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Bittner, E. (2001). Florence Nightingale in Pursuit of Willie Sutton: A Theory of the Police. *Déviance et Sociétés*, 25, pp. 285-305.
- Bogdan, R., & Biklen, S. K. (2013). *Investigação qualitativa em educação*. Porto: Porto Editora.
- Caetano, M. (1990). *Manual de Direito Administrativo* (10.^a ed.). Coimbra: Almedina.
- Campehouth, L. V., Marquet, J., & Quivy, R. (2019). *Manual de Investigação em Ciências Sociais* (1.^a ed.). Lisboa: Gradiva.
- Castro, C. S. (1999). *A Questão das Polícias Municipais*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, Coimbra.
- Clemente, P. (1998). *Da Polícia de Ordem Pública*. Lisboa: Governo Civil do Distrito de Lisboa.
- Clemente, P. (2000). *A Polícia em Portugal: Da Dimensão Política Contemporânea da Segurança Pública* (Vol. I). Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa.
- Clemente, P. (2007). As Informações Policiais - Palimpsesto. Em Silva, & Valente, *Estudos de Homenagem ao Juiz Conselheiro António da Costa Neves Ribeiro* (pp. 382-405). Coimbra: Almedina.
- Clemente, P. (2010). Polícia e segurança - Breves notas. Em *Política Internacional e Segurança* (pp. 141-171).
- Coelho, A. (2010). Cidades Amigas, Cidades Seguras. *Infohabitar*, Ano IV, n.º 281.
- Coelho, F. (2012). *Intervenção Policial em Zonas Urbanas Sensíveis Vermelhas - Estudo Exploratório em Santa Filomena, Bela Vista e Pasteleira Nova*. Dissertação de Mestrado, Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna, Lisboa.

- Correia, S. (1994a). Medidas de Polícia e Legalidade Administrativa. *Revista Polícia Portuguesa*, 2-7.
- Correia, S. (1994b). Polícia. Em *Dicionário Jurídico da Administração Pública* (Vol. VI). Coimbra: Coimbra Editora.
- Costa, A. (1996). *Para a modernização da Atividade Policial*. Lisboa: Ministério da Administração Interna.
- Decisão 2009/902/JAI do Conselho, de 30 de novembro, publicado no Jornal Oficial da União Europeia (Cria a Rede Europeia de Prevenção da Criminalidade).
- Dias, H. V. (2012). *Metamorfoses da Polícia: Novos Paradigmas de Segurança e Liberdade*. Coimbra: Almedina.
- Dieu, F. (2001). Aperçu Sur Les Expériences Françaises de Police de Proximité. *Revue*.
- Diretiva Estratégica n.º 10/2006, de 15 de maio. Polícia de Segurança Pública.
- Diretiva Estratégica n.º 16/2006, de 26 de julho. Polícia de Segurança Pública
- Durão, S. (2006). *Patrulha e Proximidade - Uma Etnografia da Polícia em Lisboa*. Lisboa: ISCTE.
- Eck, J. E., & Spelman, W. (1987). *Problem-Solving: Problem-Oriented Policing in Newport News*. Washington DC: National Institute of Justice.
- Elias, L. (2007). Policiamento de Proximidade - Princípios e fundamentos para a implementação de estratégias de prevenção criminal. Em G. M. Silva, & M. M. Valente, *Estudos de Homenagem ao Juiz Conselheiro António da Costa Neves Ribeiro*. Coimbra: Almedina.
- Elias, L. (2009). A (Nova) governança da segurança numa contemporaneidade complexa. Em *Estudos comemorativos dos 25 anos do ISCPSI*. Almedina.
- Elias, L. (2018). *Ciências Policiais e Segurança Interna: Desafios e Prospetiva*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna.
- Fernandes, J. (1999). Seminário Internacional: Direitos Humanos e Eficácia Policial - Sistemas de Controlo da Atividade Policial. (pp. 133-171). Lisboa: IGAI.

- Contributo para o Policiamento de Proximidade em Zonas Urbanas Sensíveis: A Aplicação do Modelo Integrado de Policiamento de Proximidade na Divisão Policial de Loures*
- Fernandes, J. (2014). *Os desafios da segurança contemporânea: Estado, identidade e multiculturalismo*. Lisboa: Pedro Ferreira - Artes Gráficas.
- Fernandes, L. F. (2014). *Intelligence e segurança interna*. Lisboa: ISCPSI.
- Fernandes, L. F., & Valente, M. M. (2005). *Segurança Interna. Reflexões e Legislação*. Coimbra: Edições Almedina.
- Fernandes, T. (2015). *Policiamento de Proximidade em comunidades socialmente fragmentadas*. Dissertação de Mestrado, Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna, Lisboa.
- Ferreira, C. M. (2000). *A Globalização dos Novos Modelos de Polícia*. Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna. Lisboa: ISCPSI.
- Fortin, M. F. (2009). *O Processo de Investigação: Da concepção à realização* (5.^a ed.). Loures: Lusociência.
- Fukuyama, F. (2018). *Identidades: A Exigência de Dignidade e a Política do Ressentimento*. Alfragide: Dom Quixote.
- Gabinete do Secretário-Geral do Sistema de Segurança Interna (2020). *Relatório Anual de Segurança Interna 2020*. Lisboa: Sistema de Segurança Interna.
- Goldstein, H. (1979). Improving Policing: A Problem-Oriented Approach. *Crime & Delinquency* 25, pp. 236-258.
- Goldstein, H. (1990). *Problem-oriented Policing*. New York: McGraw.Hill.
- Gomes, P. V. (2001a). Modelos de Policiamento. *Infância e Juventude*, pp. 36-51.
- Gomes, P. V. (2001b). Modelos de Policiamento. *Revista Polícia Portuguesa*.
- Guinote, H. (2009). Metamorfoses da Polícia: Novos Paradigmas de Segurança e Liberdade. *Estudos Comemorativos dos 25 Anos do Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna em Homenagem ao Superintendente-Chefe Afonso de Almeida* (pp. 263-297). Coimbra: Almedina.
- Henriques, S. (2009). *Análise do impacto organizacional do Policiamento de Proximidade - contributos para um modelo de avaliação*. Tese de Licenciatura em Ciências Policiais, Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna, Lisboa.

- Hipólito, A. (2010). *Coordenação da Investigação Criminal - Dos Mecanismos de Coordenação Existentes na PSP, entre os Órgãos de Polícia Criminal de Competência Geérica e na União Europeia*. Dissertação Final de Mestrado em Ciências Policiais, ISCPSI, Lisboa.
- Inácio, C. I. (2010). *Políticas Públicas de Segurança – novo paradigma*. Dissertação de Mestrado, Universidade de Aveiro, Aveiro.
- Jorge, P. S. (2014). *O Policiamento Repressivo e o Policiamento de Proximidade As Políticas Públicas de Segurança e Modelos de Policiamento*. Dissertação de Mestrado Integrado em Ciências Policiais, ISCPSI, Lisboa.
- Lei n.º 49/2008, de 27 de agosto, publicada no Diário da República n.º 165/2008, I Série, pp. 6038 - 6042. Assembleia da República. Lisboa. (Aprova a Lei de Organização da Investigação Criminal).
- Lei n.º 53/2008, de 29 de agosto, publicada no Diário da República n.º 167/2008, I Série, pp. 6135 - 6141. Assembleia da República. Lisboa. (Aprova a Lei de Segurança Interna).
- Leitão, J. (1999). Causas da Proximidade Policial - I. *Revista Polícia Portuguesa*, 119.
- Leitão, J. (2000). Causas da Proximidade Policial - III. *Revista Polícia Portuguesa*, 121.
- Lisboa, M., & Teixeira, A. (2015). *Policiamento de proximidade. Representações e práticas da população e inovação organizacional na Polícia*. V. N. de Famalicão: Húmus.
- Lisboa, M., & Teixeira, A. L. (2008). Organizações e Meio Envolvente: o caso do Policiamento de Proximidade. *VI Congresso Português de Sociologia* (pp. 1-13). Lisboa: Associação Portuguesa de Sociologia.
- Lopes, N. (2013). *Policiamento de Proximidade: Aplicação Prática do Modelo Integrado de Policiamento de Proximidade na PSP*. Dissertação de Mestrado, Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna, Lisboa.
- Loures, Câmara Municipal de. (2019). *Diagnóstico Social do Concelho de Loures*. Câmara Municipal de Loures.
- Lousa, T. (2006). *Intervenção Policial em Bairros Problemáticos: Estudo Exploratório no Bairro do Condado*. Lisboa: ISCPSI.

- Lucas, P. (2005). *As Medidas de Polícia e a Atuação da Polícia de Segurança Pública: Contributos Para uma Revisão do Quadro Normativo*. Trabalho Final do Curso de Direção e Estratégia Policial, ISCPSI, Lisboa.
- Machado, B. (2010). *Actuação Policial em Zonas Urbanas Sensíveis: Da desordem ao unrest - Reflexão sobre o trabalho desenvolvido pela PSP*. Dissertação de Mestrado, Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna, Lisboa.
- Machado, P. (2000). Policiamento de Proximidade em Portugal: Teoria e Prática. *Policiamento de Proximidade- Segurança & Democracia* (pp. 165-168). Lisboa: Ministério da Administração Interna.
- Marconi, M. d., & Lakatos, E. M. (2017). *Fundamentos de Metodologia Científica* (8.^a ed.). São Paulo: Editora Atlas.
- Monet, J. (1991). Le système de police français un modele à “revisiter”. *Les Cahiers de la Sécurité Intérieure*. 7. Paris, França: IHESI.
- Murphy, C. (1998). La Police et la résolution de problèmes: un manuel pratique. Em A. Normandeau, *Une Police professionnelle de type communautaire* (Vol. I). Montréal, Méridien.
- Normandeau, A., & Leighton, B. (1990). *A vision of the future of the policing in Canada: Police-Challenge 2000*. Ottawa, Canada: Solicitor General Canada.
- Ocqueteou, F. (2000). La réforme Française au Miroir des Polices de Proximité Étrangères. *Les Cahiers de Sécurité Intérieure*, n.º 39.
- Oliveira, J. F. (2001). Os Modelos de Polícia, face à Emergência das Políticas Públicas de Segurança. *Revista Polícia Portuguesa*, 128.
- Oliveira, J. F. (2006). *As políticas de segurança e os modelos de policiamento: A emergência do policiamento de proximidade*. Coimbra: Edições Almedina.
- Oliveira, J. F. (2015). *A Manutenção da Ordem Pública em Democracia*. Lisboa: ISCPSI.
- ONU. (2003). *Diretrizes das Nações Unidas para a Prevenção do Crime*. United Nations Office on Drugs and Crime.

- Pinho, P. V. (2009). O Modelo de Desordem. Em M. V. (coordenador), *Estudos Comemorativos dos 25 anos do ISCPPI em Homenagem ao Superintendente-Chefe Afonso de Almeida*. Coimbra: Almedina.
- Poiars, N. (2013). *Mudar a polícia ou mudar os polícias – O papel da PSP na sociedade portuguesa* (1.^a ed.). Lisboa: bnomics.
- Poiars, N. (2014). *Políticas de Segurança e as Dimensões Simbólicas da Lei: O Caso da Violência Doméstica em Portugal*. Lisboa: ISCTE.
- Presidência do Conselho de Ministros (1991). *Programa do XII Governo Constitucional 1991-1995*. Retrieved from <https://www.historico.portugal.gov.pt/pt/o-governo/arquivo-historico/governos-constitucionais/gc12/programa-do-governo/programa-do-xii-governo-constitucional.aspx>
- Presidência do Conselho de Ministros (1995). *Programa do XIII Governo Constitucional 1995-1999*. Retrieved from <https://www.historico.portugal.gov.pt/pt/o-governo/arquivo-historico/governos-constitucionais/gc13/programa-do-governo/programa-do-xiii-governo-constitucional.aspx>
- Presidência do Conselho de Ministros (1999). *Programa do XIV Governo Constitucional 1999-2002*. Retrieved from <https://www.historico.portugal.gov.pt/pt/o-governo/arquivo-historico/governos-constitucionais/gc14/programa-do-governo/programa-do-xiv-governo-constitucional.aspx>
- Presidência do Conselho de Ministros (2015). *Programa do XXI Governo Constitucional 2015-2019*. Retrieved from <https://www.portugal.gov.pt/ficheiros-geral/programa-do-governo-pdf.aspx>
- Raposo, J. (2006). *Direito policial I*. Coimbra: Almedina.
- Ratcliffe, J. (2003). Intelligence-led Policing. Em *Trents & Issues in Crime and Criminal Justice*. Canberra: Australian Institute of Criminology.
- Ratcliffe, J. (2008). *Intelligence-Led Policing*. Devon, UK: Willan Publishing.
- Rede Social de Odivelas. (2017). *Diagnóstico Social do Concelho de Odivelas 2017*.
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 197/97, de 18 de novembro, publicado no Diário da República n.º 267/1997, I Série, pp: 6253 - 6255. Presidência do Conselho de

- Ministros. Lisboa. (Procede ao reconhecimento público da denominada "Rede Social").
- Santo, P. E. (2015). *Introdução à metodologia das ciências sociais. Génese, fundamentos e problemas* (3.ª ed.). Lisboa: Edições Sílabo.
- Saraiva, J. H. (1978). *História Concisa de Portugal* (24ª, 04-2003 ed.). Publicações Europa-América.
- Sarmiento, M. (2013). *Metodologia Científica para a Elaboração, Escrita e Apresentação de Teses* (3.ª ed.). Lisboa: Universidade Lusíada Editora.
- Silva, A. (2008). *A Aplicabilidade do Policiamento Orientado pelas Informações no Modelo Integral de Policiamento*. Lisboa: ISCPSI.
- Silva, N. F. (2016). *Diagnóstico e Plano de Desenvolvimento Social e de Saúde 2017/2019*.
- Skogan, W. (1998). La Police communautaire aux États-Unis. Em A. Normandeau, *Une Police Professionnelle de Type Communautaire*. Montréal, Canada: Méridien.
- SOCINOVA. (2008). *Avaliação de um Programa Integrado de Policiamento de Proximidade: Apresentação dos resultados finais do estudo*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas.
- Sousa, A. F. (2001). Para uma Polícia do Séc. XXI. Em *Separata de Estudos em Comemoração dos cinco anos (1995-2000) da Faculdade de Direito da Universidade do Porto*. Coimbra: Coimbra Editora.
- Sousa, P. (2011). A Partilha de Informação Entre as Forças e Serviços de Segurança e os Serviços Prisionais: Uma Mais-valia! Em É. Chambel, M. Valente, & P. E. (coord.), *Ciências Policiais: Estado, Segurança e Sociedade*. Coimbra: Almedina.
- Teixeira, M. D. (2018). *Portugal, novos paradigmas de segurança - Os modelos de segurança de proximidade e o contrato local de segurança de Loures*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.
- Trojanowicz, R., & Buquereaux, B. (1994). *Community Policing: how to get started*. Ohio, USA: Anderson Publisher.
- Tzu, S. (2009). *A Arte da Guerra*. Lisboa: Bertrand Editora.

Waddington, P. A., & Wright, M. (2008). *Police Use of Force, Firearms and Riot Control*
(2.^a ed.). Portland, Oregon: Willian Publishing.

Welsh, B. C., & Farrington, D. P. (2012). *The Oxford Handbook of crime prevention*.
Oxford: Oxford University Press.

Wilson, J., & Kelling, G. (1982). *Broken Windows: The police and neighbourhood safety*.
Obtido de The Atlantic: <http://www.theatlantic.com/>

ANEXO A: GUIÃO DE ENTREVISTA

A presente entrevista tem como objetivo perceber de que forma o MIPP é operacionalizado na Divisão Policial de Loures e, em concreto, nas ZUS que se encontram na sua área. Procura-se compreender quais são os contributos do policiamento de proximidade, nomeadamente aqueles que estão associados aos contactos com a comunidade e à recolha de informações e ainda perceber em que moldes decorre a articulação entre as diversas valências da Divisão Policial de Loures.

O recurso às entrevistas constitui uma técnica inserida nos métodos qualitativos que visa aproveitar a experiência profissional, os conhecimentos na área e, neste caso, os cargos desempenhadas pelos entrevistados para consolidar os objetivos de estudo propostos. De salientar que a identificação dos nomes dos entrevistados no estudo é decorrente de autorização dos próprios, mediante consentimento informado.

I – Caracterização e operacionalização do MIPP na Divisão Policial de Loures.

1. Na sua perspetiva, como se caracteriza, em traços gerais, o MIPP?
2. Como vê o contributo do MIPP para a atuação global da PSP na Divisão Policial de Loures?
3. Como se operacionaliza a missão do MIPP em Zonas Urbanas Sensíveis?
4. Quais são os contributos do policiamento de proximidade em Zonas Urbanas Sensíveis?
5. Tendo em conta que a estratégia do MIPP reforça o carácter integral da PSP, o que pensa sobre o conhecimento dos objetivos e missão da Diretiva Estratégica n.º 10/2006 por parte dos restantes polícias com funções operacionais?

II – Os contactos com a comunidade e a recolha de informações.

6. Como avalia a relação estabelecida entre os polícias afetos ao MIPP e a população da Divisão Policial de Loures?
7. Uma das finalidades decorrentes do MIPP prende-se com a recolha de informações. Na sua opinião, como avalia o cumprimento deste objetivo?
8. De que forma outras entidades locais, como associações sociais, colaboram na transmissão de informações à polícia?
9. Qual o contributo do MIPP para a recolha de informações criminais em Zonas Urbanas Sensíveis?
10. Qual é a perceção que tem em relação ao tratamento que é dado às informações recolhidas?
11. Na sua perspetiva, que tipo de boas práticas podem ser desenvolvidas que favoreçam a recolha de informações criminais junto da população e de entidades locais na Divisão Policial de Loures?

III - A articulação entre as valências da PSP.

Contributo para o Policiamento de Proximidade em Zonas Urbanas Sensíveis: A Aplicação do Modelo Integrado de Policiamento de Proximidade na Divisão Policial de Loures

12. A estratégia associada ao MIPP pressupõe a articulação entre as diferentes valências da PSP, nomeadamente a prevenção, a investigação criminal, as informações e a ordem pública. O que pensa sobre a forma de como esta articulação é concretizada?
13. Que tipo de boas práticas podem contribuir para uma efetiva articulação entre as diferentes valências da Divisão Policial de Loures?

ANEXO B: CARACTERIZAÇÃO DOS ENTREVISTADOS

Quadro 6: Caracterização dos entrevistados.

Entrevista	Categoria	Cargo	Nome
#1	Intendente	Comandante da Divisão Policial de Loures	José Franco
#2	Subcomissário	Comandante da 71. ^a Esquadra - Odivelas	Cristina Oliveira
#3	Chefe	Supervisor Local do MIPP da 73. ^a Esquadra - Pontinha	Nuno Costa
#4	Agente Principal	Agente de Proximidade do MIPP da 70. ^a Esquadra - Loures	Rui Albuquerque
#5	Agente Principal	Agente de Proximidade do MIPP da 78. ^a Esquadra - Camarate	Nuno Parreira
#6	Agente	Agente de Proximidade do MIPP da 39. ^a Esquadra - Sacavém	Pedro Puim

CATEGORIAS

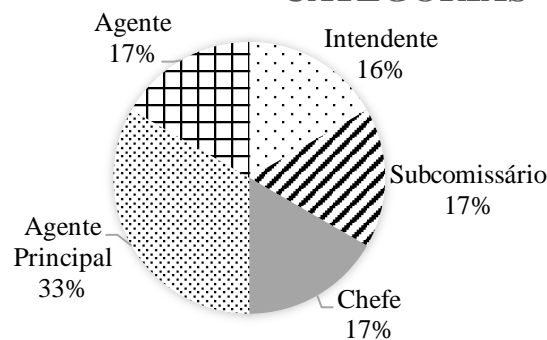


Gráfico 1: Caracterização dos entrevistados por categorias

CARGO

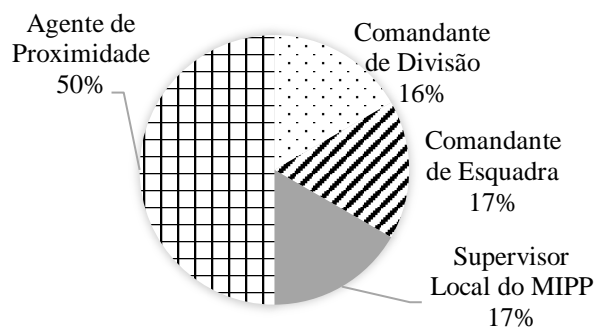


Gráfico 2: Caracterização dos entrevistados por cargo

ANEXO C: ENTREVISTA N.º 1

Categoria: Intendente

Cargo: Comandante da Divisão Policial de Loures

Nome: José Pedro Mateus Viegas Machado Franco

Data: 15/03/2021

I – Caracterização e operacionalização do MIPP na Divisão Policial de Loures.

1.1. Na sua perspetiva, como se caracteriza, em traços gerais, o MIPP?

JF - Em 2006, a Polícia de Segurança Pública (PSP) implementou o Programa Integrado de Policiamento de Proximidade (PIPP), mediante uma pioneira sistematização de mecanismos de articulação harmoniosos das dimensões do policiamento de prevenção e de proximidade. Perante o absoluto sucesso alcançado e após validação por parte de entidades externas independentes, a PSP imprimiu então um processo de desenvolvimento geracional ao PIPP, evoluindo para uma fase de Modelo de Policiamento que ainda hoje vigora sob a denominação de Modelo Integrado de Policiamento de Proximidade (MIPP). O MIPP passou assim a congregar projetos que se haviam constituído de forma algo arquipelágica (seja o Programa Escola Segura, Comércio Seguro, Táxi Seguro, Abastecimento Seguro, Farmácia Segura, Apoio 65 – Idosos em segurança, Apoio às Vítimas de Violência Doméstica ou mais recentemente o programa Significativo Azul), passando todos eles a serem integrados numa estratégia global e integral, sob mecanismos de coordenação, avaliação e formação únicos e coerentes.

Os polícias que integram o MIPP são designados por Agentes de Proximidade e formam as Equipas de Proximidade e de Apoio à Vítima (EPAV) e as Equipas do Programa Escola Segura (EPES). De acordo com os respetivos diagnósticos de segurança, cada EPAV garante o policiamento de proximidade num determinado setor geográfico de uma Esquadra da PSP. O Programa Escola Segura (PES) tem a sua origem num protocolo celebrado em 1992 entre o Ministério da Administração Interna e o Ministério da Educação, com o objetivo de melhorar os índices de segurança dos estabelecimentos de ensino, empenhando as EPES em modelos de atuação pró-ativos, que visam garantir a segurança da comunidade escolar, prevenindo e reduzindo os comportamentos de risco e incividades, bem como melhorar o sentimento de segurança no meio escolar e envolvente. Com a participação de toda a comunidade, tem-se garantido a segurança a cada vez mais escolas e mais alunos.

Os Agentes de Proximidade têm assim uma missão que abrange todo o Policiamento de Proximidade da PSP, desde a resolução e gestão de ocorrências e conflitos, o reforço da relação polícia-cidadão e a deteção de situações que possam constituir problemas sociais ou dos quais possam resultar práticas criminais. A responsabilização dos Agentes de Proximidade constitui outro dos elementos fundamentais e caracterizadores do MIPP, designadamente através da definição de protocolos de procedimento e de normas de atuação que facilitam e promovem a identificação de problemas que influenciam a segurança pública, a segurança rodoviária e o próprio sentimento de segurança da população, desde viaturas abandonadas, iluminação pública, *graffitis*, vandalismo, sinais de trânsito danificados ou destruídos, imóveis abandonados mas também a identificação de menores e idosos em risco.

1.2. Como vê o contributo do MIPP para a atuação global da PSP na Divisão Policial de Loures?

JF - Face a capacidades tão multifacetadas e abrangentes, a PSP maximiza o empenhamento das EPAV, nomeadamente na prevenção da violência doméstica, no apoio às vítimas de crime e no seu acompanhamento pós-vitimização, na identificação de problemas que possam interferir na situação de segurança dos cidadãos e na deteção das chamadas cifras negras. Por seu turno e no âmbito do Programa Escola Segura (PES), as EPES são responsáveis pela segurança e vigilância nas áreas escolares e pela prevenção da delinquência juvenil.

A pró-atividade do MIPP é decisiva no sucesso deste tipo de policiamento, ainda para mais numa área descomunalmente extensa como a da Divisão Policial de Loures. O que na Divisão Policial de Loures tentamos fazer é que, na resposta às ocorrências, o carro de patrulha faça logo uma boa gestão do local do crime e, se possível, acionarmos o MIPP para o local, não só para o apoio à vítima, mas principalmente para recolher informação adicional e conseguir isolar o porquê daquele local e daquela vítima e não de uma outra qualquer. O que distingue aquela vítima e aquele local dos restantes pode ser uma mera coincidência, um crime promovido pela oportunidade, por exemplo. Por outro lado, a título exemplificativo, os furtos no interior de residência exigem algum trabalho preparatório por parte de quem os comete, seja vigilância, sempre difícil, dado que nem toda a gente consegue fazer vigilância sem ser detetada, ou por “tentativa e erro” (por exemplo, toques à campainha).

Todavia, o mais notável sucesso do MIPP da PSP é tão mais complexo e decisivo como básico e fundamental, centrando-se na concretização de parcerias que reúnem energias, vontades, capacidades e objetivos bastas vezes díspares, reunindo polícias, entidades públicas e privadas, governamentais e não-governamentais mas também os cidadãos, todos juntos e de mãos dadas no combate ao crime e à insegurança.

1.3. Como se operacionaliza a missão do MIPP em Zonas Urbanas Sensíveis?

JF - A operacionalização passa precisamente por um patrulhamento intensivo e constante dessas zonas e pela criação de projetos que aproximem essas comunidades da PSP.

1.4. Quais são os contributos do policiamento de proximidade em Zonas Urbanas Sensíveis?

JF - Prevenir e combater o crime, as incivildades, a insegurança. Esse é provavelmente o melhor contributo que nos confere o trabalho do MIPP, coadjuvado por todas as restantes valências policiais. A ação do MIPP vai procurar informação e perguntar aquilo que, às vezes, as vítimas não achavam que era importante, mas que, com uma conversa mais calma, acaba por conferir sentido a alguns episódios que, entretanto, possam ter surgido na vida das pessoas. Depois desta intervenção, é necessário haver alguém que confira sentido técnico aos indícios, por isso é importante que o MIPP, a Inteligência Policial e a Investigação Criminal estejam intimamente ligadas.

1.5. Tendo em conta que a estratégia do MIPP reforça o carácter integral da PSP, o que pensa sobre o conhecimento dos objetivos e missão da Diretiva Estratégica n.º 10/2006 por parte dos restantes polícias com funções operacionais?

JF - Quase 15 anos passados, a Polícia de Segurança Pública (PSP) tem ainda pela frente um longo período de maturação deste modelo pois ainda sobrevive demasiadamente de impulsos *top-down*, muito sustentado nos Comandantes, sejam de Esquadra, mas sobretudo de Divisão Policial. O dispositivo policial entende a intervenção do MIPP e aciona-o adequadamente, mas o conhecimento dos objetivos e missão da Diretiva Estratégica n.º 10/2006 por parte dos restantes polícias com funções operacionais é assaz deficitária

e/ou parcialmente compreendida. Faz efetivamente falta uma estrutura que permita a reunião periódica das várias valências policiais de forma formal, para trazer novas competências para o policiamento realizado ao nível tático e que deste intercâmbio resulte uma matriz de troca de informação, de forma periódica e regular. Na Divisão Policial de Loures procuramos responder a este desafio com uma reunião semanal onde participam os Supervisor do MIPP, Coordenadores da EIC, da Esquadra de Trânsito e da Esquadra de Intervenção e Fiscalização Policial, enquadrados pela Subsecção de Informações Policiais da Divisão Policial de Loures. É, na nossa opinião, uma forma de ultrapassar deficientes conhecimentos.

II – Os contactos com a comunidade e a recolha de informações.

1.6. Como avalia a relação estabelecida entre os polícias afetos ao MIPP e a população da Divisão Policial de Loures?

JF - Penso que é bastante profícua e temos já bastantes provas dadas. Quer a nível criminal, seja a nível de diversos eventos que aproximam a população e que são dinamizados pelo MIPP. A garantia de continuidade e até mesmo de familiaridade possibilita um melhor conhecimento da área e da população por parte das EPAV e da PSP mas também facilita hábitos de contacto da comunidade com a Polícia, criando-se assim laços de confiança que não só harmonizam as intenções da PSP aos verdadeiros anseios da população, como potenciam a manutenção de verdadeiros sentimentos de segurança.

Normalmente, o MIPP da PSP é o principal dínamo das parcerias e é importante porque a segurança, apesar de começar em nós, não a fazemos sozinhos. O lema que usamos na Divisão Policial de Loures é: “a segurança começa em si e acaba em cada um de nós”. É importante termos algo que nos identifique e que mostre às pessoas que rumo tomamos, principalmente nas alturas em que temos dúvidas quanto à direção a tomar. A ideia acaba por passar, por fazer com que as pessoas, mas também as entidades se sintam de igual forma responsáveis, todas têm de fazer parte da solução.

É decisivo que a PSP tenha Comandantes que consigam identificar adequadamente os problemas e que as medidas a desencadear estejam correta e claramente plasmadas, equilibrando os interesses e prioridades das diversas entidades, da Polícia e da Comunidade. Penso que na Divisão Policial de Loures esse trabalho policial é, grosso modo, bem cumprido.

1.7. Uma das finalidades decorrentes do MIPP prende-se com a recolha de informações. Na sua opinião, como avalia o cumprimento deste objetivo?

JF - A Polícia é mais do que o patrulhamento apeado e auto. Ao policiamento tradicional falta-lhe ainda alguma “pró-atividade preventiva” (essencialmente por falta de recursos) e o acesso a informação passível de ser utilizada ao nível tático é deficiente, especialmente porque a arquitetura da Inteligência Policial não se encontra consolidada até ao nível tático. Nas Esquadras, para além de não existirem recursos humanos, também não se encontram previstos Serviços dedicados à produção de informação. O Despacho 20/GDN/2009 prevê uma Equipa de Apoio, constituída essencialmente por um escriturário. Pode haver um ou outro polícia (das notificações, por exemplo) que, para além do seu trabalho, possa desenvolver alguma produção de informação, mas é raro e depende mais das pessoas do que do sistema. Assim, a produção de informações radica essencialmente nas estruturas de Comando das Esquadras e no respetivo dispositivo MIPP.

1.8. De que forma outras entidades locais, como associações sociais, colaboram na transmissão de informações à polícia?

JF - O MIPP tem apresentado a capacidade de impulsionar e dinamizar parcerias estratégicas, em especial com Juntas de Freguesia e Câmaras Municipais (sendo disso exemplo os Contratos Locais de Segurança), Tribunais, Comissões de Proteção de Crianças e Jovens, estabelecimentos de ensino, comerciantes, técnicos locais de assistência social mas sobretudo com os cidadãos em geral, pois a Segurança começa em cada um de nós.

Somos grandes incentivadores e dinamizadores dos CLS dado que, no fundo, formalizam tudo aquilo que a PSP sempre preconizou, ou seja, congregar todas as entidades interessadas e com capacidade para resolver determinado problema, tendo uma estratégia comum, desenvolvê-la em unidades operacionais e resolver os problemas. Os CLS serão a formalização dos objetivos do MIPP, ou seja, a vinculação das restantes entidades às atividades que o MIPP já exerce. Fora da alçada do Contrato Local de Segurança, a parceria com outras entidades acaba por ser muito dependente da vontade e das prioridades das outras instituições em querer resolver determinado problema.

1.9. Qual o contributo do MIPP para a recolha de informações criminais em Zonas Urbanas Sensíveis?

JF - A grande vantagem é conseguirmos rapidamente identificar um problema, tentar encontrar uma solução integral, tratar a informação e fazer com que a informação seja operacionalmente executável, ou seja, tenha aplicação imediata. É de informação agregada que o dispositivo policial necessita para trabalhar, que mesmo não se conseguindo dar com um elevado grau de certeza que estamos perante determinados suspeitos de um crime, dá-nos um elevado grau de probabilidade. Só é possível localizarem-se suspeitos/indivíduos de interesse se soubermos minimamente quem eles são.

As informações têm de se fazer valer no dia-a-dia, a todo o momento, através da utilidade que providenciam ao dispositivo policial, sendo que informação policial executável não é nada etéreo, não pode ser algo que nada diga aos polícias de nível tático e esta capacidade de produção não se atinge por geração espontânea. Não é uma resposta que consigamos de um dia para o outro, é uma planta que tem de ser regada todos os dias, para obtermos frutos.

1.10. Qual é a perceção que tem em relação ao tratamento que é dado às informações recolhidas?

JF - A parte do processamento e de análise representa um trabalho que não é visível, que precisa de tempo para conseguir retirar algum sentido de toda a parafernália de dados que o MIPP e as restantes valências policiais produzem todos os dias. A operacionalização em 2017 da Subsecção de Análise de Informações Policiais da Divisão Policial de Loures procurou preencher esta lacuna funcional e organizacional.

1.11. Na sua perspetiva, que tipo de boas práticas podem ser desenvolvidas que favoreçam a recolha de informações criminais junto da população e de entidades locais na Divisão Policial de Loures?

JF - Passará por conquistar a confiança da população, conhecer os “líderes” mas sobretudo é já decorrente da nossa atividade policial quotidiana, marcarmos presença no terreno. Humanizar as pessoas e a Polícia. O contacto direto. O conhecermos as caras, o associar um nome a um rosto. Faz logo a diferença.

Por outro lado, por muito que custe em termos de trabalho, é muito importante ter uma Ordem de Missão para orientar o trabalho dos polícias e a Divisão Policial de Loures tem implementadas essas ordens de missão. Este escopo, as EPAV permitem esta multifuncionalidade e eventualmente até podem ter de trabalhar de forma descaracterizada, em face do objetivo de determinada Ordem de Missão. Esta multifuncionalidade fará com que cada vez mais profissionais de Polícia, ao conhecerem o que é o verdadeiro MIPP, queiram trabalhar nessa

valência e conseguem realizar-se efetivamente em todas estas áreas da Polícia ao pertencerem ao MIPP, pois trabalham a área das informações, a troca de informação criminal com a EIC, trabalham descaracterizados e fardados, conseguem fazer acompanhamentos de vítimas e o *follow-up* aos locais de crime para tentar obter informação adicional (normalmente até testemunhal), que depois consegue ajudar os processos, ao acrescentar sentido àquilo que estava vertido em Auto e muitas vezes não é completo. Permite aos Polícias realizarem-se totalmente, em termos profissionais.

Paralelamente, outro aspeto, que nem sempre é cumprido por manifesta falta de recursos humanos mas que é decisivo, passa pela responsabilização do MIPP. Não apenas pelas Ordens de Missão mas (sobretudo) pela setorização da área. Essa é a grande responsabilização que podemos conferir aos nossos polícias. O setor é da “responsabilidade” do polícia que nela trabalha, tudo o que ocorre de bom ou de mau, em primeira instância, terá de ser imputado a quem está a policiar aquele setor, essa é a grande responsabilização. O carro de patrulha não tem essa possibilidade, pois está a acabar de resolver uma ocorrência e já tem duas ou três em espera.

III - A articulação entre as valências da PSP.

1.12. A estratégia associada ao MIPP pressupõe a articulação entre as diferentes valências da PSP, nomeadamente a prevenção, a investigação criminal, as informações e a ordem pública. O que pensa sobre a forma de como esta articulação é concretizada?

JF - O MIPP continua a conferir um superior enfoque na componente de proximidade e de prevenção da criminalidade, embora sempre em estreita e sistemática articulação com as valências policiais de ordem pública, investigação criminal e inteligência policial, numa lógica de Polícia Integral como é o caso da PSP. Desta forma, tem sido possível harmonizar-se organicamente e com coerência todas as valências de uma Polícia moderna, com uma visão de futuro mas com o objetivo de sempre: servir a Comunidade, com desempenhos de excelência.

Genericamente, a articulação é concretizada de forma natural, sendo que a presença e o policiamento do MIPP é desde logo um fator de prevenção, reforçado pela inclusão dos cidadãos no processo de produção de segurança. “A segurança começa em cada um de nós”. Todavia, parece estar a faltar uma ligação mais formal entre o MIPP e as restantes valências que operam na mesma área territorial (Investigação Criminal, Trânsito, a Intervenção e as Informações Policiais). Acoplando o serviço desenvolvido pelos polícias do MIPP às valências específicas tiraríamos mais benefícios da proximidade com os cidadãos.

A organização atual da Diretiva parece-me adequada, mas se nós conseguíssemos juntar as componentes de Investigação Criminal, Trânsito, Intervenção e Informações Policiais complementava o serviço realizado pelo MIPP e o serviço das restantes valências. Faz sentido que essa interligação seja feita ao nível de Divisão Policial. O que nos falta essencialmente oferecer a esta estrutura é a capacidade de processar e analisar a informação que temos ao nível tático. É ao nível tático que existe um maior fluxo de informação, mas esta não está a ser tratada e aproveitada para as demais valências da PSP porque não existem canais fluidos nem pedidos claros já estabelecidos para veicular essa informação. Esta relação acaba por ser um ciclo, não integralmente, porque as fases não estão em sequência, mas todas estão relacionadas, tendo por núcleo o MIPP.

In fine, o caráter inovador do MIPP assenta essencialmente na perfeita coordenação que se estabelece entre as diversas valências policiais da PSP, aprioristicamente tão diferentes entre si mas afinal tão evidentemente complementares, como sejam o policiamento de proximidade, a ordem pública, a investigação criminal e a inteligência policial.

1.13. Que tipo de boas práticas podem contribuir para uma efetiva articulação entre as diferentes valências da Divisão Policial de Loures?

JF - Somos uma “Uma Polícia integral, humana, forte, coesa e ao serviço do Cidadão”, ênfase em “Integral”. As valências policiais têm de ser coordenadas e têm de funcionar sempre em articulação. Algo que nos parece acontecer na Divisão Policial de Loures.

Sinteticamente, destacaria as seguintes:

1. Reuniões de Coordenação Operacional semanais multidisciplinares, envolvendo todas as valências policiais;
2. Informatização e simplificação de procedimentos e de canais de comunicação mais eficientes;
3. Implementação do Sistema de Gestão Documental da PSP, maximizando-se o encurtamento dos prazos médios de resposta e o empenho de um menor número de recursos humanos do MIPP;
4. Abordagem da problemática do trânsito/estacionamento de viaturas, emparelhada com propostas de reconfiguração urbanística por parte do MIPP, com implementação de medidas de prevenção situacional;
5. Promoção de uma articulação afinada com a Polícia Municipal e Serviços de Fiscalização Municipais;
6. Criação da Subsecção de Análise de Informações Policiais, de forma a processar a informação recolhida pelo MIPP;
7. Concessão de acesso a todos os polícias do MIPP a uma única caixa de correio eletrónico (mipp.loures.lisboa@psp.pt);
8. Criar lemas, “A Segurança começa em cada um de nós!” e “Acabar com o crime não é uma utopia, é um objetivo!”.

Todavia, um dos aspetos mais importante a ter em conta na forma como o MIPP está a ser desenvolvido na Divisão Policial de Loures é a dignificação dos responsáveis pela sua gestão nos vários níveis, sobretudo na carreira de Chefes. No entanto, neste momento não são oferecidos incentivos aos Coordenadores e Supervisores que se empenham em dinamizar o modelo, para que sintam que a sua função é dignificada. Por exemplo, refiro-me aos incentivos que não se atribuem a um Oficial que seja responsável por gerir o MIPP ao nível da Divisão. Mesmo que o Oficial tenha o perfil ideal para desempenhar essa função, se o retiram de uma Esquadra territorial, estão a retirar-lhe dinheiro, pois perde o suplemento de comando. No entanto, a sua função continua a ser de comando e ademais numa realidade que abrange mais áreas geográficas e funcionais. Esta perda de direitos e perda remuneratória implica que, por norma, não se tenham esses Oficiais em dedicação exclusiva ou só o seja possível em acumulação com outras funções, não lhes permitindo assim dedicarem-se à dinamização da atividade de proximidade. Um projeto não pode/deve começar assim. Conforme já referido, o MIPP (infelizmente) ainda se sustenta demasiadamente em impulsos *top-down*, pelo que o gestor MIPP na Divisão Policial de Loures é o seu Comandante.

ANEXO D: ENTREVISTA N.º 2

Categoria: Subcomissário

Cargo: Comandante da 71.ª Esquadra - Odivelas

Nome: Cristina da Conceição Costa Oliveira

Data: 30/03/2021

I – Caracterização e operacionalização do MIPP na Divisão Policial de Loures.

2.1. Na sua perspetiva, como se caracteriza, em traços gerais, o MIPP?

CO – Estive na génese do PIPP. Quando o PIPP surgiu, em 2006, através da Diretiva Estratégica n.º 10/2006, foi lançado um projeto-piloto numa subunidade policial em cada Comando. Coincidentemente, nesse ano, estava na Esquadra do Rato na 1.ª Divisão Policial, que foi o local onde foi implementado o PIPP. Esse projeto-piloto avançou na 1.ª Divisão do Comando Metropolitano de Lisboa. Desde aí e passando por esta fase experimental, foi replicado para as outras Divisões e para os outros Comandos. Por isso, passei pela experiência do policiamento de proximidade como Agente, no terreno e agora mais tarde, como Comandante de Esquadra tenho outra perspetiva e vejo que as coisas evoluíram bastante. Isto porque na altura o PIPP dividiu-se em dois grandes policiamentos. Um era o policiamento direcionado para o programa Escola Segura e outro consistia nas EPAV. Na altura, nessa Esquadra não tínhamos EPES. Essas equipas existiam ao nível de Divisão, mas tínhamos as EPAV na Esquadra. No âmbito das EPAV, o nosso policiamento abarcava vários programas. O Comércio Seguro, ou seja, um policiamento direcionado para os comerciantes, no qual se fazem contactos com os comerciantes, transmitem-se conselhos de segurança e recebe-se informação privilegiada, por parte dos comerciantes, de assuntos criminais ou outros que lhes causassem insegurança. O Apoio 65 corresponde ao apoio aos idosos. Sabemos que os idosos são das populações mais vulneráveis a ilícitos criminais, como furtos, roubos ou burlas. Desde 2006 começou-se a acompanhar os idosos de forma próxima, por exemplo quando estes se dirigem aos Correios, e sei que isso, pelo menos na área da Esquadra de Odivelas, ainda se mantém. Além disso, existe o programa Verão Seguro, que visa a vigilância das residências das pessoas que se ausentam de férias para outros locais. Nesse sentido, as pessoas deslocam-se à Esquadra, informam o local onde residem e o período de ausência sendo que o propósito é existir um policiamento frequente para estas habitações. Outra missão importante que cabe às EPAV tem que ver com o apoio e acompanhamento das vítimas de violência doméstica, entre inúmeras outras funções que estes polícias acabam por desempenhar (como o acompanhamento dos agentes de execução em ações de despejo, a verificação do cumprimento do isolamento obrigatório decorrente do COVID-19, entre outros). Inicialmente começamos pelo PIPP em 2006 e depois mais tarde, mediante um processo de avaliação interno e externo foram identificados alguns pontos a melhorar, o que motivou a implementação do projeto a nível institucional, passando assim para MIPP.

Atualmente, dada a escassez de recursos humanos transversal a todas as subunidades policiais, implica que o carro-patrolha esteja empenhado na resposta imediata às ocorrências enquanto que os restantes polícias deixam de poder cumprir com o tradicional patrulhamento apeado, sem missão específica. Passamos a ter, e bem no meu entender, um policiamento direcionado para certos objetivos e especificidades. O MIPP

caracteriza-se por uma uniformização e direcionamento do policiamento, a par de uma especialização para determinadas missões. O facto de estas equipas receberem uma formação constante, faz com que acabem por estar especializadas em determinadas matérias, seja direcionado para os idosos, seja para os jovens ou para outros grupos sociais mais vulneráveis.

2.2. Como vê o contributo do MIPP para a atuação global da PSP na Divisão Policial de Loures?

CO – O contributo do MIPP na nossa área passa pela prevenção e vigilância de áreas comerciais, áreas residenciais (maioritariamente habitadas por idosos), a prevenção da violência doméstica, o apoio às vítimas de crime e o acompanhamento pós-vitimação (como é o caso das reavaliações de risco feitas após uma denúncia de violência doméstica e o acompanhamento que é garantido de acordo com o grau de risco que é apurado). O MIPP é muito importante para a identificação de cifras-negras e de pequenos focos criminais que vão surgindo. Tudo isto vai interferir no sentimento de segurança dos cidadãos.

Em Odivelas, uma grande franja da população são os idosos e muitos são acompanhados pelos polícias do MIPP. Sei que muitos idosos têm o contacto com os Agentes desta Esquadra e por isso já sabemos as alturas em que cada um carece de um acompanhamento mais próximo e isso é importantíssimo. Outra vertente bastante interessante e que tem sido bastante benéfica são as ações de sensibilização que os polícias do MIPP dão nos lares. Em 2020 as EPAV da Esquadra de Odivelas realizaram menos ações destas devido às restrições da pandemia, mas em 2019 registaram-se 600 idosos abrangidos pelos nossos programas. Temos também com alguma regularidade várias associações que nos contactam e há parcerias que promovem estas ações de sensibilização com os idosos. Outro momento interessante, que deixamos de fazer em 2020, mas estava a ser cumprido desde 2018, na sua 1.^a edição do Grande Evento Sénior em Odivelas. Na 2.^a edição deste evento, em 2019, conseguimos juntar 2000 idosos no pavilhão multiusos de Odivelas. Isto comprova que há uma grande mobilização por parte dos idosos. Existe até uma parceria na qual a PSP também participa, entre a Câmara Municipal de Odivelas e os professores de educação física do pavilhão multiusos, que são contratados para promoverem a atividade desportiva e nesse âmbito estão inscritos 3000 idosos que se mobilizam semanalmente para a prática desportiva.

Enquanto Comandante de Esquadra socorro-me imenso do pessoal do MIPP para diversas problemáticas que ocorrem na nossa área. São exemplos disso as medidas adotadas em resposta a inúmeras reclamações provenientes dos cidadãos sobre problemas concretos que os incomodam. Medidas essas que acabam sempre por estar encarregues às equipas do MIPP. Além disso, a resposta que o MIPP dá a cada situação é-me dada a conhecer e isso também permite que eu transmita ao cidadão o que foi possível apurar e o que foi feito sobre o assunto que expôs.

O principal objetivo do MIPP visa essencialmente garantir a segurança e o sentimento de segurança da população, seja ele objetivo ou subjetivo. O facto de as pessoas saberem que foi cometido um crime na sua área vai afetar a perceção que têm de segurança na zona onde vivem. O modelo serve precisamente para trabalhar na prevenção e não na reação, é um policiamento preventivo e não reativo, portanto se isto funcionar o crime não chega a ocorrer. Ou seja, se a prevenção funcionar não existirão estatísticas criminais e por isso a população sentirá que vive numa zona segura. Acima de tudo, trabalhar o sentimento de segurança é o contributo do policiamento de proximidade.

2.3. Como se operacionaliza a missão do MIPP em Zonas Urbanas Sensíveis?

CO – Como em qualquer outra função mais genérica da PSP, os polícias do MIPP socorrem-se muito da proximidade, da confiança e das relações que vão estabelecendo ao longo dos dias, com a população residente, com os comerciantes, com os idosos que acompanham e com as crianças das escolas. Assim, através destes momentos que potenciam a partilha e a troca de informações entre o polícia e o cidadão e vice-versa, conseguimos direcionar o nosso policiamento. Se houver uma denúncia sobre uma situação criminal concreta ou sobre um problema local, há uma partilha de informação vinda da sociedade que se consegue porque existe uma relação de proximidade e de confiança que permite ao cidadão dirigir-se à polícia. Se as pessoas sentirem essa confiança, acabam por partilhar-nos informações. Não obstante, existem algumas condicionantes. O facto de esses locais serem considerados como Zonas Urbanas Sensíveis, faz com que a nossa atuação esteja mais limitada, sendo que no âmbito do policiamento rotineiro e diurno, essa limitação não se verifica tanto, nem a entrada nos bairros está tão condicionada. Até porque os Agentes que pertencem às equipas do MIPP já são conhecidos pela população e nestas zonas existem pessoas de bem que são recetivas. A atuação nestes locais também acaba por estar mais condicionada porque não se verifica o mesmo que acontece noutros locais, onde a presença da polícia é vista naturalmente e de uma forma positiva, enquanto que em ZUS, por certos grupos a presença policial não é bem vista. Isso acaba por retraindo um pouco a atuação policial inconscientemente. Leva a que exista a tendência para que as equipas do MIPP passem a privilegiar outras áreas em detrimento das zonas onde se exige mais presença. O facto de os recursos não serem os necessários, sobretudo pela escassez de efetivo, faz com que estas áreas que podiam ser mais policiadas, não o sejam. Não significa que com o efetivo que temos isso não seja possível, exige é mais esforços.

2.4. Quais são os contributos do policiamento de proximidade em Zonas Urbanas Sensíveis?

CO – O trabalho desenvolvido pelo MIPP vai permitindo que estes Agentes estejam presentes nos bairros e obtenham algumas informações. Através das informações recolhidas pelo MIPP, resultantes do contacto com a comunidade, consegue-se atuar sobre problemas criminais que estejam a causar transtorno social e que motivem expressões de descontentamento por parte dos cidadãos.

2.5. Tendo em conta que a estratégia do MIPP reforça o carácter integral da PSP, o que pensa sobre o conhecimento dos objetivos e missão da Diretiva Estratégica n.º 10/2006 por parte dos restantes polícias com funções operacionais?

CO – Recordo uma expressão, que na gíria policial é comum que é dizer-se que temos “polícias de primeira” e “polícias de segunda”. Neste caso os polícias do MIPP passam pelos “de segunda”. Os “polícias de primeira” correspondem ao pessoal do carro-patrolha com funções operacionais de resposta a ocorrências e depois vêm os “polícias de segunda” que são os que andam no acompanhamento aos idosos e às crianças. No entanto, só quem não está no MIPP, ou nunca passou por estas funções é que pode ter esta perceção errada. O facto de nem todos os polícias receberem a formação do MIPP influencia isso. A meu ver, deveria ser transversal a todos e não apenas para os que pertencem ao MIPP. Creio que com o tempo isso venha a acontecer. A falta dessa formação, do conhecimento mais específico das suas funções e a sua importância faz com que haja esse pensamento errado.

II – Os contactos com a comunidade e a recolha de informações.

2.6. Como avalia a relação estabelecida entre os polícias afetos ao MIPP e a população da Divisão Policial de Loures?

CO – Digo garantidamente que a relação que se estabelece é boa e benéfica, por tudo aquilo que já foi dito. Este resultado não se conseguiria se os polícias efetivamente não se empenhassem e não se envolvessem, o que dificilmente acontece quando as missões estão bem definidas. Sistemáticamente desenvolvemos ações com vários extratos da população, seja com os mais jovens, com os mais idosos ou com outras entidades. Quando o serviço funciona, sendo que para tal é necessário que haja uma supervisão, criam-se condições para que a relação entre os polícias do MIPP e a comunidade seja boa.

2.7. Uma das finalidades decorrentes do MIPP prende-se com a recolha de informações. Na sua opinião, como avalia o cumprimento deste objetivo?

CO – Este objetivo é conseguido. O MIPP consegue recolher informações a vários níveis. Sejam informações que careçam de maior investigação ou informações de situações que são facilmente tratadas. Nalguns casos basta uma simples conversa ou sensibilização para que o problema deixe de existir. O contacto com as pessoas permite que isto se consiga, mas a evolução da tecnologia também veio alterar o paradigma da recolha de informações. O que antes era feito essencialmente através da recolha pessoal e presencial, agora grande parte das informações chegam via eletrónica. As pessoas têm um meio mais expedito e eficaz para dar conhecimento de situações que as preocupem, sejam elas criminais, contraordenacionais, ou outras. A recolha de informações continua a fazer-se através deste policiamento de proximidade e presencial, mas há outra forma que tem cada vez mais impacto que é precisamente a transmissão de informações via *e-mail*. Esta mudança de paradigma faz sentido, porque o número de polícias é cada vez mais reduzido. Não se vê propriamente um policiamento de visibilidade apeado. Os polícias do MIPP têm inúmeras tarefas, não estão apenas dedicados à recolha de informações. Atualmente considero que o acesso às informações já não é tanto pela recolha mas sim pela transmissão ou receção.

2.8. De que forma outras entidades locais, como associações sociais, colaboram na transmissão de informações à polícia?

CO – As entidades locais, sejam as associações, as instituições, ou as autarquias, todas elas colaboram e contribuem para a transmissão de informações. Tanto na Junta de Freguesia de Odivelas, como na Junta de Freguesia da Póvoa de Santo Adrião e Olival Basto, todas as reclamações e queixas que lhes são dirigidas, tratando-se de situações do âmbito da PSP são-nos reportadas. Nós trabalhamos muito em parceria com o Departamento de Coesão Social da Câmara Municipal de Odivelas que, quando necessitam de fazer avaliações sociais, solicitam a nossa colaboração e o nosso envolvimento. Por diversas vezes recebemos denúncias anónimas vindas de instituições de apoio às vítimas como a APAV, que nos sinalizam situações. Efetivamente esta dinâmica não é só uma teoria e na nossa área funciona mesmo.

2.9. Qual o contributo do MIPP para a recolha de informações criminais em Zonas Urbanas Sensíveis?

CO – O MIPP consegue igualmente recolher informações em Zonas Urbanas Sensíveis. Na nossa área temos o Bairro Vale do Forno, onde sempre que surgem informações ou denúncias de pequena criminalidade ou manifestações do sentimento de insegurança, os polícias do MIPP contactam com a população desse bairro no sentido de lhes dar resposta. Uma situação que comprova esse contributo foi o trabalho desenvolvido no decorrer da identificação e sinalização de comportamentos suspeitos da prática de crimes no Bairro da Arroja pelos polícias que compõem os Saltos desta Esquadra, enquadrados no MIPP. Perante as suspeitas levantadas, o policiamento que foi direcionado permitiu verificar naquela zona um pequeno tráfico de estupefacientes. Posto isso, recebi um *e-mail* destas equipas a transmitir essa informação, pelo que inicialmente deleguei tarefas

que permitissem aprofundar as informações recolhidas. Isso levou-nos a perceber que neste âmbito existia matéria criminal que já extravasava as nossas competências, pelo que enviei todos os conteúdos recolhidos para a Divisão Policial de Loures, que posteriormente reencaminhou para a EIC. Este trabalho veio a culminar numa operação policial, na qual foram feitas várias buscas domiciliárias, tendo sido apreendidas armas de fogo e produto estupefaciente. A ação policial direcionada para a recolha de dados concretos sobre esta situação foi fundamental para vir se conseguir atingir os objetivos.

2.10. Qual é a perceção que tem em relação ao tratamento que é dado às informações recolhidas?

CO – O tratamento das informações está a funcionar. Ao nível de Esquadra recolhemos a informação que está ao nosso alcance e depois esta informação vai ser tratada pela Subsecção de Informações e pela EIC com outras ferramentas que nós não dispomos. Verifico que o tratamento das informações ocorre, principalmente se forem informações sustentadas. A informação é tratada e depois devolvida aos serviços competentes para que sejam tomadas as medidas necessárias. As informações ao chegarem a nós são tratadas, na medida em que os polícias que as conhecem comunicam-nas ao Comandante de Esquadra, redigindo uma simples informação de serviço ou enviando-as por *e-mail*. Consequentemente, a informação é enviada para os canais superiores. Caso seja uma situação passível de ser resolvida ao nível de Esquadra, enquanto Comandante delego tarefas nos Agentes direcionadas para essa situação, por outro lado, se chegarmos à conclusão, através das informações recolhidas, que estamos perante uma situação que extravasa as nossas competências, então transmitimos à EIC através do canal estabelecido. Nesse sentido, correspondemo-nos diretamente com a Divisão Policial de Loures, sendo que apenas comunicamos diretamente a outras Esquadras quando sabemos que se tratam de situações que são da sua competência territorial.

2.11. Na sua perspetiva, que tipo de boas práticas podem ser desenvolvidas que favoreçam a recolha de informações criminais junto da população e de entidades locais na Divisão Policial de Loures?

CO – As ações de sensibilização e de formação e a criação de parcerias também são importantes porque isso acaba por vincular as pessoas a um objetivo comum. No fundo, tomar iniciativas que aproximem a PSP à sociedade.

III - A articulação entre as valências da PSP.

2.12. A estratégia associada ao MIPP pressupõe a articulação entre as diferentes valências da PSP, nomeadamente a prevenção, a investigação criminal, as informações e a ordem pública. O que pensa sobre a forma de como esta articulação é concretizada?

CO – Efetivamente essa articulação acaba sempre por acontecer. Isto porque quando existe recolha de informações feita pelo MIPP, essa informação depois é tratada e transmitida para a valência correspondente. Exemplo disso foi o trabalho feito por várias valências da PSP na sequência de uma informação recolhida pelo MIPP que, quando aprofundada, identificou práticas criminais e resultou numa operação que levou à detenção dos suspeitos, na apreensão de armas, de produto estupefaciente, de dinheiro proveniente do crime e de material utilizado no tráfico de estupefaciente. Sem dúvida que é importante que exista esta articulação. Se não houver esta partilha de informação proveniente da Esquadra, não haverá tanta matéria para ser trabalhada por outras valências. Acredito que mais de metade das investigações que se desenvolvem partem das informações vindas das Esquadras genéricas.

2.13. Que tipo de boas práticas podem contribuir para uma efetiva articulação entre as diferentes valências da Divisão Policial de Loures?

*Contributo para o Policiamento de Proximidade em Zonas Urbanas Sensíveis: A
Aplicação do Modelo Integrado de Policiamento de Proximidade na Divisão Policial de
Loures*

CO – No passado eram feitas reuniões com os Comandantes de Esquadra e com o Comandante de Divisão com regularidade, que me parecem ser importantes. Da mesma maneira que são importantes as reuniões feitas entre elementos do MIPP das várias Esquadras com alguém da EIC e da Subsecção de Informações. Nestas reuniões há sempre algum aspeto que é realçado e sensibilizado, relevante para orientar o trabalho no terreno e isso é importante para haja articulação e uniformização ao nível da Divisão Policial de Loures.

ANEXO E: ENTREVISTA N.º 3

Categoria: Chefe

Cargo: Supervisor Local do MIPP da 73.ª Esquadra – Pontinha

Nome: Nuno Miguel Fernandes da Costa

Data: 12/03/2021

I – Caracterização e operacionalização do MIPP na Divisão Policial de Loures.

3.1. Na sua perspetiva, como se caracteriza, em traços gerais, o MIPP?

NC - Há um grande contributo do trabalho do MIPP para os contactos com as pessoas em geral. O contacto com aqueles polícias que as pessoas já conhecem há anos, não será o mesmo do que o polícia que vai lá para resolver uma ocorrência hoje e amanhã já será outro.

3.2. Como vê o contributo do MIPP para a atuação global da PSP na Divisão Policial de Loures?

NC - A Divisão Policial de Loures tem vários bairros sensíveis, um pouco por todas as Esquadras. Como disse, há um grande contributo do MIPP para o contacto com as pessoas em geral e em particular em Zonas Urbanas Sensíveis. Nas Zonas Urbanas Sensíveis há sempre pessoas de bem que só fornecem informações se forem sempre os mesmos polícias a lá irem. O MIPP tem contribuído muito para a recolha de informação. Várias informações que nós recebemos são dadas diretamente a esses elementos, que se não fossem eles, se calhar as pessoas não se chegavam à frente com esse tipo de informações.

3.3. Como se operacionaliza a missão do MIPP em Zonas Urbanas Sensíveis?

NC - Existem bastantes dificuldades no patrulhamento em geral nestas zonas. O patrulhamento de proximidade nestas zonas teoricamente deve ser uma patrulha de dois polícias, sempre os mesmos dois. Mas em certos sítios torna-se difícil os polícias andarem lá com segurança, sobretudo em algumas horas. Em determinados períodos do dia não podemos ir lá só dois patrulhar. Atualmente a dificuldade nas Zonas Urbanas Sensíveis é a falta de meios para lá chegar. Esse é o grande problema que as equipas do MIPP têm. Quando temos um bairro que é relativamente perto da Esquadra dá para patrulhar a pé e facilmente lá chegamos. Caso contrário, por exemplo no bairro Serra da Luz, já não dá para os elementos andarem lá a pé. É uma zona enorme e a pé não é muito aconselhável lá patrulhar e por isso torna-se difícil. Até porque se houver algum problema, a mobilidade dos polícias está limitada. A falta de meios é um problema, porque fica difícil para um polícia mover-se de outra forma, mesmo apanhando um autocarro, sobretudo em áreas grandes. Se for necessário os polícias moverem-se rapidamente não têm essa hipótese. Corremos o risco de ter uma patrulha a dois ou três quilómetros da Esquadra sem poder auxiliar ninguém.

3.4. Quais são os contributos do policiamento de proximidade em Zonas Urbanas Sensíveis?

NC - Os contributos são vários. Além da recolha de informações que salta mais à vista. Em Zonas Urbanas Sensíveis existem empresas, armazéns e lojas que vão contactando com os polícias do MIPP, e vão-se organizando de eventos. Nessas ocasiões auxiliam-nos com materiais para as crianças. Para se conseguir a recolha de informações temos de ter os mesmos polícias no MIPP há vários anos. Nos primeiros tempos é mais difícil. Por vezes, as equipas mudam e depois os contactos que iam fazendo perdem-se. Nesta Esquadra temos

polícias nas EPAV que fazem essa função há vários anos e temos pessoas que lhes ligam a dar informações. Durante a pandemia têm sido feitas várias denúncias de festas ilegais diretamente a esses polícias em vez de serem comunicadas à Esquadra. Com os anos deixa de ser só um polícia e passa a ser o polícia que as pessoas já conhecem. O melhor exemplo que tenho do contributo do MIPP foi a resposta a um crime grave como foi um assalto a um banco, cujos suspeitos fugiram para o interior de uma Zona Urbana Sensível e só os conseguimos localizar graças à informação dada por uma residente aos polícias que já conhecia. Acredito que se a pessoa não nos conhecesse pela nossa presença no bairro, não teria contactado a informar onde os suspeitos estavam escondidos.

3.5. Tendo em conta que a estratégia do MIPP reforça o carácter integral da PSP, o que pensa sobre o conhecimento dos objetivos e missão da Diretiva Estratégica n.º 10/2006 por parte dos restantes polícias com funções operacionais?

NC - Alguns se calhar não têm bem noção e às vezes nota-se umas diferenças vincadas em expressões. Nem sempre têm em conta o trabalho que o MIPP faz. Não nesta Esquadra mas noutras, acredito que haja uma desvalorização do trabalho do MIPP, talvez por não terem bem consciência do que é feito mas também por causa dos horários. O MIPP normalmente trabalha de segunda a sexta-feira, as EPES não trabalham ao sábado e ao domingo e as EPAV não trabalham ao domingo. Em geral não fazem noites e às vezes há esses comentários.

II – Os contactos com a comunidade e a recolha de informações.

3.6. Como avalia a relação estabelecida entre os polícias afetos ao MIPP e a população da Divisão Policial de Loures?

NC - Na área desta Esquadra a relação é muito boa com os polícias que estão no MIPP há mais tempo. Com empresas e com a Junta de Freguesia a relação é ótima graças a esses elementos que já cá estão há vários anos e nesse tipo de funções. Já não está definida como antes a patrulha direcionada para o comércio, mas os elementos que integram as EPES e as EPAV continuam a fazer contactos com os comerciantes e são os polícias que são mais conhecidos. Uns já com alguns anos de serviço na Esquadra da Pontinha, um ou outro com menos anos mas com experiência no policiamento de proximidade vão mantendo contactos com muita gente. É bom para a nossa imagem, porque assim as pessoas têm ali o polícia que fala com eles e que ajuda e vão transmitindo informações, que se calhar de outra forma não aconteceria, mas havendo confiança com determinado polícia já o fazem.

3.7. Uma das finalidades decorrentes do MIPP prende-se com a recolha de informações. Na sua opinião, como avalia o cumprimento deste objetivo?

NC - Este objetivo é bastante cumprido. Antes de ser Chefe trabalhava em patrulhas localizadas e já nessa altura este objetivo era bastante cumprido. Recolhem-se muitas informações que depois são canalizadas para a EIC. A nível de tráfico de estupefaciente e sobre roubos, por exemplo, consegue-se recolher bastante informação através do MIPP.

3.8. De que forma outras entidades locais, como associações sociais, colaboram na transmissão de informações à polícia?

NC - Existe também bastante troca de informação de entidades externas aos polícias do MIPP. A título de exemplo, nós organizamos anualmente o “dia do ambiente”. Com os vários contactos que, principalmente os elementos do MIPP têm, com empresas, com a Junta de Freguesia, com associações, já conseguimos organizar eventos com mais de 500 pessoas em que conseguimos ter vários brindes para oferecer com o nome da polícia e fazer várias atividades e isso só se conseguiu porque alguns elementos têm esses contactos. As restrições devido à pandemia têm prejudicado um bocado os contactos e as atividades com outras entidades. Continuamos a estabelecer contactos com as pessoas mas nota-se essa dificuldade principalmente com as pessoas de idade que têm mais receio de se aproximarem.

3.9. Qual o contributo do MIPP para a recolha de informações criminais em Zonas Urbanas Sensíveis?

NC - O MIPP consegue recolher informações nas Zonas Urbanas Sensíveis. Nestas zonas há sempre pessoas de bem que dão informações muito boas e concretas. Nesta Esquadra temos também polícias a fazer o serviço de Saltos à civil. Esses polícias não fazem tanta recolha de informação a comparar com os restantes do MIPP que são os que já estão cá enraizados há mais anos e os que as pessoas já conhecem há mais tempo. No entanto, também já fiz este serviço à civil e as pessoas que já nos conheciam falavam-nos à mesma e transmitiam-nos as informações de que precisávamos. As pessoas se nos conhecerem estão mais à vontade para falar connosco se estivermos à civil do que se estivermos fardados. É sempre diferente para as pessoas das Zonas Urbanas Sensíveis estarem a falar com um polícia fardado do que com uma pessoa que, embora seja polícia, está ali à civil e nem toda gente conhece. Num bairro, uma pessoa quando está a falar com um polícia fardado está sempre a olhar em redor a ver se alguém está a ver, enquanto se estivermos à civil a conversa é feita totalmente à vontade. Nos bairros sociais a única maneira de se ir conhecendo os indivíduos, ou perante a ocorrência de crimes conseguirmos associar quem os praticou ou quais são os grupos que existem é através do pessoal do MIPP. Nós vamos conhecendo os indivíduos e quando ocorrem roubos, por exemplo, nós através do expediente e fazendo alguns contactos conseguimos associar quem eram os suspeitos. Outro exemplo são os furtos em residência, que pelo *modus operandi* vemos quando são de pessoas já conhecidas.

3.10. Qual é a perceção que tem em relação ao tratamento que é dado às informações recolhidas?

NC - As informações que são recolhidas depois são reencaminhadas para a nossa subsecção de informações ou para a EIC. Algumas delas, depois recebemos autorização para sermos nós a trabalhá-las, atendendo a que a EIC não tem capacidade para trabalhar tudo. Nós já recolhemos algumas informações, por exemplo, de pequeno tráfico e depois nós é que as tratamos. Em relação às informações que são reportadas, eu às vezes tenho noção do que é aproveitado. Sobretudo sobre o tráfico de estupefacientes, recebo o feedback do decurso do inquérito que decorre na sequência de informações que promovemos.

3.11. Na sua perspetiva, que tipo de boas práticas podem ser desenvolvidas que favoreçam a recolha de informações criminais junto da população e de entidades locais na Divisão Policial de Loures?

NC - O facto de o MIPP estar organizado entre cada Esquadra é bom. Tenho ideia de que noutras Divisões Policiais, sobretudo nas integradas pode acontecer o MIPP estar a funcionar mais a nível de Divisão, o que a meu ver torna difícil este tipo de recolha de informações. Isto tem de ser uma coisa local. Os polícias para fazerem a recolha de informações não podem estar espalhados por uma área de uma Divisão. Apesar de a área das Divisões integradas ser muito mais pequena do que a nossa, o trabalho do MIPP tem de ser sempre local ao nível de Esquadra. Outra questão que vejo é que, sobretudo quando há poucos elementos, se não for o

pessoal do MIPP, então não há ninguém para andar a pé na rua. Nisso temos que incidir, a andar a pé na rua. Até podemos ter viatura no MIPP, mas temos de usá-la para ir a um sítio e depois estar lá a pé um bocado para conhecer as pessoas. Tem de se andar a pé e tem de haver patrulhas apeadas. Há bairros que não dá para andar a pé lá dentro, mas de resto temos que incidir nisso. O MIPP é essencial, só que tem de ir aos locais, tem de estar presente.

III - A articulação entre as valências da PSP.

3.12. A estratégia associada ao MIPP pressupõe a articulação entre as diferentes valências da PSP, nomeadamente a prevenção, a investigação criminal, as informações e a ordem pública. O que pensa sobre a forma de como esta articulação é concretizada?

NC - Da nossa parte essa articulação existe e até é simples. Temos a parte oficial, falamos com os Comandantes e depois a informação é reencaminhada por *e-mail*. Também conseguimos facilmente e rapidamente articular-nos com outras valências. Mais com a Esquadra de Intervenção e Fiscalização Policial, rapidamente há uma partilha de informações entre nós e decide-se o que fazer numa ação em concreto. Com a Investigação Criminal também facilmente cedemos a informação que recolhemos. Não há grandes burocracias, é uma coisa rápida e simples. Seja sobre situações de violência doméstica, seja sobre tráfico de estupefacientes ou roubos ou outros. É rápido, simples e está a funcionar bem.

3.13. Que tipo de boas práticas podem contribuir para uma efetiva articulação entre as diferentes valências da Divisão Policial de Loures?

NC - Havendo a facilidade do contacto e da partilha de informação é o essencial. Nós recolhemos a informação, mas se a informação demorar muito tempo a ser partilhada, não lhe é dado o mesmo valor. Quando tem de ser partilhada é por escrito e enviada para quem de direito e isso pode demorar algum tempo. Por isso, além de ser assim também deve haver o contacto telefónico a informar o que se passa. É importante que sejam feitos os dois tipos de contactos. O contacto direto e o contacto formal que é informar o Comandante de Esquadra e este reporta por escrito superiormente. As reuniões MIPP eram um bom contributo para todos. Até para termos conhecimento da criminalidade não só da área da nossa Esquadra como das restantes. Quando, por exemplo, nos apercebemos de vagas de furtos que estão a ocorrer numa área e depois ao falarmos com o Supervisor Local do MIPP dessa Esquadra conseguimos ver quais são os possíveis suspeitos e o que podemos fazer na nossa área para impedir esse tipo de crimes. Para a EIC também é muito bom porque permite a partilha de informações. Essas reuniões são muito boas, mas entretanto devido à pandemia estão estagnadas.

ANEXO F: ENTREVISTA N.º 4

Categoria: Agente Principal

Cargo: Agente de Proximidade do MIPP da 70.^a Esquadra – Loures

Nome: Rui Miguel Rodrigues Albuquerque

Data: 15/03/2021

I – Caracterização e operacionalização do MIPP na Divisão Policial de Loures.

4.1. Na sua perspetiva, como se caracteriza, em traços gerais, o MIPP?

RA - Na minha opinião pessoal e como elemento a exercer funções no MIPP há já cerca de 5 anos, considero o MIPP uma peça fulcral para muitos dos bons resultados que se têm verificado, quer na prevenção e combate à criminalidade, quer na solução de problemas da comunidade e colaboração na resolução das causas da criminalidade e incividades, assim como na proximidade com a população em geral e as demais instituições. É um policiamento que pelas suas missões definidas, tem que ser realizado por elementos com certas características, entre as quais o bom senso, a sensibilidade, a destreza, a comunicação, entre outros.

4.2. Como vê o contributo do MIPP para a atuação global da PSP na Divisão Policial de Loures?

RA - Os Agentes Policiais que exercem funções no âmbito do policiamento de proximidade são indubitavelmente peças nucleares, um canal privilegiado de recolha de informação, pois conhecem as fragilidades e potencialidades do meio, mantêm um contacto muito próximo com os públicos-alvo mais frágeis e carenciados (crianças, jovens, idosos, habitantes de bairros problemáticos, etc.); Pelo que considero que tem sido muito positivo e com excelentes resultados quer a nível institucional como junto da própria população. Considero o policiamento de proximidade muito importante. Distinguimo-nos do serviço do carro-patrolha porque vamos ao encontro do cidadão e isso faz falta. Senti esse contributo especialmente quando fui para a área mais rural de Loures. Senti o carinho que a população destas zonas tem pela polícia e notavam quando não passávamos lá durante alguns dias seguidos. O contributo do MIPP também tem muito a ver com as pessoas que desempenham estas funções. Nem todos os polícias têm as mesmas aptidões, no fundo temos de ser polícias, psicólogos, assistentes sociais... Tudo bem que nem tudo isso é da nossa exclusiva competência, mas também não podemos ignorar as pessoas que várias vezes procuram um pouco de atenção. Principalmente em relação à população mais idosa.

4.3. Como se operacionaliza a missão do MIPP em Zonas Urbanas Sensíveis?

RA - Atualmente, na área da 70.^a Esquadra da PSP de Loures, não tem sido realizado muito do serviço de proximidade junto das Zonas Urbanas Sensíveis, quer pela falta de efetivo policial no MIPP, quer pelo aumento do serviço (escolas, idosos, violência doméstica, comércio), quer pela falta de meios. No entanto, é uma missão que requer muito tempo, muitos contactos e muita presença. O que promove a nossa presença nestas zonas é o facto de conhecer residentes já há alguns anos. A minha visão muito pessoal das Zonas Urbanas Sensíveis é que só trabalhamos se a população residente entender que devemos lá estar. Nesta população residente encontro vários tipos, aqueles que até têm muito respeito por nós, os que não nos podem ver e aqueles que num estado normal falam bem connosco, mas se formos lá em serviço por outras circunstâncias também já não nos querem ver.

4.4. Quais são os contributos do policiamento de proximidade em Zonas Urbanas Sensíveis?

RA – A recolha de informação, que leva alguns bons resultados junto da investigação criminal e também na prevenção. Quanto à nossa presença, a minha opinião pessoal é que nós muitas das vezes só conseguimos obter respostas se conhecermos as pessoas há muito tempo. Além de que considero que nas Zonas Urbanas Sensíveis, nós não somos propriamente uma presença desejada. Dou como exemplo uma afirmação que me disseram numa destas zonas: “Só estamos aqui junto de si porque é o Agente Albuquerque.” Nessa ocasião estava fardado. Noutras situações, se pretendemos dialogar com algum residente, temos melhor aproveitamento se estivermos trajados à civil. A própria farda é uma aversão a muitos ou então pretendem falar connosco polícias, mas não fardados para não serem vistos por outros a comunicar com a polícia. Poderá haver contributo do MIPP nas Zonas Urbanas Sensíveis, mas é um trabalho que tem de ser feito continuamente e os resultados não aparecem de um momento para o outro. Também não convém que os polícias vão variando, devem ser sempre os mesmos a andarem constantemente por lá, ir interagindo e promovendo atividades com a população e dirigindo-se às pessoas certas.

4.5. Tendo em conta que a estratégia do MIPP reforça o carácter integral da PSP, o que pensa sobre o conhecimento dos objetivos e missão da Diretiva Estratégica n.º 10/2006 por parte dos restantes polícias com funções operacionais?

RA - É da minha opinião que muitos dos outros elementos não têm noção nem conhecimento do definido pela Diretiva Estratégica n.º 10/2006. Alguns têm conhecimento de que temos em mãos uma panóplia enorme de missões e um desempenho fundamental para o serviço, só isso. Ou então até julgam ser um trabalho desafogado. Ultimamente nota-se que já vão estando mais sensibilizados em relação ao nosso trabalho.

II – Os contactos com a comunidade e a recolha de informações.

4.6. Como avalia a relação estabelecida entre os polícias afetos ao MIPP e a população da Divisão Policial de Loures?

RA - Excelente. Enorme. Verificamos pela receção junto de nós, aquando do nosso contacto ou mesmo quando é a população que nos procura a nós. Isso vê-se pela confiança e o à vontade que adquiriram connosco, pelas instituições, toda a faixa etária, jovens nas escolas e idosos. Isto é resultado da nossa abertura às pessoas e aos representantes das instituições.

4.7. Uma das finalidades decorrentes do MIPP prende-se com a recolha de informações. Na sua opinião, como avalia o cumprimento deste objetivo?

RA - Também positivo. Temos verificado isso mesmo sempre que surge algo e em resposta à nossa proximidade conseguimos obter várias informações. Mesmo sem ser na resolução de situações com que nos deparamos, muitas das vezes o cidadão já se dirige a nós com o intuito de transmitir algo que visualiza e que por certas vezes não está ao nosso alcance visual, muito pela nossa visibilidade enquanto polícias fardados.

4.8. De que forma outras entidades locais, como associações sociais, colaboram na transmissão de informações à polícia?

RA - Temos por exemplo os casos das IPSS's que nos fazem chegar informações de casos de idosos isolados ou mesmos em possíveis situações de maus tratos por parte de familiares. Por parte do Espaço Vida articulamos o acompanhamento ou mesmo a denúncia de situações de violência doméstica. Com a Junta de

Freguesia de Loures há articulação de situações em que até nós acompanhamos mutuamente para resolver ou verificar algo que chegou a eles em primeiro lugar. O contrário também acontece, quando somos nós que precisamos de saber alguma coisa também recorremos a eles. Existem várias parcerias estabelecidas e com muito bom resultado. Desde que desempenho funções no MIPP uma das preocupações que tive foi ir-me apresentando às instituições locais, clubes, escolas, entre outros. A ligação com os clubes desportivos também é muito importante. Tal como as escolas, os clubes lidam com muitos jovens e já houve situações problemáticas que foram detetadas pelos clubes e nos foram reportadas.

4.9. Qual o contributo do MIPP para a recolha de informações criminais em Zonas Urbanas Sensíveis?

RA - De momento, apenas quando há continuidade no diálogo com pessoas que conhecemos há mais anos e passagens regulares, dentro do possível, junto das mesmas. Isso não se tem verificado por falta de pessoal ou viaturas. Também é útil irmos fazendo o acompanhamento dos jovens destas zonas junto das escolas que frequentam. Existe contributo do nosso trabalho para a recolha de informações em Zonas Urbanas Sensíveis mas muitas vezes tem de ser feita fora de lá. A recolha de informações no interior destas zonas é muito complicada. Desde logo, porque se estiver fardado, a pessoa com quem contactamos vai ser vista pelos amigos a falar com o polícia e depois é pressionada por eles. Se estiver à civil, embora possa ser reconhecido, já é diferente. Ou seja, muitas das vezes que conseguimos fazer recolha de informações é contactando com as pessoas que potencialmente possam ter informações úteis mas fazendo esse contacto fora dessas zonas.

4.10. Qual é a perceção que tem em relação ao tratamento que é dado às informações recolhidas?

RA - No que respeita ao meu conhecimento pessoal, tenho verificado que é dado, de forma positiva, o encaminhamento necessário às informações recolhidas, algumas com resultados e outras não. Por exemplo em relação a informações sobre tráfico de estupefaciente, armas ou mesmo situações da responsabilidade das instituições nossas parceiras, como a Câmara Municipal de Loures, a Junta de Freguesia de Loures, Instituições Particulares de Solidariedade Social (na área dos idosos). Prova disso é que após muitas informações por mim recolhidas e transmitidas, sou contactado por pessoal das EIC para apurar mais detalhes sobre as situações que reporte. A minha ideia é que, de facto, a informação que transmito segue o caminho que deve seguir e muitas das vezes auxilia em investigações que estão a decorrer ou que se iniciam.

4.11. Na sua perspetiva, que tipo de boas práticas podem ser desenvolvidas que favoreçam a recolha de informações criminais junto da população e de entidades locais na Divisão Policial de Loures?

RA - Manter o contacto de proximidade sempre que possível. Manter as ações de sensibilização, porque nestas ocasiões as pessoas ganham confiança e no final vêm contar alguma coisa. Transmitir os nossos programas às pessoas, que apesar serem divulgados, mesmo assim há quem desconheça pormenores importantes. Havendo maior divulgação, recebemos mais contactos.

III - A articulação entre as valências da PSP.

4.12. A estratégia associada ao MIPP pressupõe a articulação entre as diferentes valências da PSP, nomeadamente a prevenção, a investigação criminal, as informações e a ordem pública. O que pensa sobre a forma de como esta articulação é concretizada?

RA - A meu ver, tem-se denotado de ano para ano uma melhor articulação entre as diferentes valências e inclusive tem-se verificado uma breve resposta às necessidades. Contudo, por vezes contrariada com a falta de

meios humanos e viaturas, assim como o avultado serviço em mãos. A articulação entre as valências também é concretizada muito graças à ação dos Comandantes que estabelecem contactos céleres entre si para coordenar e gerir as necessidades de cada serviço. Há situações nas quais fazemos o respetivo expediente e este é logo enviado digitalmente para o Comandante de Esquadra e posteriormente o Comandante encaminha para a EIC que assim pode começar logo a providenciar o seu trabalho. Ou seja, enquanto o processo físico decorre mais devagar, o envio digital do expediente faz chegar a situação mais rápido. O que também já aconteceu, embora menos vezes, é comunicarmos a outra valência determinada situação que está a ocorrer e que exige a sua presença mas acaba por não se conseguir responder logo por falta de meios.

4.13. Que tipo de boas práticas podem contribuir para uma efetiva articulação entre as diferentes valências da Divisão Policial de Loures?

RA - Neste momento, e um pouco no seguimento do anterior referido, verifico que já existe uma efetiva articulação entre as diferentes valências na Divisão da PSP de Loures. O exemplo de, paralelamente ao canal oficial, estabelecerem-se contactos mais céleres entre as valências é uma boa prática, sem que isso implique ultrapassar a hierarquia. A divulgação por *e-mail* do *briefing* diário também é uma coisa muito boa. Permite a todo o efetivo estar a acompanhar o trabalho desenvolvido pela Divisão e verificar se existem fenómenos que estejam a acontecer na área de outras Esquadras aos quais também devemos estar atentos na nossa área. Outra coisa importante é por exemplo quando entramos ao serviço lermos o expediente. No entanto, a concretização desta articulação muito se deve aos nossos superiores que assim também o exigem e pretendem. Estão muito bem entrosados, a trabalhar num objetivo comum: o combate à criminalidade e o bem-estar do cidadão.

ANEXO G: ENTREVISTA N.º 5

Categoria: Agente Principal

Cargo: Agente de Proximidade do MIPP da 78.^a Esquadra – Camarate

Nome: Nuno Rodrigues Parreira

Data: 09/03/2021

I – Caracterização e operacionalização do MIPP na Divisão Policial de Loures.

5.1. Na sua perspetiva, como se caracteriza, em traços gerais, o MIPP?

NP - Uma ferramenta muito útil para o dia-a-dia, nomeadamente ao nível de acompanhamento de pessoas e do crime. Ao nível de recolha de informações é muito útil, quando conseguimos chegar às pessoas certas, porque nem toda a gente inicialmente se abre à polícia. O MIPP desempenha funções diferentes das do carro-patrolha, penso que estamos mais abertos ao público em geral.

5.2. Como vê o contributo do MIPP para a atuação global da PSP na Divisão Policial de Loures?

NP - É muito bom. Eu vejo-o como uma mais-valia nomeadamente a nível de as pessoas falarem connosco. Nós temos Zonas Urbanas Sensíveis que, se calhar ao nível da área da nossa Esquadra é onde se acentuam mais e se não tivermos pessoas a falar connosco não sabemos o que se passa.

5.3. Como se operacionaliza a missão do MIPP em Zonas Urbanas Sensíveis?

NP - É difícil. Eu quando falo em difícil é porque não se consegue chegar a toda a gente. A malta mais jovem tem dificuldade em nos aceitar muitas das vezes. Tentamos chegar numa primeira fase à população mais idosa e depois ir por arrasto e tentar chegar aos jovens que serão os filhos destas pessoas. Se bem que, nem todos veem com bons olhos a nossa presença.

5.4. Quais são os contributos do policiamento de proximidade em Zonas Urbanas Sensíveis?

NP - Conseguimos recolher alguma informação proveitosa nas Zonas Urbanas Sensíveis principalmente quando são feitas atividades com as associações, onde nós estamos presentes com alguns jovens e algumas crianças. Aí consegue-se interagir melhor com eles porque é como se fosse um campo neutro e nesses momentos não somos mal vistos. Por vezes nessas atividades estão lá pessoas que já foram detidas ou até presas mas a atitude delas é diferente. Fora isso, não somos muito desejados por alguns. Com os adultos e mais idosos vamos conseguindo contactar e a partir deles é que vamos chegando aos outros.

5.5. Tendo em conta que a estratégia do MIPP reforça o carácter integral da PSP, o que pensa sobre o conhecimento dos objetivos e missão da Diretiva Estratégica n.º 10/2006 por parte dos restantes polícias com funções operacionais?

NP - Há muita coisa com a qual nós trabalhamos que devia ser de acesso a todos. Nomeadamente no caso da plataforma Programas Especiais de Policiamento, onde nós inserimos dados sobre comércio, idosos e violência doméstica. As fichas de sinalização de idosos, por exemplo, são totalmente diferentes quando inseridas por polícias que não pertencem ao MIPP e depois nós temos de ir corrigi-las porque eles não têm mais acesso. Não devia ser assim, todos deviam ter acesso pelo menos àquela parte. Quem fala nisto pode falar noutras questões. São só exemplos de que o trabalho não está alinhado entre todos. Os próprios formulários

deviam sofrer uma reavaliação constante, nomeadamente as fichas de reavaliação de violência doméstica deviam já ter sido alteradas e atualizadas.

II – Os contactos com a comunidade e a recolha de informações.

5.6. Como avalia a relação estabelecida entre os polícias afetos ao MIPP e a população da Divisão Policial de Loures?

NP - Para já, às pessoas que nós conseguimos chegar essa relação é boa. Sendo que, muita gente poderá não nos ver com bons olhos porque a maior parte da comunidade poderá não saber quais são as nossas funções em concreto. As nossas funções são diferentes do carro-patrolha. Nós tentamos incidir nas pessoas e no público em geral e muita gente se calhar desconhece isso. Muita gente vê-nos da mesma forma que vê aos restantes polícias da patrulha. Por isso é que digo que inicialmente tentamos chegar à população idosa e adulta, tentar sensibilizá-los e depois chegar aos restantes, não tanto às crianças mas àquele público entre os 15 e os 25 anos que, por norma, são os que têm mais dificuldade em nos aceitar.

5.7. Uma das finalidades decorrentes do MIPP prende-se com a recolha de informações. Na sua opinião, como avalia o cumprimento deste objetivo?

NP - Não é fácil. Muita gente, apesar de nos conhecer e nós sabermos com quem falamos, pede o anonimato, tenta que as informações que nos dão não sejam associadas a elas porque não querem problemas dentro dos bairros e da comunidade ou com os vizinhos. Nós recebemos as informações mas tentamos sempre ao máximo preservar o anonimato das pessoas. A recolha de informações vai-se conseguindo fazer, mas não tanto como pretendíamos, temos de cativar as pessoas. Tornou-se mais difícil agora com a pandemia, nós tínhamos reuniões com os parceiros e havia sempre caras novas que se iam conhecendo e agora estagnou.

5.8. De que forma outras entidades locais, como associações sociais, colaboram na transmissão de informações à polícia?

NP - A colaboração com os nossos parceiros, nomeadamente com a Junta de Freguesia, com a Câmara Municipal, o próprio Contrato Local de Segurança e associações é ótima. Sempre que necessitamos de alguma coisa eles colaboram connosco tal como ao contrário acontece o mesmo.

5.9. Qual o contributo do MIPP para a recolha de informações criminais em Zonas Urbanas Sensíveis?

NP - As informações chegam-nos e depois nós temos de tentar verificar se são verídicas ou não. Sendo que, em todo o caso, se forem consideradas graves nós acabamos sempre por fazer informação para seguir para a nossa subsecção de informações da Divisão e eles depois acabam por aprofundar mais a questão. Há certos pontos que nós não aprofundamos tanto, nomeadamente ao nível de análise da informação que deixamos para a subsecção de informações.

5.10. Qual é a perceção que tem em relação ao tratamento que é dado às informações recolhidas?

NP - Por norma dão-nos sempre o *feedback* daquilo que transmitimos. Por norma dizem-nos se as informações transmitidas têm viabilidade ou não, se foram usadas ou não. Tal como quando a subsecção de informações está a trabalhar situações envolvidas com a nossa área, fazem-nos chegar as suas necessidades para nós tentarmos saber mais alguma coisa sobre o assunto, caso haja.

5.11. Na sua perspetiva, que tipo de boas práticas podem ser desenvolvidas que favoreçam a recolha de informações criminais junto da população e de entidades locais na Divisão Policial de Loures?

NP - É fazerem-se atividades e irmos tentando reunir com os parceiros e com a população e ir arranjan-do novos métodos de aproximação. Por exemplo, estamos a pensar em programar umas atividades com uma equipa de atletismo, cuja maior parte dos atletas são do bairro Quinta da Fonte. Possivelmente e com o objetivo de cativar a relação deles com a polícia iremos dar-lhes umas aulas. É uma forma de aproximação como poderiam ser outras. Nós procuramos sempre envolver-nos em atividades, sendo que agora torna-se mais complicado devido à pandemia, que se tornou um obstáculo e faz com que estejamos parados no tempo. Não nos permite reunir, nem planear atividades. Efetivamente podemos tentar realizar atividades *online* mas nem toda gente tem acesso ou não querem, por isso torna-se complicado. Para além disso, vamos sempre realizando sensibilizações sobre assuntos atuais, como por exemplo a internet segura, burlas, ou no verão sobre os incêndios e as conversas que são feitas às vezes levam a outras. Nós sabemos que as pessoas idosas gostam de conversar e no meio dessas conversas pode-se sempre apanhar qualquer coisa que interesse. Outra mais-valia para o trabalho do MIPP seria existir um contacto divulgado às pessoas que lhes permitisse comunicar diretamente com as EPAV. Nesta Esquadra temos esse mecanismo implementado e autorizado superiormente mas seria essencial para outras subunidades. Permite que quando as pessoas tenham algum problema liguem diretamente para as EPAV, independentemente de serem questões criminais ou outros problemas. É uma ferramenta que aqui funciona porque através desse contacto telefónico várias pessoas reportam-nos informações úteis e sentem-se mais confortáveis para o fazer assim. Não está implementado em todas as Esquadras mas podia-se criar um contacto em cada uma para este efeito. Na nossa Esquadra as EPES também têm um contacto para isto mas é porque as escolas o forneceram, caso contrário não tinham. Isso é uma mais-valia sem dúvida alguma.

III - A articulação entre as valências da PSP.

5.12. A estratégia associada ao MIPP pressupõe a articulação entre as diferentes valências da PSP, nomeadamente a prevenção, a investigação criminal, as informações e a ordem pública. O que pensa sobre a forma de como esta articulação é concretizada?

NP - Na minha perspetiva penso que é cumprida. Embora importe referir uma questão que por vezes se revela a chave para isso que é conhecermos quem está a trabalhar nas outras valências. Se soubermos quem está a trabalhar do outro lado é mais fácil transmitir informações porque basta um simples telefonema a dizer o que se passou, essa informação é anotada pelos colegas de outro serviço e depois chega-nos o *feedback*. Portanto se o *feedback* nos chega quando transmitimos informações, significa que a articulação está a funcionar. Não quer dizer que não possamos melhorar mas para já está a funcionar assim e por isso não devemos regredir. O canal oficial é sempre seguido. Tudo o que são informações relevantes nós transmitimos ao Coordenador MIPP, o Coordenador transmite ao Comandante de Esquadra e depois segue para cima. Isto eu sei que se cumpre. Não quer dizer que por vezes não existam conversas informais que nos despertam para determinadas situações na nossa área que antes podiam ser irrelevantes, passam a ser relevantes e podemos ir tentar procurar algumas informações que depois redigimos e enviamos ao Coordenador MIPP e ao Comandante para depois seguirem. Desde que se criou, e bem, a Subsecção de Informações, o canal de informações chega sempre lá. Às vezes a informação sai daqui só com dois ou três pontos-chave e quando chega à Subsecção de Informações é elaborado um relatório mais completo para ser enviado para quem de direito, quer seja à investigação criminal ou para outra valência.

5.13. Que tipo de boas práticas podem contribuir para uma efetiva articulação entre as diferentes valências da Divisão Policial de Loures?

NP – A existência da Subsecção de Informações, ao nível da Divisão, permite que todos os assuntos que são captados sejam devidamente direcionados e aprofundados. As reuniões MIPP feitas nesta Divisão são uma mais-valia. São feitas com polícias do MIPP de todas as Esquadras e ainda com alguém da EIC e da subsecção de informações. Independentemente de os assuntos tratados serem direcionadas para o MIPP, há sempre outros tópicos que acabam por ser debatidos na reunião e aos quais as chefias também dão atenção. Após as reuniões faço um registo dos assuntos tratados. Esta prática não se deveria perder. Com o contexto pandémico não estão a ser feitas, mas se houvesse possibilidades podiam ser feitas *online* a partir de cada Esquadra. Com a suspensão das reuniões estamos a perder um pouco aquilo que se vinha a desenvolver. Esperemos poder voltar.

ANEXO H: ENTREVISTA N.º 6

Categoria: Agente

Cargo: Agente de Proximidade do MIPP da 39.ª Esquadra – Sacavém

Nome: Pedro Rúben Medeiros Puim

Data: 09/03/2021

I – Caracterização e operacionalização do MIPP na Divisão Policial de Loures.

6.1. Na sua perspetiva, como se caracteriza, em traços gerais, o MIPP?

PP - O MIPP foi criado muito por sermos quase uma polícia essencialmente repressiva, afastada da sociedade e de muitas instituições. O MIPP, no meu entender, o que veio fazer foi basicamente inserir a polícia, não só no seio da sociedade, quer com outras instituições, tal como as inúmeras parcerias que temos com Juntas de Freguesia, com Câmaras Municipais, com a APAV, seja no âmbito da violência doméstica, ou mesmo com as escolas com quem já temos contactos diretos. Noutra vertente, o MIPP interage com o comércio. Há comerciantes que têm os nossos contactos profissionais e muitas vezes até pessoais, porque criou-se um ambiente de amizade. O ambiente que o MIPP veio criar na sociedade é de como um ombro amigo que quando acontece alguma coisa, seja criminal, burocracias, ou simples problemas, somos contactados.

6.2. Como vê o contributo do MIPP para a atuação global da PSP na Divisão Policial de Loures?

PP - Na Divisão Policial de Loures, posso dizer que hoje existem inúmeras Zonas Urbanas Sensíveis, por exemplo temos aqui o Bairro Quinta do Mocho, existe também o Bairro Quinta da Fonte entre outras. Eu antes trabalhava no carro-patrolha e agora estou no MIPP. Estando no MIPP verifico que a proximidade às pessoas faz-nos conseguir, por um lado, obter informações de crimes que já aconteceram e, por outro lado, temos também conseguindo sinalizar os indivíduos suspeitos ou reincidentes, muito relacionados com a pequena criminalidade, como pequenos furtos. Normalmente são indivíduos dos bairros com uma cultura um pouco diferente talvez. Podem estar integrados na sociedade mas, no entanto, continuam a ter uma mentalidade diferente. Eles sabendo que nós os conhecemos e que sabemos alguns dos seus hábitos, por exemplo conheço muitos jovens dos bairros sociais, assim como conheço de outros bairros, isso também impede a reincidência. Pode não impedir um primeiro ilícito criminal, mas evita a reincidência, porque ele já sabe que se houver alguma característica ou alguma informação que o associe, eu vou chegar a ele. Já houve várias situações, como foram os casos dos arrastões que aconteciam desde a Escola Secundária de Sacavém até ao Bairro Quinta do Mocho e que já não existem. Muito graças à Escola Segura e aos contactos com a EPES. Pode existir um ilícito ou outro relativo a estudantes, mas já não é um arrastão de 50 pessoas que faziam furtos de veículo, furtos em interior de veículo, agrediam pessoas... Isso acabou e tudo muito graças à Escola Segura e à função do MIPP. Principalmente, reforçar a confiança das pessoas na polícia foi o que o MIPP veio fazer. Nós estamos muito mais interligados à sociedade em si, do que simplesmente responder a ocorrências como faz o carro-patrolha.

6.3. Como se operacionaliza a missão do MIPP em Zonas Urbanas Sensíveis?

PP - Quando estava no carro-patrolha já fazia um pouco disso, no domingo de manhã por exemplo, ia contactar com as pessoas mais idosas do bairro. Há questões que as pessoas podem ter para resolver e recorrem

a nós. Nós às vezes vamos auxiliá-las numa simples contraordenação ou chegam a vir aqui à Esquadra para terem ajuda num simples método de pagamento. Nós explicamos e depois desenvolvem-se conversas banais. Nem sempre têm pessoas para desabafar e às vezes desabafam situações criminais que nós nem sequer tínhamos ideia. Quando conseguimos informação nesse sentido contactamos a EIC. O carro-patrolha normalmente vai em resposta a ocorrências, o MIPP, por norma, faz contactos fora do ambiente de resolução de ocorrências. Outro esforço feito pelo pessoal do MIPP é tentarmos ao máximo não incluir as pessoas que nos transmitem as informações nos ilícitos que vamos resolver. Num ambiente de um bairro, uma pessoa que comunica a prática de ilícitos pode vir a ter a sua vida complicada. Temos sempre isso em atenção e até agora, no âmbito das minhas funções, nunca colocámos um civil em causa para resolver ilícitos ou para recolha de informações sobre situações mais gravosas que tenham acontecido.

6.4. Quais são os contributos do policiamento de proximidade em Zonas Urbanas Sensíveis?

PP - Agora que estou no MIPP, embora na vertente de Saltos, o que eu destaco é o que conseguimos em termos de proximidade. Principalmente a informação e a recolha de informação. De tudo um pouco vamos recebendo informações quando lá vamos. Informação essa que é remetida para as outras valências, seja à Investigação Criminal, seja para o próprio carro-patrolha ter atenção a certas zonas que estejam a ser vandalizadas ou onde se praticam furtos. Obviamente através do canal hierárquico, o MIPP consegue recolher informação, tratar parte dessa informação para inteligência e através disso chegar aos indivíduos relacionados com determinados factos. Temos diversos grupos referenciados em Zonas Urbanas Sensíveis. Principalmente no Bairro Quinta do Mocho onde existem cerca de quatro ou cinco grupos, que são grupos musicais e que funcionam como pequenos gangues, por assim dizer e conseguimos conhecer todos os indivíduos desse grupo. Normalmente o modus operandi de cada grupo é diferente de outro, seja em razão da idade, seja em relação ao tipo de agressividade e conseguimos saber muito do que se pode associar a cada indivíduo e a cada grupo. Ainda agora há pouco tempo, fomos chamados por causa de um indivíduo que estava agressivo numa escola, fizemos contacto com a EIC e eles vieram logo porque viram que ele estava referenciado pela prática de vários roubos.

6.5. Tendo em conta que a estratégia do MIPP reforça o carácter integral da PSP, o que pensa sobre o conhecimento dos objetivos e missão da Diretiva Estratégica n.º 10/2006 por parte dos restantes polícias com funções operacionais?

PP - Existem missões do MIPP que são claras. Por exemplo, a parte da Violência Doméstica e as reavaliações que se fazem. Os outros polícias veem as vítimas a dirigirem-se à Esquadra e sabem o propósito do nosso serviço. O que pode estar um pouco além são, por exemplo, as ações de sensibilização. As ações nas escolas dão um pouco mais nas vistas, porque os elementos das EPES têm de preparar as atividades e todos se apercebem disso. Em 2019, fizemos uma ação direcionada para o comércio e íamos contactando com muitos comerciantes da Freguesia de Moscavide e Portela e da Freguesia de Sacavém e Prior Velho. Penso que os meus colegas percebiam esse encadeamento com os demais. Como o serviço do MIPP está tão integrado no seio da sociedade, por vezes passa um pouco ao lado de quem anda no carro-patrolha. Quando as ações feitas por nós são divulgadas ou comunicadas, os restantes têm conhecimento, mas há muito contacto com a população que não é falado em ambiente de esquadra.

II – Os contactos com a comunidade e a recolha de informações.

6.6. Como avalia a relação estabelecida entre os polícias afetos ao MIPP e a população da Divisão Policial de Loures?

PP - É muito boa. Tentamos sempre alcançar o melhor. Não posso dizer que já esteja no seu expoente máximo, mas penso que a relação é boa. Tanto em relação aos comerciantes, como com a população escolar, ou com as pessoas das Zonas Urbanas Sensíveis. Desde que estou no MIPP ganhei a perceção de que existem muitos comerciantes que não tinham qualquer contacto nem comunicavam com a polícia sem ser junto das equipas de proximidade. Recorrentemente vamos questionando os comerciantes se está tudo bem com eles e com o negócio. Inicialmente, temos esta abordagem que cria empatia e então posteriormente, vamos para a parte de ilícitos criminais. Se já foram alvo, nos últimos anos, de ilícitos. Caso já tenham sido, se ficaram resolvidos ou não, também para terem confiança na polícia. Depois fornecemos contactos e damos a cara do Agente que pode estar próximo deles, para não ser só o contacto telefónico. Em Moscavide, só numa ação de sensibilização, embora não tenha havido muitos ilícitos lá, tivemos conhecimento de alguns que nem tinham sido comunicados. Ilícitos de menor gravidade que as pessoas nem se quer se deram ao trabalho de vir dizer à polícia. Nesse âmbito, foram feitos autos de notícia e foi criada aquela ligação de novos contactos e os comerciantes associam as caras a quem é do MIPP. Nós enquanto MIPP, embora no âmbito dos Saltos à civil, muitos comerciantes sabem quem somos e o que andamos lá a fazer. Muitos até apoiam disponibilizando o seu espaço, porque sabem que nós não estamos lá para os fiscalizar ou autuar. Estamos lá para os ajudar, mesmo para situações de cariz pessoal deles quando recorrem a nós diretamente. É mesmo uma questão de dar a cara. Eu trabalho aqui há cinco anos e já me conhecem perfeitamente. Se calhar, sem o MIPP, havia estabelecimentos que não iam ver a polícia durante muito tempo, a não ser quando tivessem problemas. Quando há problemas e vai lá a polícia, pode resolver o problema mas não vai prevenir. Com o MIPP previne-se a partir de comportamentos mais suspeitos e quando os há, os comerciantes já têm sensibilidade para nos contactar e dizer o que se passa. Quando contactam dirigem-se ao Agente que já conhecem e nós sabemos que quando isso acontece é porque são situações reais. Obviamente que nem toda gente está disposta a comunicar tudo à polícia, mas vamos tentando ganhar a sua confiança. A ideia não é querermo-nos relacionar com essas pessoas com o objetivo de prejudicar algum negócio através de fiscalizações. Quando vamos é para tentar resolver os seus problemas. Naturalmente, se resolvermos alguma complicação a determinada pessoa e ela nos der alguma informação de outros problemas, nós iremos usar essa informação. É importante não se perder a confiança para que as pessoas não deixem de comunicar.

6.7. Uma das finalidades decorrentes do MIPP prende-se com a recolha de informações. Na sua opinião, como avalia o cumprimento deste objetivo?

PP - Pela avaliação do serviço do MIPP desta Esquadra, esse objetivo consegue muito bem ser cumprido. O carro-patrolha na resolução de uma ocorrência dificilmente consegue recolher informações porque as pessoas estão focadas naquele episódio. Além disso, perante determinadas situações, nós como não estamos no âmbito de resolver uma ocorrência como o carro-patrolha acabamos por ir mais além na parte de obter informação e ver do que os indivíduos envolvidos possam estar referenciados. Atualmente, as pessoas quando têm algo a reclamar ou a comunicar, acabam por o fazer para a Esquadra. Cada vez mais através de meios eletrónicos, o nosso endereço de *e-mail* já está mais do que difundido. Qualquer comandante de Esquadra na Divisão Policial de Loures, certamente irá dizer que a caixa de correio da Esquadra está cheia de comunicações das quais se

podem tirar informações importantes para o nosso serviço. Esta comunicação ultimamente veio a ser melhorada com os avanços dos meios eletrónicos.

6.8. De que forma outras entidades locais, como associações sociais, colaboram na transmissão de informações à polícia?

PP - Na nossa área temos uma boa relação com as autarquias, seja com a Junta de Freguesia de Sacavém e Prior Velho, seja com a Junta de Freguesia de Moscavide e Portela, temos protocolos implementados, por exemplo para a cedência de viaturas. Quanto à transmissão de informações, é às autarquias onde muitas vezes as pessoas se deslocam para resolver algumas situações. Em alguns casos há pessoas que preferem não contactar connosco, talvez pelo receio de exposição e por isso, acabam por comunicar com as associações ou com as autarquias. Quando são assuntos relevantes acabam por nos ser transmitidos. Por norma, o que acontece é ser a própria pessoa que se dirige a outras entidades a consentir que terceiros transmitam à polícia determinada situação por ela. Temos também muitas iniciativas com as escolas, com a APAV e outras entidades no âmbito da violência doméstica que, por vezes, até desenvolvem ações de formação conjunta. Por um lado, é claro que esta cooperação pode ser mais desenvolvida, no entanto estamos num excelente caminho. Principalmente por parte das autarquias, nota-se a sua iniciativa. Há situações em que as pessoas comunicam à autarquia e por sua vez são remetidas para nós.

6.9. Qual o contributo do MIPP para a recolha de informações criminais em Zonas Urbanas Sensíveis?

PP – Em suma, o contributo reflete-se nos contactos que vamos fazendo com os residentes e em conseguirmos relacionarmo-nos com outras entidades. O facto de as informações recolhidas serem tratadas também é um contributo do nosso trabalho nessas áreas. Temos pessoas que trabalham em associações ligadas a Zonas Urbanas Sensíveis que também acabam por ser um ponto de troca de informação. Não só as pessoas que pertencem a essas associações mas também os comerciantes das Zonas Urbanas Sensíveis que se relacionam também connosco. Como exemplo, vemos que em muitos dos ilícitos que ocorrem aqui, conseguimos vir a apurar suspeitos através de contactos com as pessoas nos bairros. Sempre tendo em conta o anonimato das pessoas com quem falamos. Muitas vezes esses contactos não são feitos no interior da Zona Urbana Sensível, são feitos via telefone, ou então deslocam-se à Esquadra, que por acaso até está próxima de uma Zona Urbana Sensível. Nessas situações há cuidado em arranjar-se um espaço adequado e em não ter muitos polícias no interior da Esquadra. As pessoas muitas vezes querem confessar determinada situação à polícia mas também não se querem expor nem se querem meter nos problemas do bairro. No interior do bairro, perante as pessoas que tenham transmitido informações, nós não nos dirigimos a elas nem sequer as cumprimentamos. O ambiente de bairro é tão fechado que as coisas sabem-se todas.

6.10. Qual é a perceção que tem em relação ao tratamento que é dado às informações recolhidas?

PP - Na PSP, os serviços de informações estão cada vez a proliferar mais e existem vários departamentos vinculados às informações. O MIPP acaba por ser a “malha mais grossa” que existe nessa vertente. Isto porque para além de sermos nós que recolhemos a maioria das informações, ainda vamos tratando algumas das que recolhemos. Esse trabalho de tratamento é feito ao mínimo, porque não estamos especializados nessa parte, mas vamos tratando aquilo que se relaciona com a nossa área com mais afinco. De resto, vamos remetendo tanto para as Informações como para a Investigação Criminal.

6.11. Na sua perspetiva, que tipo de boas práticas podem ser desenvolvidas que favoreçam a recolha de informações criminais junto da população e de entidades locais na Divisão Policial de Loures?

PP - Com vista a melhorarmos, as boas práticas que vejo são as ações de sensibilização, os seminários e ações de formação conjunta. Por exemplo, no âmbito da violência doméstica podemos aprender com associações exteriores à PSP. O mesmo com as associações culturais, que têm muita influência junto das Zonas Urbanas Sensíveis. Outro exemplo é o que existia no bairro Quinta da Fonte, que tinha um responsável de ligação, ou mesmo no bairro Quinta do Mocho, que tem uma associação cultural. Se tivermos contactos diretos e regulares com estas entidades, conseguimos obter mais informações destas fontes. Vamos conseguindo fazer algumas ações de formação com esta associação cultural, onde acaba por ser um terreno neutro e onde existe um ambiente de confiança em que conseguimos fazer atividades com cidadãos que até já cometeram ilícitos ou já cumprirão penas de prisão e nesse ambiente neutro têm confiança para falar com a polícia, enquanto que se fosse no bairro não tinham. No ambiente de bairro entendem que ao falarem com a polícia as suas relações com os amigos são quebradas. Esta dificuldade pode ser ultrapassada criando zonas neutras como referi.

III - A articulação entre as valências da PSP.

6.12. A estratégia associada ao MIPP pressupõe a articulação entre as diferentes valências da PSP, nomeadamente a prevenção, a investigação criminal, as informações e a ordem pública. O que pensa sobre a forma de como esta articulação é concretizada?

PP - Na minha perspetiva, todas as atividades desenvolvidas pela PSP partem da informação. Na nossa área, por exemplo, tivemos conhecimento através da EPES de que iria haver uma desordem entre cerca de 20 indivíduos do bairro Quinta do Mocho e outros tantos indivíduos do bairro Quinta da Fonte. A partir dessa informação recolhida e transmitida, foi colocado um patrulhamento de visibilidade e de ordem pública, através de uma Equipa de Intervenção Rápida e uma equipa do MIPP que foi suficiente para dirimir um possível conflito. Ou seja, conseguimos prevenir que existisse uma rixa na via pública através da informação que tivemos dos polícias do MIPP. Depois disso, entra a parte da Investigação Criminal. A celeridade neste assunto é uma mais-valia para nós. Daí que muitas vezes haja informação que é logo transmitida via telefónica para além da via eletrónica. Em relação à articulação com a Investigação Criminal, o MIPP vai recolhendo informação e chega a tratar alguma que está ao nosso alcance. De resto, reencaminhamos essa informação e depois, tanto a EIC, ou a subsecção de Informações da Divisão tratam-na. O *feedback* que recebemos sobre as informações transmitidas parte do princípio da necessidade de conhecer. Se for uma situação transmitida que virá a ser alvo de investigação só recebemos no final do processo esse *feedback*. É-nos referido a necessidade de termos em atenção determinadas abordagens perante indivíduos referenciados. Noutros casos, vamos tendo *feedback* vindo da subsecção de informações, com quem cada vez mais temos contacto, seja para efeitos de identificação de indivíduos, seja para divulgação de fotogramas de indivíduos procurados. Além disso, também é comum quando transmitimos informação indicarem-nos que parte dessa informação é realmente relevante e à qual devemos estar focados.

6.13. Que tipo de boas práticas podem contribuir para uma efetiva articulação entre as diferentes valências da Divisão Policial de Loures?

PP - As reuniões MIPP feitas na Divisão Policial de Loures são um bom exemplo de boas práticas. Também a divulgação do mapeamento criminal é muito bom para irmos tendo noção do contexto da nossa

*Contributo para o Policiamento de Proximidade em Zonas Urbanas Sensíveis: A
Aplicação do Modelo Integrado de Policiamento de Proximidade na Divisão Policial de
Loures*

área. Nas reuniões, para além de se fazer uma revisão bissemanal ou mensal da criminalidade da nossa área, são também fornecidas informações que, pelo canal hierárquico e informaticamente também seriam transmitidas mas perder-se-ia o carácter célere das informações. Importa que se mantenha a celeridade e por isso transmitir a informação pela via eletrónica mas também fazer o contacto telefónico. Deve-se ter em conta que a criminalidade acontece esporadicamente e por vezes a burocracia impede que haja uma comunicação célere. Esta preocupação também cabe ao polícia que recolhe a informação, ao promover as diligências iniciais necessárias. Em vez de se ficar só pelo *e-mail*, fazer também um contacto telefónico com o Supervisor ou com o Comandante de Esquadra. Até porque em certas situações, devido ao período do dia os serviços podem estar fechados, mas há sempre a possibilidade de contactar com o Oficial de Serviço à Divisão para que este tome medidas da forma mais rápida possível.

ANEXO I: CATEGORIZAÇÃO DA ANÁLISE DE CONTEÚDO DAS ENTREVISTAS

Objetivo 1: Perceber a operacionalização do MIPP na Divisão Policial de Loures.

Quadro 7: Categorização da análise de conteúdo do primeiro objetivo das entrevistas.

Categorias	Subcategorias	Indicadores	Entrevistados						Unidades de enumeração	%
			1	2	3	4	5	6		
Caracterização do MIPP	Estruturação	1.1. Evolução desde PIPP até MIPP	✓	✓					2	33%
		1.2. Integração de vários projetos	✓	✓				✓	3	50%
		1.3. Divisão entre EPES e EPAV	✓	✓					2	33%
	Utilidades	1.4. Prevenção criminal	✓			✓		✓	3	50%
		1.5. Detecção e resolução de problemas	✓			✓		✓	3	50%
		1.6. Proximidade e relação com o cidadão	✓		✓	✓	✓	✓	5	83%
	Atributos	1.7. Especialização		✓		✓	✓		3	50%
		1.8. Importância				✓	✓		2	33%
Contributo do MIPP para a atuação global	Áreas específicas	2.1. Violência doméstica	✓	✓					2	33%
		2.2. Acompanhamento de idosos		✓		✓			2	33%
	Proveitos	2.3. Apoio e acompanhamento das vítimas	✓	✓					2	33%
		2.4. Identificação e resolução de problemas	✓	✓					2	33%
		2.5. Segurança e sentimento de segurança	✓	✓					2	33%
		2.6. Redução de cifras negras	✓	✓					2	33%
		2.7. Recolha de informação	✓		✓	✓		✓	4	67%
	Relações	2.8. Estabelecimento de parcerias	✓	✓					2	33%
		2.9. Contactos com a população			✓	✓	✓		3	50%

Quadro 8: Categorização da análise de conteúdo do primeiro objetivo das entrevistas (continuação do quadro anterior).

Categorias	Subcategorias	Indicadores	Entrevistados						Unidades de enumeração	%
			1	2	3	4	5	6		
Operacionalização do MIPP em ZUS	Táticas	3.1. Continuidade ao longo do tempo	✓	✓		✓			3	50%
		3.2. Contactos		✓		✓		✓	3	50%
		3.3. Presença	✓	✓		✓			3	50%
		3.4. Pouca rotatividade dos polícias		✓	✓	✓			3	50%
	Obstáculos	3.5. Recursos materiais			✓	✓			2	33%
		3.6. Recursos humanos		✓		✓			2	33%
		3.7. Diferenças de receptividade na população		✓		✓	✓		3	50%
		3.8. Dificuldade		✓	✓		✓		3	50%
		3.9. Períodos do dia		✓	✓				2	33%
	Oportunidades	3.10. População mais idosa		✓			✓	✓	3	50%
		3.11. Recolha de informações		✓				✓	2	33%
Contributos do MIPP em ZUS	Fatores de influência	4.1. A farda				✓	✓	2	33%	
		4.2. Diferentes grupos de pessoas				✓	✓	2	33%	
		4.3. Permanência dos polícias na função			✓	✓			2	33%
		4.4. Reação à polícia				✓	✓		2	33%
	Contributos	4.5. Presença no bairro		✓	✓	✓		✓	4	67%
		4.6. Contactar com as pessoas		✓	✓	✓	✓		4	67%
		4.7. Realizar atividades			✓	✓	✓		3	50%
		4.8. Atuação sobre o crime	✓	✓	✓			✓	4	67%
		4.9. Recolha de informações	✓	✓	✓	✓	✓	✓	6	100%
Perceção dos restantes polícias	Conceção do MIPP	5.1. Desconhecimento	✓	✓	✓	✓	✓	6	100%	
		5.2. Conhecimento	✓			✓		✓	3	50%
	Consequências	5.3. Desvalorização		✓	✓	✓			3	50%
		5.4. Expressões		✓	✓				2	33%
		5.5. Falta de uniformização		✓			✓		2	33%

Objetivo 2: Perceber o papel dos contactos com a comunidade e da recolha de informações pelo MIPP.

Quadro 9: Categorização da análise de conteúdo do segundo objetivo das entrevistas.

Categorias	Subcategorias	Indicadores	Entrevistados						Unidades de enumeração	%
			1	2	3	4	5	6		
Relação com a população	Apreciação	6.1. Avaliação positiva	✓	✓	✓	✓	✓	✓	6	100%
		6.2. Importante/ benéfico	✓	✓	✓				3	50%
	Procedimentos	6.3. Relacionar com entidades	✓	✓	✓	✓			4	67%
		6.4. Conhecimento da população	✓		✓		✓	✓	4	67%
		6.5. Estabelecer contactos	✓		✓	✓	✓	✓	5	83%
		6.6. Promover confiança	✓		✓	✓		✓	4	67%
Recolha de informações pelo MIPP	Cumprimento do objetivo	7.1. Amplamente cumprido		✓	✓	✓		✓	4	67%
		7.2. Parcialmente cumprido	✓				✓		2	33%
	Causas	7.3. Contacto com as pessoas		✓		✓	✓		3	50%
		7.4. Escassez de recursos humanos	✓	✓					2	33%
		7.5. Meios eletrónicos		✓				✓	2	33%
Colaboração de entidades na transmissão de informações	Meio de transmissão de informações	8.1. Entidades comunicam à PSP		✓	✓	✓		✓	4	67%
		8.2. Trabalho em parceria	✓	✓	✓	✓	✓	✓	6	100%
	Entidades externas	8.3. Escolas	✓			✓	✓		3	50%
		8.4. Autarquias	✓	✓	✓	✓	✓	✓	6	100%
		8.5. Instituições e Associações	✓	✓	✓	✓	✓	✓	6	100%
Contributo do MIPP para a recolha de informações em ZUS	Contributos	9.1. Identificação de problemas e ilícitos	✓	✓				✓	3	50%
		9.2. Identificação de indivíduos suspeitos da prática de ilícitos	✓	✓	✓			✓	4	67%
		9.3. Resposta aos problemas e ilícitos	✓	✓					2	33%
		9.4. Aprofundamento e tratamento das informações	✓	✓			✓	✓	4	67%
	Condicionantes	9.5. Trabalhar à civil		✓	✓	✓			3	50%
		9.6. Local do contacto				✓		✓	2	33%
Tratamento dado às informações		10.1. Tem conhecimento do tratamento que é feito		✓	✓	✓	✓		4	67%
		10.2. Informações tratadas pelo MIPP	✓	✓	✓	✓	✓	✓	6	100%
		10.3. Informações tratadas pela Subsecção de Informações	✓	✓	✓		✓	✓	5	83%
		10.4. Informações tratadas pela Esquadra de Investigação Criminal	✓	✓	✓	✓		✓	5	83%
Boas práticas para a recolha de informações		11.1. Estar presente e acessível à população	✓	✓	✓	✓	✓		5	83%
		11.2. Relação de confiança	✓			✓	✓	✓	4	67%
		11.3. Promover atividades com a população e entidades externas		✓		✓	✓	✓	4	67%

Objetivo 3: Analisar a articulação entre as valências da PSP.

Quadro 10: Categorização da análise de conteúdo do segundo objetivo das entrevistas.

Categorias	Subcategorias	Indicadores	Entrevistados						Unidades de enumeração	%
			1	2	3	4	5	6		
Articulação entre as valências	Perceção da articulação	12.1. Amplamente concretizada	✓	✓	✓	✓	✓		5	83%
		12.2. Aspetos a melhorar	✓			✓			2	33%
		12.3. Celeridade			✓	✓		✓	3	50%
	Contributos operacionais	12.4. Investigação criminal		✓	✓	✓	✓	✓	5	83%
		12.5. Ordem pública			✓			✓	2	33%
	Meio de transmissão das informações	12.6. Digital			✓	✓	✓	✓	4	67%
		12.7. Contacto pessoal ou telefónico			✓	✓	✓	✓	4	67%
		12.8. Processo físico				✓	✓		2	33%
Boas práticas para a articulação entre valências		13.1. Reuniões multidisciplinares	✓	✓	✓		✓	✓	5	83%
		13.2. Celeridade	✓		✓	✓		✓	4	67%
		13.3. Comunicação telefónica e via <i>e-mail</i>	✓		✓	✓		✓	4	67%
		13.4. Envolvimento dos Chefes e Oficiais	✓			✓	✓		3	50%
		13.5. Divulgação da criminalidade da área da Divisão			✓	✓		✓	3	50%
		13.6. Existência da Subsecção de Informações	✓	✓				✓	3	50%

ANEXO J: MATRIZES DAS UNIDADES DE ANÁLISE

Objetivo 1: Perceber a operacionalização do MIPP na Divisão Policial de Loures.

1. Na sua perspetiva, como se caracteriza, em traços gerais, o MIPP?

Quadro 11: Matriz das unidades de contexto da pergunta 1.

Entrevistado	Unidade de Contexto	Indicador
#1	“Em 2006, a Polícia de Segurança Pública implementou o Programa Integrado de Policiamento de Proximidade.”	1.1.
	“Pioneira sistematização de mecanismos de articulação harmoniosos das dimensões do policiamento de prevenção e de proximidade.”	1.4. 1.6.
	“Após validação por parte de entidades externas independentes, a PSP imprimiu então um processo de desenvolvimento geracional ao PIPP, evoluindo para uma fase de Modelo de Policiamento.”	1.1.
	“O MIPP passou assim a congregar projetos (Programa Escola Segura, Comércio Seguro, Táxi Seguro, Abastecimento Seguro, Farmácia Segura, Apoio 65 – Idosos em segurança, Apoio às Vítimas de Violência Doméstica ou o programa Significativo Azul).”	1.2.
	“Os polícias que integram o MIPP formam as Equipas de Proximidade e de Apoio à Vítima (EPAV) e as Equipas do Programa Escola Segura (EPES).”	1.3.
	“Objetivo de melhorar os índices de segurança, prevenindo e reduzindo os comportamentos de risco e incivildades, bem como melhorar o sentimento de segurança.”	1.4.
	“Missão de resolução e gestão de ocorrências e conflitos, o reforço da relação polícia-cidadão e a deteção de situações que possam constituir problemas sociais ou dos quais possam resultar práticas criminais.”	1.5. 1.6. 1.4.
	“Promove a identificação de problemas que influenciam a segurança pública, a segurança rodoviária e o próprio sentimento de segurança da população.”	1.5.

Subcategorias	Código do indicador
Estruturação	1.1. Evolução desde PIPP até MIPP
	1.2. Integração de vários projetos
	1.3. Divisão entre EPES e EPAV
Utilidades	1.4. Prevenção criminal
	1.5. Deteção e resolução de problemas
	1.6. Proximidade e relação com o cidadão
Atributos	1.7. Especialização
	1.8. Importância

Quadro 12: Matriz das unidades de contexto da pergunta 1 (continuação do quadro anterior).

Entrevistado	Unidade de Contexto	Indicador
#2	“O PIPP surgiu, em 2006.”	1.1.
	“O PIPP dividiu-se em dois grandes policiamentos. Um era o policiamento direcionado para o programa Escola Segura e outro consistia nas EPAV.”	1.3.
	“No âmbito das EPAV, o nosso policiamento abarcava vários programas.”	1.2.
	“Inicialmente começamos pelo PIPP em 2006 e depois mais tarde, mediante um processo de avaliação interno e externo foram identificados alguns pontos a melhorar, o que motivou a implementação do projeto a nível institucional, passando assim para MIPP.”	1.1.
	“Passamos a ter, e bem no meu entender, um policiamento direcionado para certos objetivos e especificidades.”	1.7.
	“O MIPP caracteriza-se por uma uniformização e direcionamento do policiamento, a par de uma especialização para determinadas missões.”	1.7.
	“As equipas estão especializadas em determinadas matérias.”	1.7.
#3	“Há um grande contributo do trabalho do MIPP para os contactos com as pessoas em geral.”	1.6.
	“O contacto com aqueles polícias que as pessoas já conhecem há anos, não será o mesmo.”	1.6.
#4	“Considero o MIPP uma peça fulcral para muitos dos bons resultados que se têm verificado, quer na prevenção e combate à criminalidade, quer na solução de problemas da comunidade e colaboração na resolução das causas da criminalidade e incivildades, assim como na proximidade com a população.”	1.8. 1.4. 1.5. 1.6.
	“É um policiamento que pelas suas missões definidas, tem que ser realizado por elementos com certas características, entre as quais o bom senso, a sensibilidade, a destreza, a comunicação, entre outros.”	1.7.
#5	“Uma ferramenta muito útil para o dia-a-dia, nomeadamente ao nível de acompanhamento de pessoas e do crime”	1.8. 1.6.
	“O MIPP desempenha funções diferentes das do carro-patrolha, penso que estamos mais abertos ao público em geral.”	1.7. 1.6.
#6	“O MIPP foi criado muito por sermos quase uma polícia essencialmente repressiva, afastada da sociedade e de muitas instituições.”	1.4. 1.6.
	“O MIPP veio inserir a polícia, não só no seio da sociedade, quer com outras instituições.”	1.6.
	“O MIPP interage no âmbito do comércio, da violência doméstica, ou mesmo com as escolas.”	1.2.
	“Quando acontece alguma coisa, seja criminal, burocracias, ou simples problemas, somos contactados.”	1.5.
Subcategorias	Código do indicador	
Estruturação	1.1. Evolução desde PIPP até MIPP	
	1.2. Integração de vários projetos	
	1.3. Divisão entre EPES e EPAV	
Utilidades	1.4. Prevenção criminal	
	1.5. Deteção e resolução de problemas	
	1.6. Proximidade e relação com o cidadão	
Atributos	1.7. Especialização	
	1.8. Importância	

2. Como vê o contributo do MIPP para a atuação global da PSP na Divisão Policial de Loures?

Quadro 13: Matriz das unidades de contexto da pergunta 2.

Entrevistado	Unidade de Contexto	Indicador
#1	“Prevenção da violência doméstica, no apoio às vítimas de crime e no seu acompanhamento pós-vitimação, na identificação de problemas que possam interferir na situação de segurança dos cidadãos e na deteção das chamadas cifras negras.”	2.1. 2.3. 2.4. 2.5. 2.6.
	“Acionarmos o MIPP para o local, não só para o apoio à vítima, mas principalmente para recolher informação adicional e conseguir isolar o porquê daquele local e daquela vítima e não de uma outra qualquer.”	2.3. 2.7.
	“O mais notável sucesso do MIPP da PSP é tão mais complexo e decisivo como básico e fundamental, centrando-se na concretização de parcerias.”	2.8.
#2	“O contributo do MIPP na nossa área passa pela prevenção da violência doméstica, o apoio às vítimas de crime e o acompanhamento pós-vitimação.”	2.1. 2.3.
	“O MIPP é muito importante para a identificação de cifras-negras e de pequenos focos criminais que vão surgindo. Tudo isto vai interferir no sentimento de segurança dos cidadãos.”	2.6. 2.5.
	“Muitos idosos são acompanhados pelos polícias do MIPP.”	2.2.
	“As ações de sensibilização que os polícias do MIPP dão nos lares.”	2.2.
	“Várias associações nos contactam e há parcerias que promovem estas ações de sensibilização com os idosos.”	2.8. 2.2.
	“Medidas adotadas em resposta a inúmeras reclamações provenientes dos cidadãos sobre problemas concretos que os incomodam.”	2.4.
	“Garantir a segurança e o sentimento de segurança da população, seja ele objetivo ou subjetivo.”	2.5.
“A população sentirá que vive numa zona segura. Acima de tudo, trabalhar o sentimento de segurança é o contributo do policiamento de proximidade.”	2.5.	
#3	“Há um grande contributo do MIPP para o contacto com as pessoas em geral e em particular em Zonas Urbanas Sensíveis.”	2.9.
	“O MIPP tem contribuído muito para a recolha de informação.”	2.7.

Subcategorias	Código do indicador
Áreas específicas	2.1. Violência doméstica
	2.2. Acompanhamento de idosos
Proveitos	2.3. Apoio e acompanhamento das vítimas
	2.4. Identificação e resolução de problemas
	2.5. Segurança e sentimento de segurança
	2.6. Redução de cifras negras
	2.7. Recolha de informação
Relações	2.8. Estabelecimento de parcerias
	2.9. Contactos com a população

Quadro 14: Matriz das unidades de contexto da pergunta 2 (continuação do quadro anterior).

Entrevistado	Unidade de Contexto	Indicador
#4	“Um canal privilegiado de recolha de informação, pois conhecem as fragilidades e potencialidades do meio, mantêm um contacto muito próximo com os públicos-alvo mais frágeis e carenciados.”	2.7. 2.9.
	“Vamos ao encontro do cidadão e isso faz falta.”	2.9.
	“Principalmente em relação à população mais idosa.”	2.2.
#5	“Uma mais-valia nomeadamente a nível de as pessoas falarem connosco.”	2.9.
#6	“A proximidade às pessoas faz-nos conseguir obter informações de crimes que já aconteceram.”	2.7.
	“Temos também conseguindo sinalizar os indivíduos suspeitos ou reincidentes, muito relacionados com a pequena criminalidade, como pequenos furtos.”	2.7.

Subcategorias	Código do indicador
Áreas específicas	2.1. Violência doméstica
	2.2. Acompanhamento de idosos
Proveitos	2.3. Apoio e acompanhamento das vítimas
	2.4. Identificação e resolução de problemas
	2.5. Segurança e sentimento de segurança
	2.6. Redução de cifras negras
	2.7. Recolha de informação
Relações	2.8. Estabelecimento de parcerias
	2.9. Contactos com a população

3. Como se operacionaliza a missão do MIPP em Zonas Urbanas Sensíveis?

Quadro 15: Matriz das unidades de contexto da pergunta 3.

Entrevistado	Unidade de Contexto	Indicador
#1	“Patrulhamento intensivo e constante dessas zonas e pela criação de projetos que aproximem essas comunidades da PSP.”	3.3. 3.1.
#2	“Os polícias do MIPP socorrem-se muito da proximidade, da confiança e das relações que vão estabelecendo ao longo dos dias, com a população residente, com os comerciantes, com os idosos que acompanham e com as crianças das escolas.”	3.2. 3.1. 3.10.
	“Através de momentos que potenciam a partilha e a troca de informações entre o polícia e o cidadão e vice-versa, conseguimos direcionar o nosso policiamento.”	3.11.
	“Se houver uma denúncia sobre uma situação criminal concreta ou sobre um problema local, há uma partilha de informação vinda da sociedade que se consegue porque existe uma relação de proximidade e de confiança.”	3.11.
	“Se as pessoas sentirem essa confiança, acabam por partilhar-nos informações.”	3.11.
	“Existem algumas condicionantes.”	3.8.
	“O facto de esses locais serem considerados como Zonas Urbanas Sensíveis, faz com que a nossa atuação esteja mais limitada.”	3.8.
	“No policiamento rotineiro e diurno, essa limitação não se verifica tanto, nem a entrada nos bairros está tão condicionada.”	3.9.
	“Os Agentes que pertencem às equipas do MIPP já são conhecidos pela população e nestas zonas existem pessoas de bem que são recetivas.”	3.4. 3.7.
	“Atuação condicionada porque não se verifica o mesmo que acontece noutros locais, onde a presença da polícia é vista naturalmente e de uma forma positiva.”	3.8. 3.7.
	“Em ZUS, por certos grupos a presença policial não é bem vista. Isso acaba por retrair um pouco a atuação policial inconscientemente.”	3.7. 3.8.
“O facto de os recursos não serem os necessários, sobretudo pela escassez de efetivo, faz com que estas áreas que podiam ser mais policiadas, não o sejam.”	3.6. 3.3.	

Subcategorias	Código do indicador
Táticas	3.1. Continuidade ao longo do tempo
	3.2. Contactos
	3.3. Presença
	3.4. Pouca rotatividade dos polícias
Obstáculos	3.5. Recursos materiais
	3.6. Recursos humanos
	3.7. Diferenças de recetividade na população
	3.8. Dificuldade
	3.9. Períodos do dia
Oportunidades	3.10. População mais idosa
	3.11. Recolha de informações

Quadro 16: Matriz das unidades de contexto da pergunta 3 (continuação do quadro anterior).

Entrevistado	Unidade de Contexto	Indicador
#3	“Existem bastantes dificuldades no patrulhamento em geral nestas zonas.”	3.8.
	“Teoricamente deve ser uma patrulha de dois polícias, sempre os mesmos dois.”	3.4.
	“Torna-se difícil os polícias andarem lá com segurança, sobretudo em algumas horas. Em determinados períodos do dia não podemos ir lá só dois patrulhar.”	3.8. 3.9.
	“A dificuldade nas Zonas Urbanas Sensíveis é a falta de meios para lá chegar.”	3.8. 3.5.
	“A pé não é muito aconselhável lá patrulhar e por isso torna-se difícil. Se houver algum problema, a mobilidade dos polícias está limitada.”	3.8.
	“A falta de meios é um problema, porque fica difícil para um polícia mover-se.”	3.5. 3.8.
#4	“Não tem sido realizado muito do serviço de proximidade junto das Zonas Urbanas Sensíveis, quer pela falta de efetivo policial no MIPP, quer pelo aumento do serviço, quer pela falta de meios.”	3.6. 3.5.
	“Requer muito tempo, muitos contactos e muita presença.”	3.1. 3.2. 3.3.
	“O que promove a nossa presença nestas zonas é o facto de conhecer residentes já há alguns anos.”	3.3. 3.4. 3.1.
	“Na população residente encontro vários tipos, aqueles que até têm muito respeito por nós, os que não nos podem ver e aqueles que num estado normal falam bem connosco, mas se formos lá em serviço por outras circunstâncias também já não nos querem ver.”	3.7.
#5	“É difícil porque não se consegue chegar a toda gente.”	3.8.
	“A malta mais jovem tem dificuldade em nos aceitar muitas das vezes.”	3.7.
	“Tentamos chegar numa primeira fase à população mais idosa e depois ir por arrasto e tentar chegar aos jovens.”	3.10.
	“Nem todos veem com bons olhos a nossa presença.”	3.7.
#6	“Contactar com as pessoas mais idosas do bairro.”	3.2. 3.10.
	“Há questões que as pessoas podem ter para resolver e recorrem a nós. Depois desenvolvem-se conversas banais (...) e às vezes desabafam situações criminais que nós nem sequer tínhamos ideia.”	3.2. 3.11.
	“O MIPP faz contactos fora do ambiente de resolução de ocorrências.”	3.2.

Subcategorias	Código do indicador
Táticas	3.1. Continuidade ao longo do tempo
	3.2. Contactos
	3.3. Presença
	3.4. Pouca rotatividade dos polícias
Obstáculos	3.5. Recursos materiais
	3.6. Recursos humanos
	3.7. Diferenças de receptividade na população
	3.8. Dificuldade
	3.9. Períodos do dia

Oportunidades	3.10. População mais idosa
	3.11. Recolha de informações

4. Quais são os contributos do policiamento de proximidade em Zonas Urbanas Sensíveis?

Quadro 17: Matriz das unidades de contexto da pergunta 4.

Entrevistado	Unidade de Contexto	Indicador
#1	“Prevenir e combater o crime, as incivildades, a insegurança.”	4.8.
	“A ação do MIPP vai procurar informação e perguntar aquilo que acaba por conferir sentido a alguns episódios.”	4.9.
#2	“O MIPP vai permitindo que estes Agentes estejam presentes nos bairros e obtenham algumas informações.”	4.5. 4.9.
	“Através das informações recolhidas pelo MIPP, resultantes do contacto com a comunidade, consegue-se atuar sobre problemas criminais que estejam a causar transtorno social e que motivem expressões de descontentamento por parte dos cidadãos.”	4.9. 4.6. 4.8.
#3	“Os contributos são vários. Além da recolha de informações que salta mais à vista.”	4.9.
	“Em Zonas Urbanas Sensíveis existem empresas, armazéns e lojas que vão contactando com os polícias do MIPP, e vão-se organizando de eventos. Nessas ocasiões auxiliam-nos com materiais para as crianças.”	4.6. 4.7.
	“Nos primeiros tempos é mais difícil. Por vezes, as equipas mudam e depois os contactos que iam fazendo perdem-se.”	4.3. 4.6.
	“Temos polícias nas EPAV que fazem essa função há vários anos e temos pessoas que lhes ligam a dar informações.”	4.3. 4.9.
	“Têm sido feitas várias denúncias de festas ilegais diretamente a esses polícias.”	4.9.
	“Com os anos deixa de ser só um polícia e passa a ser o polícia que as pessoas já conhecem.”	4.3.
	“A resposta a um crime grave, cujos suspeitos fugiram para o interior de uma Zona Urbana Sensível e só os conseguimos localizar graças à informação dada por uma residente aos polícias que já conhecia.”	4.8. 4.9. 4.3.
“Se a pessoa não nos conhecesse pela nossa presença no bairro, não teria contactado a informar onde os suspeitos estavam escondidos.”	4.3. 4.5. 4.9.	

Subcategorias	Código da Unidade de Registo
Fatores de influência	4.1. A farda
	4.2. Diferentes grupos de pessoas
	4.3. Permanência dos polícias na função
	4.4. Reação à polícia
Contributos	4.5. Presença no bairro
	4.6. Contactar com as pessoas
	4.7. Realizar atividades
	4.8. Atuação sobre o crime
	4.9. Recolha de informações

Quadro 18: Matriz das unidades de contexto da pergunta 4 (continuação do quadro anterior).

Entrevistado	Unidade de Contexto	Indicador
#4	“A recolha de informação, que leva alguns bons resultados junto da investigação criminal e também na prevenção.”	4.9.
	“Conseguimos obter respostas se conhecermos as pessoas há muito tempo.”	4.9. 4.3.
	“Nas Zonas Urbanas Sensíveis, nós não somos propriamente uma presença desejada.”	4.4.
	“Se pretendemos dialogar com algum residente, temos melhor aproveitamento se estivermos trajados à civil.”	4.6. 4.1.
	“A própria farda é uma aversão a muitos ou então pretendem falar connosco polícias, mas não fardados para não serem vistos por outros a comunicar com a polícia.”	4.1. 4.6.
	“Poderá haver contributo do MIPP nas Zonas Urbanas Sensíveis, mas é um trabalho que tem de ser feito continuamente e os resultados não aparecem de um momento para o outro.”	4.3.
	“Não convém que os polícias vão variando, devem ser sempre os mesmos a andarem constantemente por lá, ir interagindo e promovendo atividades com a população e dirigindo-se às pessoas certas.”	4.3. 4.5. 4.6. 4.7. 4.2.
#5	“Conseguimos recolher alguma informação proveitosa nas Zonas Urbanas Sensíveis principalmente quando são feitas atividades com as associações. Aí é como se fosse um campo neutro e nesses momentos não somos mal vistos.”	4.9. 4.7. 4.4.
	“Nessas atividades estão lá pessoas que já foram detidas ou até presas mas a atitude delas é diferente.”	4.7. 4.4.
	“Fora isso, não somos muito desejados por alguns. Com os adultos e mais idosos vamos conseguindo contactar e a partir deles é que vamos chegando aos outros.”	4.4. 4.2. 4.6.
#6	“Embora na vertente de Saltos, o que eu destaco é o que conseguimos em termos de proximidade.”	4.1.
	“Principalmente a informação e a recolha de informação.”	4.9.
	“Vamos recebendo informações quando lá vamos.”	4.9. 4.5.
	“O MIPP consegue recolher informação, tratar parte dessa informação para inteligência e através disso chegar aos indivíduos relacionados com determinados factos.”	4.9. 4.8.
	“Temos diversos grupos referenciados em Zonas Urbanas Sensíveis e conseguimos conhecer todos os indivíduos desse grupo.”	4.9.
	“Conseguimos saber muito do que se pode associar a cada indivíduo e a cada grupo.”	4.9.

Subcategorias	Código da Unidade de Registo
Fatores de influência	4.1. A farda
	4.2. Diferentes grupos de pessoas
	4.3. Permanência dos polícias na função
	4.4. Reação à polícia
Contributos	4.5. Presença no bairro
	4.6. Contactar com as pessoas
	4.7. Realizar atividades

	4.8. Atuação sobre o crime
	4.9. Recolha de informações

5. Tendo em conta que a estratégia do MIPP reforça o carácter integral da PSP, o que pensa sobre o conhecimento dos objetivos e missão da Diretiva Estratégica n.º 10/2006 por parte dos restantes polícias com funções operacionais?

Quadro 19: Matriz das unidades de contexto da pergunta 5.

Entrevistado	Unidade de Contexto	Indicador
#1	“O dispositivo policial entende a intervenção do MIPP e aciona-o adequadamente, mas o conhecimento dos objetivos e missão por parte dos restantes polícias com funções operacionais é assaz deficitária e/ou parcialmente compreendida.”	5.2. 5.1.
#2	“Na gíria policial é comum que é dizer-se que temos “polícias de primeira” e “polícias de segunda”. Neste caso os polícias do MIPP passam pelos “de segunda”.”	5.4. 5.3.
	“Só quem não está no MIPP, ou nunca passou por estas funções é que pode ter esta perceção errada.”	5.1.
	“O facto de nem todos os polícias receberem a formação do MIPP influencia isso. A meu ver, deveria ser transversal a todos.”	5.5.
	“A falta dessa formação, do conhecimento mais específico das suas funções e a sua importância faz com que haja esse pensamento errado.”	5.1. 5.3.
#3	“Alguns se calhar não têm bem noção e às vezes nota-se umas diferenças vincadas em expressões.”	5.1. 5.4.
	“Nem sempre têm em conta o trabalho que o MIPP faz.”	5.1.
	“Acredito que haja uma desvalorização do trabalho do MIPP, talvez por não terem bem consciência do que é feito mas também por causa dos horários.”	5.3. 5.1.
#4	“Muitos dos outros elementos não têm noção nem conhecimento do definido pela Diretiva Estratégica n.º 10/2006.”	5.1.
	“Alguns têm conhecimento de que temos em mãos uma panóplia enorme de missões e um desempenho fundamental para o serviço, só isso.”	5.1.
	“Até julgam ser um trabalho desafogado.”	5.3.
	“Ultimamente nota-se que já vão estando mais sensibilizados em relação ao nosso trabalho.”	5.2.
#5	“Há muita coisa com a qual nós trabalhamos que devia ser de acesso a todos.”	5.5.
	“As fichas de sinalização de idosos, por exemplo, são totalmente diferentes quando inseridas por polícias que não pertencem ao MIPP.”	5.1.
	“Exemplos de que o trabalho não está alinhado entre todos.”	5.5.
#6	“Existem missões do MIPP que são claras.”	5.2.
	“Os outros polícias veem as vítimas a dirigirem-se à Esquadra e sabem o propósito do nosso serviço.”	5.2.
	“O que pode estar um pouco além são, por exemplo, as ações de sensibilização.”	5.1.
	“Como o serviço do MIPP está tão integrado no seio da sociedade, por vezes passa um pouco ao lado de quem anda no carro-patrolha.”	5.1.
	“Quando as ações feitas por nós são divulgadas ou comunicadas, os restantes têm conhecimento.”	5.2.

	“Há muito contacto com a população que não é falado em ambiente de esquadra.”	5.1.
--	---	------

Subcategorias	Código do indicador
Conceção do MIPP	5.1. Desconhecimento
	5.2. Conhecimento
Consequências	5.3. Desvalorização
	5.4. Expressões
	5.5. Falta de uniformização

Objetivo 2: Perceber o papel dos contactos com a comunidade e da recolha de informações.

6. Como avalia a relação estabelecida entre os polícias afetos ao MIPP e a população da Divisão Policial de Loures?

Quadro 20: Matriz das unidades de contexto da pergunta 6.

Entrevistado	Unidade de Contexto	Indicador
#1	“É bastante profícua e temos já bastantes provas dadas.”	6.1.
	“A nível de diversos eventos que aproximam a população e que são dinamizados pelo MIPP.”	6.3.
	“A garantia de familiaridade possibilita um melhor conhecimento da área e da população (...), mas também facilita hábitos de contacto da comunidade com a Polícia, criando-se assim laços de confiança que potenciam a manutenção de verdadeiros sentimentos de segurança.”	6.4. 6.5. 6.6.
	“O MIPP da PSP é o principal dinamizador das parcerias e é importante porque a segurança, apesar de começar em nós, não a fazemos sozinhos.”	6.3. 6.2.
	“As pessoas, mas também as entidades se sintam de igual forma responsáveis, todas têm de fazer parte da solução.”	6.3.
	“Comandantes que consigam identificar adequadamente os problemas e que as medidas a desencadear estejam correta e claramente plasmadas, equilibrando os interesses e prioridades das diversas entidades.”	6.3.
	“Na Divisão Policial de Loures esse trabalho policial é, grosso modo, bem cumprido.”	6.1.

Subcategorias	Código do indicador
Apreciação	6.1. Avaliação positiva
	6.2. Importante/ benéfico
Procedimentos	6.3. Relacionar com entidades
	6.4. Conhecimento da população
	6.5. Estabelecer contactos
	6.6. Promover confiança

Quadro 21: Matriz das unidades de contexto da pergunta 6 (continuação do quadro anterior).

Entrevistado	Unidade de Contexto	Indicador
#2	“A relação que se estabelece é boa e benéfica.”	6.1. 6.2.
	“Sistematicamente desenvolvemos ações com vários extratos da população, seja com os mais jovens, com os mais idosos ou com outras entidades.”	6.3.
	“Quando o serviço funciona, sendo que para tal é necessário que haja uma supervisão, criam-se condições para que a relação entre os polícias do MIPP e a comunidade seja boa.”	6.1.
#3	“A relação é muito boa com os polícias que estão no MIPP há mais tempo.”	6.1. 6.4.
	“Com empresas e com a Junta de Freguesia a relação é ótima graças a esses elementos que já cá estão há vários anos e nesse tipo de funções.”	6.3. 6.1. 6.4.
	“São os polícias que são mais conhecidos.”	6.4.
	“Vão mantendo contactos com muita gente.”	6.5.
	“É bom para a nossa imagem, porque assim as pessoas têm ali o polícia que fala com eles e que ajuda e vão transmitindo informações, que se calhar de outra forma não aconteceria, mas havendo confiança com determinado polícia já o fazem.”	6.2. 6.5. 6.6.
#4	“Excelente. Enorme.”	6.1.
	“Verificamos pela receção junto de nós, aquando do nosso contacto ou mesmo quando é a população que nos procura a nós.”	6.5.
	“Vê-se pela confiança e o à vontade que adquiriram connosco, pelas instituições, toda a faixa etária, jovens nas escolas e idosos.”	6.6. 6.3.
	“Resultado da nossa abertura às pessoas e aos representantes das instituições.”	6.3.
#5	“Às pessoas que nós conseguimos chegar essa relação é boa.”	6.5. 6.1.
	“Muita gente poderá não nos ver com bons olhos porque a maior parte da comunidade poderá não saber quais são as nossas funções em concreto.”	6.4.
	“Nós tentamos incidir nas pessoas e no público em geral e muita gente se calhar desconhece isso.”	6.4.
	“Muita gente vê-nos da mesma forma que vê aos restantes polícias da patrulha.”	6.4.
	“Inicialmente tentamos chegar à população idosa e adulta e depois chegar aos restantes, não tanto às crianças mas àquele público entre os 15 e os 25 anos que, por norma, são os que têm mais dificuldade em nos aceitar.”	6.5.

Subcategorias	Código do indicador
Apreciação	6.1. Avaliação positiva
	6.2. Importante/ benéfico
Procedimentos	6.3. Relacionar com entidades
	6.4. Conhecimento da população
	6.5. Estabelecer contactos
	6.6. Promover confiança

Quadro 22: Matriz das unidades de contexto da pergunta 6 (continuação do quadro anterior).

Entrevistado	Unidade de Contexto	Indicador
#6	“É muito boa. Não posso dizer que já esteja no seu expoente máximo, mas penso que a relação é boa. Tanto em relação aos comerciantes, como com a população escolar, ou com as pessoas das Zonas Urbanas Sensíveis.”	6.1.
	“Existem muitos comerciantes que não tinham qualquer contacto nem comunicavam com a polícia sem ser junto das equipas de proximidade.”	6.5.
	“Recorrentemente vamos questionando os comerciantes se está tudo bem com eles e com o negócio. Esta abordagem cria empatia.”	6.5.
	“Fornecemos contactos e damos a cara do Agente que pode estar próximo deles, para não ser só o contacto telefónico.”	6.4.
	“Os comerciantes associam as caras a quem é do MIPP.”	6.4.
	“Muitos comerciantes sabem quem somos e o que andamos lá a fazer. Muitos até apoiam disponibilizando o seu espaço, porque sabem que nós não estamos lá para os fiscalizar ou autuar.”	6.4.
	“É mesmo uma questão de dar a cara.”	6.4.
	“Já me conhecem perfeitamente.”	6.4.
	“Os comerciantes já têm sensibilidade para nos contactar e dizer o que se passa. Quando contactam dirigem-se ao Agente que já conhecem.”	6.5. 6.4.
	“Obviamente que nem toda gente está disposta a comunicar tudo à polícia, mas vamos tentando ganhar a sua confiança.”	6.6.
“É importante não se perder a confiança para que as pessoas não deixem de comunicar.”	6.6. 6.5.	

Subcategorias	Código do indicador
Apreciação	6.1. Avaliação positiva
	6.2. Importante/ benéfico
Procedimentos	6.3. Relacionar com entidades
	6.4. Conhecimento da população
	6.5. Estabelecer contactos
	6.6. Promover confiança

7. Uma das finalidades decorrentes do MIPP prende-se com a recolha de informações. Na sua opinião, como avalia o cumprimento deste objetivo?

Quadro 23: Matriz das unidades de contexto da pergunta 7.

Entrevistado	Unidade de Contexto	Indicador
#1	“Ao policiamento tradicional falta-lhe ainda alguma “pró-atividade preventiva” (essencialmente por falta de recursos) e o acesso a informação passível de ser utilizada ao nível tático é deficiente.”	7.4. 7.2.
	“A arquitetura da Inteligência Policial não se encontra consolidada até ao nível tático.”	7.2.
	“Nas Esquadras, para além de não existirem recursos humanos, também não se encontram previstos Serviços dedicados à produção de informação.”	7.4.
	“Pode haver um ou outro polícia (das notificações, por exemplo) que, para além do seu trabalho, possa desenvolver alguma produção de informação, mas é raro.”	7.2.
#2	“Este objetivo é conseguido.”	7.1.
	“O MIPP consegue recolher informações a vários níveis. Sejam informações que careçam de maior investigação ou informações de situações que são facilmente tratadas.”	7.1.
	“O contacto com as pessoas permite que isto se consiga, mas a evolução da tecnologia também veio alterar o paradigma da recolha de informações.”	7.3. 7.5.
	“Antes era feito essencialmente através da recolha pessoal e presencial, agora grande parte das informações chegam via eletrónica.”	7.3. 7.5.
	“A recolha de informações continua a fazer-se através deste policiamento de proximidade e presencial, mas há outra forma que tem cada vez mais impacto que é precisamente a transmissão de informações via <i>e-mail</i> .”	7.3. 7.5.
	“O número de polícias é cada vez mais reduzido. Não se vê propriamente um policiamento de visibilidade apeado.”	7.4.
#3	“Este objetivo é bastante cumprido.”	7.1.
	“Recolhem-se muitas informações que depois são canalizadas para a EIC.”	7.1.
	“A nível de tráfico de estupefaciente e sobre roubos, por exemplo, consegue-se recolher bastante informação através do MIPP.”	7.1.

Subcategorias	Código do indicador
Cumprimento do objetivo	7.1. Amplamente cumprido
	7.2. Parcialmente cumprido
Causas	7.3. Contacto com as pessoas
	7.4. Escassez de recursos humanos
	7.5. Meios eletrónicos

Quadro 24: Matriz das unidades de contexto da pergunta 7 (continuação do quadro anterior).

Entrevistado	Unidade de Contexto	Indicador
#4	“Também positivo.”	7.1.
	“Temos verificado isso mesmo sempre que surge algo e em resposta à nossa proximidade conseguimos obter várias informações.”	7.3. 7.1.
	“Mesmo sem ser na resolução de situações, muitas das vezes o cidadão já se dirige a nós com o intuito de transmitir algo.”	7.3.
#5	“Não é fácil.”	7.2.
	“A recolha de informações vai-se conseguindo fazer, mas não tanto como pretendíamos, temos de cativar as pessoas.”	7.2. 7.3.
	“Tornou-se mais difícil agora com a pandemia.”	7.2.
	“Tínhamos reuniões com os parceiros e havia sempre caras novas que se iam conhecendo e agora estagnou.”	7.2.
#6	“Esse objetivo consegue muito bem ser cumprido.”	7.1.
	“Nós como não estamos no âmbito de resolver uma ocorrência como o carro-patrolha, acabamos por ir mais além na parte de obter informação e ver do que os indivíduos envolvidos possam estar referenciados.”	7.1.
	“Atualmente, as pessoas quando têm algo a reclamar ou a comunicar, acabam por o fazer para a Esquadra. Cada vez mais através de meios eletrónicos, o nosso endereço de <i>e-mail</i> já esta mais do que difundido.”	7.5.
	“Qualquer comandante de Esquadra na Divisão Policial de Loures, certamente irá dizer que a caixa de correio da Esquadra está cheia de comunicações das quais se podem tirar informações importantes para o nosso serviço.”	7.5.
	“Esta comunicação ultimamente veio a ser melhorada com os avanços dos meios eletrónicos.”	7.5.

Subcategorias	Código do indicador
Cumprimento do objetivo	7.1. Amplamente cumprido
	7.2. Parcialmente cumprido
Causas	7.3. Contacto com as pessoas
	7.4. Escassez de recursos humanos
	7.5. Meios eletrónicos

8. De que forma outras entidades locais, como associações sociais, colaboram na transmissão de informações à polícia?

Quadro 25: Matriz das unidades de contexto da pergunta 8.

Entrevistado	Unidade de Contexto	Indicador
#1	“O MIPP tem apresentado a capacidade de impulsionar e dinamizar parcerias estratégicas.”	8.2.
	“Com Juntas de Freguesia e Câmaras Municipais, Tribunais, Comissões de Proteção de Crianças e Jovens, estabelecimentos de ensino, comerciantes, técnicos locais de assistência social.”	8.4. 8.5. 8.3.
	“Congregar todas as entidades interessadas e com capacidade para resolver determinado problema, tendo uma estratégia comum.”	8.2.
	“Os CLS serão a formalização dos objetivos do MIPP, ou seja, a vinculação das restantes entidades às atividades que o MIPP já exerce.”	8.2.
	“A parceria com outras entidades acaba por ser muito dependente da vontade e das prioridades das outras instituições em querer resolver determinado problema.”	8.2.
#2	“As entidades locais, sejam as associações, as instituições, ou as autarquias, todas elas colaboram e contribuem para a transmissão de informações.”	8.5. 8.4. 8.1.
	“Todas as reclamações e queixas que são dirigidas às Juntas de Freguesia, tratando-se de situações do âmbito da PSP, são-nos reportadas.”	8.4. 8.1.
	“Nós trabalhamos muito em parceria com o Departamento de Coesão Social da Câmara Municipal de Odivelas que, quando necessitam de fazer avaliações sociais, solicitam a nossa colaboração e o nosso envolvimento.”	8.2. 8.1.
	“Por diversas vezes recebemos denúncias anónimas vindas de instituições de apoio às vítimas como a APAV, que nos sinalizam situações.”	8.1. 8.5.
	“Efetivamente esta dinâmica não é só uma teoria e na nossa área funciona mesmo.”	8.1.
#3	“Existe também bastante troca de informação de entidades externas aos polícias do MIPP.”	8.1.
	“Com os vários contactos que, principalmente os elementos do MIPP têm, com empresas, com a Junta de Freguesia, com associações, já conseguimos organizar eventos e fazer várias atividades.”	8.2. 8.4. 8.5.

Subcategorias	Código do indicador
Meio de transmissão de informações	8.1. Entidades comunicam à PSP
	8.2. Trabalho em parceria
Entidades externas	8.3. Escolas
	8.4. Autarquias
	8.5. Instituições e associações

Quadro 26: Matriz das unidades de contexto da pergunta 8 (continuação do quadro anterior).

Entrevistado	Unidade de Contexto	Indicador
#4	“Temos por exemplo os casos das IPSS’s que nos fazem chegar informações de casos de idosos isolados ou mesmos em possíveis situações de maus tratos por parte de familiares.”	8.5. 8.1.
	“Por parte do Espaço Vida articulamos o acompanhamento ou mesmo a denúncia de situações de violência doméstica.”	8.5. 8.2. 8.1.
	“Com a Junta de Freguesia de Loures há articulação de situações em que até nós acompanhamos mutuamente para resolver ou verificar algo que chegou a eles em primeiro lugar.”	8.4. 8.2.
	“Quando somos nós que precisamos de saber alguma coisa também recorremos a eles.”	8.2.
	“Existem várias parcerias estabelecidas e com muito bom resultado.”	8.2.
	“Tal como as escolas, os clubes lidam com muitos jovens e já houve situações problemáticas que foram detetadas pelos clubes e nos foram reportadas.”	8.3. 8.1.
#5	“A colaboração com os nossos parceiros, nomeadamente com a Junta de Freguesia, com a Câmara Municipal, o próprio Contrato Local de Segurança e associações é ótima.”	8.2. 8.4. 8.5.
	“Sempre que necessitamos de alguma coisa eles colaboram connosco tal como ao contrário acontece o mesmo.”	8.2.
#6	“Temos uma boa relação com as autarquias, (...) temos protocolos implementados, por exemplo para a cedência de viaturas.”	8.4. 8.2.
	“É às autarquias onde muitas vezes as pessoas se deslocam para resolver algumas situações.”	8.4.
	“Há pessoas que preferem não contactar connosco, talvez pelo receio de exposição e por isso, acabam por comunicar com as associações ou com as autarquias.”	8.5. 8.4.
	“Assuntos relevantes acabam por nos ser transmitidos.”	8.1.
	“A própria pessoa que se dirige a outras entidades consente que terceiros transmitam à polícia determinada situação por ela.”	8.1.
	“Temos também muitas iniciativas com as escolas, com a APAV e outras entidades no âmbito da violência doméstica que, por vezes, até desenvolvem ações de formação conjunta.”	8.2. 8.3. 8.5.
	“Esta cooperação pode ser mais desenvolvida, no entanto estamos num excelente caminho. Principalmente por parte das autarquias, nota-se a sua iniciativa.”	8.4.
	“Há situações em que as pessoas comunicam à autarquia e por sua vez são remetidas para nós.”	8.4. 8.1.

Subcategorias	Código do indicador
Meio de transmissão de informações	8.1. Entidades comunicam à PSP
	8.2. Trabalho em parceria
Entidades externas	8.3. Escolas
	8.4. Autarquias

8.5. Instituições e associações

9. Qual o contributo do MIPP para a recolha de informações criminais em Zonas Urbanas Sensíveis?

Quadro 27: Matriz das unidades de contexto da pergunta 9.

Entrevistado	Unidade de Contexto	Indicador
#1	“A grande vantagem é conseguirmos rapidamente identificar um problema, tentar encontrar uma solução integral, tratar a informação e fazer com que a informação seja operacionalmente executável, ou seja, tenha aplicação imediata.”	9.1. 9.3. 9.4.
	“Mesmo não se conseguindo dar com um elevado grau de certeza que estamos perante determinados suspeitos de um crime, dá-nos um elevado grau de probabilidade.”	9.2.
	“Só é possível localizarem-se suspeitos/indivíduos de interesse se soubermos minimamente quem eles são.”	9.2.
	“Informação policial executável não é nada etéreo, não pode ser algo que nada diga aos polícias de nível tático e esta capacidade de produção não se atinge por geração espontânea.”	9.3.
#2	“Sempre que surgem informações ou denúncias de pequena criminalidade ou manifestações do sentimento de insegurança, os polícias do MIPP contactam com a população desse bairro no sentido de lhes dar resposta.”	9.1. 9.3.
	“O trabalho desenvolvido no decorrer da identificação e sinalização de comportamentos suspeitos da prática de crimes.”	9.2.
	“Os polícias que compõem os Saltos enquadrados no MIPP têm tarefas que permitem aprofundar as informações recolhidas.”	9.5. 9.4.
	“A ação policial direcionada para a recolha de dados concretos sobre esta situação foi fundamental para vir se conseguir atingir os objetivos.”	9.4. 9.3.
#3	“Temos também polícias a fazer o serviço de Saltos à civil. Esses polícias não fazem tanta recolha de informação a comparar com os restantes do MIPP que são os que já estão cá enraizados há mais anos e os que as pessoas já conhecem há mais tempo.”	9.5.
	“Neste serviço à civil as pessoas que já nos conheciam falavam-nos à mesma e transmitiam-nos as informações de que precisávamos.”	9.5.
	“As pessoas se nos conhecerem estão mais à vontade para falar connosco se estivermos à civil do que se estivermos fardados.”	9.5.
	“Nos bairros sociais a única maneira de se ir conhecendo os indivíduos, ou perante a ocorrência de crimes conseguirmos associar quem os praticou ou quais são os grupos que existem é através do pessoal do MIPP.”	9.2.
	“Nós vamos conhecendo os indivíduos e quando ocorrem crimes conseguimos associar suspeitos.”	9.2.

Subcategorias	Código do indicador
Contributos	9.1. Identificação de problemas e ilícitos
	9.2. Identificação de indivíduos suspeitos da prática de ilícitos
	9.3. Resposta aos problemas e ilícitos

	9.4. Aprofundamento e tratamento das informações
Condicionantes	9.5. Trabalhar à civil
	9.6. Local do contacto

Quadro 28: Matriz das unidades de contexto da pergunta 9 (continuação do quadro anterior).

Entrevistado	Unidade de Contexto	Indicador
#4	“Existe contributo do nosso trabalho para a recolha de informações em Zonas Urbanas Sensíveis mas muitas vezes tem de ser feita fora de lá.”	9.6.
	“A recolha de informações no interior destas zonas é muito complicada.”	9.6.
	“Se estiver fardado, a pessoa com quem contactamos vai ser vista pelos amigos a falar com o polícia e depois é pressionada por eles. Se estiver à civil, embora possa ser reconhecido, já é diferente.”	9.5.
	“Muitas das vezes que conseguimos fazer recolha de informações é contactando com as pessoas que potencialmente possam ter informações úteis mas fazendo esse contacto fora dessas zonas.”	9.6.
#5	“As informações chegam-nos e depois nós temos de tentar verificar se são verídicas ou não.”	9.4.
	“Ao nível de análise da informação que deixamos para a subsecção de informações.”	9.4.
	“Se forem consideradas graves nós acabamos sempre por fazer informação para seguir para a nossa subsecção de informações da Divisão e eles depois acabam por aprofundar mais a questão.”	9.4.
#6	“O facto de as informações recolhidas serem tratadas também é um contributo do nosso trabalho nessas áreas.”	9.4.
	“Em muitos dos ilícitos que ocorrem aqui, conseguimos vir a apurar suspeitos através de contactos com as pessoas nos bairros.”	9.2.
	“Muitas vezes esses contactos não são feitos no interior da Zona Urbana Sensível, são feitos via telefone, ou então deslocam-se à Esquadra.”	9.6.
	“As pessoas muitas vezes querem confessar determinada situação à polícia mas também não se querem expor nem se querem meter nos problemas do bairro.”	9.1.
	“No interior do bairro, perante as pessoas que tenham transmitido informações, nós não nos dirigimos a elas nem sequer as cumprimentamos.”	9.6.

Subcategorias	Código do indicador
Contributos	9.1. Identificação de problemas e ilícitos
	9.2. Identificação de indivíduos suspeitos da prática de ilícitos
	9.3. Resposta aos problemas e ilícitos
	9.4. Aprofundamento e tratamento das informações
Condicionantes	9.5. Trabalhar à civil
	9.6. Local do contacto

10. Qual é a perceção que tem em relação ao tratamento que é dado às informações recolhidas?

Quadro 29: Matriz das unidades de contexto da pergunta 10.

Entrevistado	Unidade de Contexto	Indicador
#1	“Toda a parafernália de dados que o MIPP e as restantes valências policiais produzem todos os dias.”	10.2. 10.3. 10.4.
	“A operacionalização em 2017 da Subsecção de Análise de Informações Policiais da Divisão Policial de Loures procurou preencher esta lacuna funcional e organizacional.”	10.3.
#2	“O tratamento das informações está a funcionar.”	10.1.
	“Ao nível de Esquadra recolhemos a informação que está ao nosso alcance e depois esta informação vai ser tratada pela Subsecção de Informações e pela EIC com outras ferramentas que nós não dispomos.”	10.3. 10.4.
	“As informações ao chegarem a nós são tratadas, na medida em que os polícias que as conhecem comunicam-nas ao Comandante de Esquadra, redigindo uma simples informação de serviço ou enviando-as por <i>e-mail</i> . Consequentemente, a informação é enviada para os canais superiores.”	10.2.
	“Caso seja uma situação passível de ser resolvida ao nível de Esquadra, enquanto Comandante delego tarefas nos Agentes direcionadas para essa situação.”	10.2.
	“Se chegarmos à conclusão, através das informações recolhidas, que estamos perante uma situação que extravasa as nossas competências, então transmitimos à EIC através do canal estabelecido.”	10.4.
#3	“As informações que são recolhidas depois são reencaminhadas para a nossa subsecção de informações ou para a EIC.”	10.3. 10.4.
	“Algumas delas, depois recebemos autorização para sermos nós a trabalhá-las, atendendo a que a EIC não tem capacidade para trabalhar tudo.”	10.2.
	“Nós já recolhemos algumas informações, por exemplo, de pequeno tráfico e depois nós é que as tratámos.”	10.2.
	“Em relação às informações que são reportadas, eu às vezes tenho noção do que é aproveitado.”	10.1.
	“Recebo o feedback do decurso do inquérito que decorre na sequência de informações que promovemos.”	10.1.
#4	“Tenho verificado que é dado, de forma positiva, o encaminhamento necessário às informações recolhidas, algumas com resultados e outras não.”	10.1.
	“Após muitas informações por mim recolhidas e transmitidas, sou contactado por pessoal das EIC para apurar mais detalhes sobre as situações que reporte.”	10.4. 10.2.
	“De facto, a informação que transmito segue o caminho que deve seguir e muitas das vezes auxilia em investigações que estão a decorrer ou que se iniciam.”	10.1.

Categoria	Código do indicador
Tratamento dado às informações	10.1. Tem conhecimento do tratamento que é feito
	10.2. Informações tratadas pelo MIPP
	10.3. Informações tratadas pela Subsecção de Informações
	10.4. Informações tratadas pela EIC

Quadro 30: Matriz das unidades de contexto da pergunta 10 (continuação do quadro anterior).

Entrevistado	Unidade de Contexto	Indicador
#5	“Por norma dão-nos sempre o feedback daquilo que transmitimos.”	10.1.
	“Por norma dizem-nos se as informações transmitidas têm viabilidade ou não, se foram usadas ou não.”	10.1.
	“Quando a subsecção de informações está a trabalhar situações envolvidas com a nossa área, fazem-nos chegar as suas necessidades para nós tentarmos saber mais alguma coisa sobre o assunto, caso haja.”	10.3. 10.2.
#6	“Para além de sermos nós que recolhemos a maioria das informações, ainda vamos tratando algumas das que recolhemos.”	10.2.
	“Esse trabalho de tratamento é feito ao mínimo, porque não estamos especializados nessa parte, mas vamos tratando aquilo que se relaciona com a nossa área com mais afinco.”	10.2.
	“Vamos remetendo tanto para as Informações como para a Investigação Criminal.”	10.3. 10.4.

Categoria	Código do indicador
Tratamento dado às informações	10.1. Tem conhecimento do tratamento que é feito
	10.2. Informações tratadas pelo MIPP
	10.3. Informações tratadas pela Subsecção de Informações
	10.4. Informações tratadas pela EIC

11. Na sua perspetiva, que tipo de boas práticas podem ser desenvolvidas que favoreçam a recolha de informações criminais junto da população e de entidades locais na Divisão Policial de Loures?

Quadro 31: Matriz das unidades de contexto da pergunta 11.

Entrevistado	Unidade de Contexto	Indicador
#1	“Conquistar a confiança da população, conhecer os “líderes” mas sobretudo é já decorrente da nossa atividade policial quotidiana, marcarmos presença no terreno.”	11.2. 11.1.
	“Humanizar as pessoas e a Polícia. O contacto direto. O conhecermos as caras, o associar um nome a um rosto. Faz logo a diferença.”	11.1.
	“Outro aspeto, que nem sempre é cumprido por manifesta falta de recursos humanos mas que é decisivo, passa pela responsabilização do MIPP, pela setorização da área.”	11.4.
	“O setor é da “responsabilidade” do polícia que nela trabalha.”	11.4.
#2	“As ações de sensibilização e de formação e a criação de parcerias também são importantes porque isso acaba por vincular as pessoas a um objetivo comum.”	11.3.

	“Tomar iniciativas que aproximem a PSP à sociedade.”	11.3. 11.1.
Categoria	Código do indicador	
Boas práticas para a recolha de informações	11.1. Estar presente e acessível à população	
	11.2. Relação de confiança	
	11.3. Promover atividades com a população e entidades externas	
	11.4. Setorização da área	

Quadro 32: Matriz das unidades de contexto da pergunta 11 (continuação do quadro anterior).

Entrevistado	Unidade de Contexto	Indicador
#3	“O facto de o MIPP estar organizado entre cada Esquadra é bom.”	11.4.
	“Os polícias para fazerem a recolha de informações não podem estar espalhados por uma área de uma Divisão. O trabalho do MIPP tem de ser sempre local ao nível de Esquadra.”	11.4.
	“Sobretudo quando há poucos elementos, se não for o pessoal do MIPP, então não há ninguém para andar a pé na rua. Nisso temos que incidir, a andar a pé na rua.”	11.1.
	“Tem de se andar a pé e tem de haver patrulhas apeadas.”	11.1.
	“Há bairros que não dá para andar a pé lá dentro, mas de resto temos que incidir nisso. O MIPP é essencial, só que tem de ir aos locais, tem de estar presente.”	11.1.
#4	“Manter o contacto de proximidade sempre que possível.”	11.1.
	“Manter as ações de sensibilização, porque nestas ocasiões as pessoas ganham confiança e no final vêm contar alguma coisa.”	11.3. 11.2.
	“Transmitir os nossos programas às pessoas, havendo maior divulgação, recebemos mais contactos.”	11.3.
#5	“É fazerem-se atividades e irmos tentando reunir com os parceiros e com a população e ir arranjando novos métodos de aproximação.”	11.3. 11.1.
	“Procuramos sempre envolver-nos em atividades, sendo que agora torna-se mais complicado devido à pandemia.”	11.3.
	“Realizando sensibilizações sobre assuntos atuais e as conversas que são feitas às vezes levam a outras.”	11.3.
	“Existir um contacto divulgado às pessoas que lhes permitisse comunicar diretamente com as EPAV.”	11.1.
	“Permite que quando as pessoas tenham algum problema liguem diretamente para as EPAV, independentemente de serem questões criminais ou outros problemas.”	11.1.
	“Através desse contacto telefónico várias pessoas reportam-nos informações úteis e sentem-se mais confortáveis para o fazer assim.”	11.1. 11.2.
#6	“As boas práticas que vejo são as ações de sensibilização, os seminários e ações de formação conjunta.”	11.3.
	“Podemos aprender com associações exteriores à PSP, como com as associações culturais, que têm muita influência junto das Zonas Urbanas Sensíveis.”	11.3.
	“O que existia no bairro Quinta da Fonte, que tinha um responsável de ligação, ou mesmo no bairro Quinta do Mocho, que tem uma associação cultural. Se tivermos contactos diretos e regulares com estas entidades, conseguimos obter mais informações destas fontes.”	11.3.
	“Fazer algumas ações de formação com esta associação cultural, onde acaba por ser um terreno neutro e onde existe um ambiente de confiança.”	11.3. 11.2.

	“Nesse ambiente neutro têm confiança para falar com a polícia, enquanto se fosse no bairro não tinham.”	11.2.
	“No ambiente de bairro entendem que ao falarem com a polícia as suas relações com os amigos são quebradas. Esta dificuldade pode ser ultrapassada criando zonas neutras.”	11.3.
Categoria	Código do indicador	
Boas práticas para a recolha de informações	11.1. Estar presente e acessível à população	
	11.2. Relação de confiança	
	11.3. Promover atividades com a população e entidades externas	
	11.4. Setorização da área	

Objetivo 3: Analisar a articulação entre as valências da PSP.

12. A estratégia associada ao MIPP pressupõe a articulação entre as diferentes valências da PSP, nomeadamente a prevenção, a investigação criminal, as informações e a ordem pública. O que pensa sobre a forma de como esta articulação é concretizada?

Quadro 33: Matriz das unidades de contexto da pergunta 12.

Entrevistado	Unidade de Contexto	Indicador
#1	“O MIPP continua a conferir um superior enfoque na componente de proximidade e de prevenção da criminalidade, embora sempre em estreita e sistemática articulação com as valências policiais, numa lógica de Polícia Integral como é o caso da PSP.”	12.1.
	“Tem sido possível harmonizar-se organicamente e com coerência todas as valências de uma Polícia moderna.”	12.1.
	“A articulação é concretizada de forma natural. Todavia, parece estar a faltar uma ligação mais formal entre o MIPP e as restantes valências que operam na mesma área territorial.”	12.1. 12.2.
	“Acoplado o serviço desenvolvido pelos polícias do MIPP às valências específicas tiraríamos mais benefícios da proximidade com os cidadãos.”	12.2.
	“A organização atual da Diretiva parece-me adequada, mas se nós conseguíssemos juntar as componentes de Investigação Criminal, Trânsito, Intervenção e Informações Policiais complementava o serviço realizado pelo MIPP e o serviço das restantes valências.”	12.1. 12.2.
	“O que nos falta essencialmente oferecer a esta estrutura é a capacidade de processar e analisar a informação que temos ao nível tático.”	12.2.
	“É ao nível tático que existe um maior fluxo de informação, mas esta não está a ser tratada e aproveitada para as demais valências da PSP porque não existem canais fluidos nem pedidos claros já estabelecidos para veicular essa informação.”	12.2.
	“O carácter inovador do MIPP assenta essencialmente na perfeita coordenação que se estabelece entre as diversas valências policiais da PSP.”	12.1.
#2	“Efetivamente essa articulação acaba sempre por acontecer.”	12.1.
	“Sem dúvida que é importante que exista esta articulação. Se não houver esta partilha de informação proveniente da Esquadra, não haverá tanta matéria para ser trabalhada por outras valências.”	12.1.

	“Acredito que mais de metade das investigações que se desenvolvem partem das informações vindas das Esquadras genéricas.”	12.4.
--	---	-------

Subcategorias	Código do indicador
Perceção da articulação	12.1. Amplamente concretizada
	12.2. Aspetos a melhorar
	12.3. Celeridade
Contributos operacionais	12.4. Investigação criminal
	12.5. Ordem pública
Meio de transmissão das informações	12.6. Digital
	12.7. Contacto pessoal ou telefónico
	12.8. Processo físico

Quadro 34: Matriz das unidades de contexto da pergunta 12 (continuação do quadro anterior).

Entrevistado	Unidade de Contexto	Indicador
#3	“Essa articulação existe e até é simples.”	12.1.
	“Temos a parte oficial, falamos com os Comandantes e depois a informação é reencaminhada por <i>e-mail</i> .”	12.7. 12.6.
	“Também conseguimos facilmente e rapidamente articular-nos com outras valências.”	12.1. 12.3.
	“Com a Esquadra de Intervenção e Fiscalização Policial, rapidamente há uma partilha de informações entre nós e decide-se o que fazer numa ação em concreto.”	12.5. 12.3.
	“Com a Investigação Criminal também facilmente cedemos a informação que recolhemos.”	12.4. 12.1.
	“Não há grandes burocracias, é uma coisa rápida e simples. É rápido, simples e está a funcionar bem.”	12.3. 12.1.
#4	“Tem-se denotado de ano para ano uma melhor articulação entre as diferentes valências e inclusive tem-se verificado uma breve resposta às necessidades.”	12.1. 12.3.
	“Contudo, por vezes contrariada com a falta de meios humanos e viaturas, assim como o avultado serviço em mãos.”	12.2.
	“A articulação entre as valências também é concretizada muito graças à ação dos Comandantes que estabelecem contactos céleres entre si para coordenar e gerir as necessidades de cada serviço.”	12.1. 12.7. 12.3.
	“Há situações nas quais fazemos o respetivo expediente e este é logo enviado digitalmente para o Comandante de Esquadra e posteriormente o Comandante encaminha para a EIC.”	12.8. 12.6. 12.4.
	“Enquanto o processo físico decorre mais devagar, o envio digital do expediente faz chegar a situação mais rápido.”	12.8. 12.6. 12.3.
	“O que também já aconteceu, embora menos vezes, é comunicarmos a outra valência determinada situação que está a ocorrer e que exige a sua presença mas acaba por não se conseguir responder logo por falta de meios.”	12.7. 12.2.

Subcategorias	Código do indicador
Perceção da articulação	12.1. Amplamente concretizada
	12.2. Aspetos a melhorar
	12.3. Celeridade
Contributos operacionais	12.4. Investigação criminal
	12.5. Ordem pública

Meio de transmissão das informações	12.6. Digital
	12.7. Contacto pessoal ou telefónico
	12.8. Processo físico

Quadro 35: Matriz das unidades de contexto da pergunta 12 (continuação do quadro anterior).

Entrevistado	Unidade de Contexto	Indicador
#5	“Na minha perspetiva penso que é cumprida.”	12.1.
	“Se soubermos quem está a trabalhar do outro lado é mais fácil transmitir informações porque basta um simples telefonema a dizer o que se passou, essa informação é anotada pelos colegas de outro serviço e depois chega-nos o feedback.”	12.7.
	“Se o feedback nos chega quando transmitimos informações, significa que a articulação está a funcionar.”	12.1.
	“Às vezes a informação sai daqui só com dois ou três pontos-chave e quando chega à Subsecção de Informações é elaborado um relatório mais completo para ser enviado para quem de direito, quer seja à investigação criminal ou para outra valência.”	12.4.
	“Existem conversas informais que nos despertam para determinadas situações na nossa área que antes podiam ser irrelevantes, passam a ser relevantes e podemos ir tentar procurar algumas informações que depois redigimos e enviamos ao Coordenador MIPP e ao Comandante para depois seguirem.”	12.7. 12.8. 12.6.
#6	“A partir dessa informação recolhida e transmitida, foi colocado um patrulhamento de visibilidade e de ordem pública, através de uma Equipa de Intervenção Rápida e uma equipa do MIPP que foi suficiente para dirimir um possível conflito.”	12.5.
	Conseguimos prevenir que existisse uma rixa na via pública através da informação que tivemos dos polícias do MIPP.	12.5.
	A celeridade neste assunto é uma mais-valia para nós. Daí que muitas vezes haja informação que é logo transmitida via telefónica para além da via eletrónica.	12.3. 12.7. 12.6.
	O MIPP vai recolhendo informação e chega a tratar alguma que está ao nosso alcance. De resto, reencaminhamos essa informação e depois, tanto a EIC, ou a Subsecção de Informações da Divisão tratam-na.	12.4.
	O feedback que recebemos sobre as informações transmitidas parte do princípio da necessidade de conhecer. Se for uma situação transmitida que virá a ser alvo de investigação só recebemos no final do processo esse feedback.	12.4.

Subcategorias	Código do indicador
	12.1. Amplamente concretizada

Perceção da articulação	12.2. Aspetos a melhorar
	12.3. Celeridade
Contributos operacionais	12.4. Investigação criminal
	12.5. Ordem pública
Meio de transmissão das informações	12.6. Digital
	12.7. Contacto pessoal ou telefónico
	12.8. Processo físico

13. Que tipo de boas práticas podem contribuir para uma efetiva articulação entre as diferentes valências da Divisão Policial de Loures?

Quadro 36: Matriz das unidades de contexto da pergunta 13.

Entrevistado	Unidade de Contexto	Indicador
#1	“Reuniões de Coordenação Operacional semanais multidisciplinares, envolvendo todas as valências policiais.”	13.1.
	“Informatização e simplificação de procedimentos e de canais de comunicação mais eficientes.”	13.3.
	“Implementação do Sistema de Gestão Documental da PSP, maximizando-se o encurtamento dos prazos médios de resposta e o empenho de um menor número de recursos humanos do MIPP.”	13.2.
	“Criação da Subsecção de Análise de Informações Policiais, de forma a processar a informação recolhida pelo MIPP.”	13.6.
	“A dignificação dos responsáveis pela sua gestão nos vários níveis, sobretudo na carreira de Chefes.”	13.4.
	“Incentivos aos Coordenadores e Supervisores que se empenham em dinamizar o modelo, para que sintam que a sua função é dignificada.”	13.4.
#2	“Reuniões com os Comandantes de Esquadra e com o Comandante de Divisão com regularidade.”	13.1.
	“Reuniões feitas entre elementos do MIPP das várias Esquadras com alguém da EIC e da Subsecção de Informações.”	13.1. 13.6.
	“Nestas reuniões há sempre algum aspeto que é realçado e sensibilizado, relevante para orientar o trabalho no terreno.”	13.1.
#3	“Se a informação demorar muito tempo a ser partilhada, não lhe é dado o mesmo valor.”	13.2.
	“Quando tem de ser partilhada é por escrito e enviada para quem de direito e isso pode demorar algum tempo. Por isso, além de ser assim também deve haver o contacto telefónico a informar o que se passa.”	13.3. 13.2.
	“É importante que sejam feitos os dois tipos de contactos. O contacto direto e o contacto formal que é informar o Comandante de Esquadra e este reporta por escrito superiormente.”	13.3.
	“As reuniões MIPP eram um bom contributo para todos. Até para termos conhecimento da criminalidade não só da área da nossa Esquadra como das restantes.”	13.1. 13.5.
	“Para a EIC também é muito bom porque permite a partilha de informações. Essas reuniões são muito boas, mas entretanto devido à pandemia estão estagnadas.”	13.1.

Categoria	Código do indicador
Boas práticas para a articulação entre valências	13.1. Reuniões multidisciplinares
	13.2. Celeridade
	13.3. Comunicação telefónica e via <i>e-mail</i>
	13.4. Envolvimento dos Chefes e Oficiais
	13.5. Divulgação da criminalidade da área da Divisão
	13.6. Existência da Subsecção de Informações

Quadro 37: Matriz das unidades de contexto da pergunta 13 (continuação do quadro anterior).

Entrevistado	Unidade de Contexto	Indicador
#4	“Paralelamente ao canal oficial, estabelecerem-se contactos mais céleres entre as valências é uma boa prática, sem que isso implique ultrapassar a hierarquia.”	13.3. 13.2.
	“A divulgação por <i>e-mail</i> do <i>briefing</i> diário também é uma coisa muito boa. Permite a todo o efetivo estar a acompanhar o trabalho desenvolvido pela Divisão e verificar se existem fenómenos que estejam a acontecer na área de outras Esquadras aos quais também devamos estar atentos.”	13.3. 13.5.
	“A concretização desta articulação muito se deve aos nossos superiores que assim também o exigem e pretendem. Estão muito bem entrosados, a trabalhar num objetivo comum.”	13.4.
#5	“A existência da Subsecção de Informações, ao nível da Divisão, permite que todos os assuntos que são captados sejam devidamente direcionados e aprofundados.”	13.6.
	“As reuniões MIPP feitas nesta Divisão são uma mais-valia. São feitas com polícias do MIPP de todas as Esquadras e ainda com alguém da EIC e da subsecção de informações.”	13.1. 13.6.
	“Independentemente de os assuntos tratados serem direcionadas para o MIPP, há sempre outros tópicos que acabam por ser debatidos na reunião e aos quais as chefias também dão atenção.”	13.4.
#6	“As reuniões MIPP feitas na Divisão Policial de Loures são um bom exemplo de boas práticas.”	13.1.
	“Nas reuniões, para além de se fazer uma revisão bissemanal ou mensal da criminalidade da nossa área, são também fornecidas informações que, pelo canal hierárquico e informaticamente também seriam transmitidas mas perder-se-ia o carácter célere das informações.”	13.1. 13.5. 13.3. 13.2.
	“A divulgação do mapeamento criminal é muito bom para irmos tendo noção do contexto da nossa área.”	13.5.
	“Importa que se mantenha a celeridade e por isso transmitir a informação pela via eletrónica mas também fazer o contacto telefónico.”	13.2. 13.3.
	“Cabe ao polícia que recolhe a informação, ao promover as diligências iniciais necessárias. Em vez de se ficar só pelo <i>e-mail</i> , fazer também um contacto telefónico com o Supervisor ou com o Comandante de Esquadra.”	13.3.

	“Há sempre a possibilidade de contactar com o Oficial de Serviço à Divisão para que este tome medidas da forma mais rápida possível.”	13.2.
--	---	-------

Categoria	Código do indicador
Boas práticas para a articulação entre valências	13.1. Reuniões multidisciplinares
	13.2. Celeridade
	13.3. Comunicação telefónica e via <i>e-mail</i>
	13.4. Envolvimento dos Chefes e Oficiais
	13.5. Divulgação da criminalidade da área da Divisão
	13.6. Existência da Subsecção de Informações